



# MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA

## LICITAÇÃO ESPECIAL Nº 01/2024



CONTRATAÇÃO DE UM CONJUNTO INTEGRADO DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA INOVADORA VOLTADA PARA A CAPTAÇÃO DE IMAGENS, DADOS E INFORMAÇÃO POR VIDEOMONITORAMENTO, ATRAVÉS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.

DATA: 06.05.24

ABERTURA: 10.06.24

HORÁRIO: 09h

--	--

--	--

--	--



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. Objeto:

1.1. Contratação de um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, através de inteligência artificial, na forma da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021.

#### 2. Contextualização da necessidade e do problema público:

2.1. As grandes revoluções tecnológicas têm provocado profundos impactos na ordem social, desafiando a Administração Pública dos Municípios na busca por soluções mais efetivas em relação aos grandes desafios e necessidades que se apresentam no dia a dia. Com novos parâmetros de ação institucional e com novas possibilidades, a era da inteligência artificial passa a ser parte fundamental da gestão administrativa e do desenvolvimento dos Municípios.

2.2. A articulação entre as necessidades, problemas e desafios da gestão municipal com o uso das novas tecnologias possibilita a construção mais assertiva de políticas públicas que direcionarão a eficiência da ação da Administração Municipal. De acordo com Flusser, com o advento da tecnologia informática, verifica-se uma “recodificação do pensamento teórico das letras em números”<sup>1</sup>, com uma capacidade das novas tecnologias “criar possibilidades para projetar novas realidades”<sup>2</sup>, de modo a utilizar-se dos dados e informações não apenas de forma posterior como um sistema downstream, mas sobretudo, como uma sandbox experimental<sup>3</sup>.

2.3. A aplicação das tecnologias disruptivas no âmbito da Administração Pública Municipal caracteriza a aplicação de tecnologias pelo e para o Estado, introduzindo de modo irreversível na arena pública o conceito de inovação. De acordo com a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), no Manual de Oslo, a expressão “economia baseada no conhecimento” foi cunhada para “descrever as tendências, verificadas nas economias mais avançadas, e a uma maior dependência de conhecimento, informações e altos níveis de competência e a uma crescente necessidade de pronto acesso a tudo isto”.

2.4. Através da utilização de ferramentas e inovações tecnológicas, a Administração Pública municipal poderá se valer de dados, informações e conhecimento de alto nível em tempo real e com pronto acesso para o planejamento das suas ações e políticas públicas municipais e para a adoção de medidas paliativas ou repressivas que demandem respostas rápidas e assertivas.

2.5. As oportunidades trazidas pelo pronto acesso a dados e informações são inegáveis em todos os âmbitos da prestação de serviços públicos municipais. Com efeito, o Manual de Oslo reconhece que: “A inovação pode, previamente, ocorrer em qualquer setor da economia, inclusive em serviços públicos como saúde ou educação”<sup>4</sup>.

2.6. Busca-se, portanto, adequar as novas demandas públicas com enfoque numa cidade inteligente (smart city) que faz uso da tecnologia e da inovação em seus processos de planejamento para a melhoria dos serviços ofertados à população. Segundo a união Européia,

<sup>1</sup> FLUSSER, V. Medienkultur. 5.ed. Frankfurt am Main, 2008. p. 02

<sup>2</sup> Idem, p. 02.

<sup>3</sup> RHEINBERGER, H. Historische Epistemologie zur Einführung. Hamburgo, 2007. P. 52.

<sup>4</sup> Idem, p. 19.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Smart Cities “são sistemas de pessoas interagindo e usando energia, materiais, serviços e financiamento para catalisar o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida. Esses fluxos de interação são considerados inteligentes por fazer uso estratégico de infraestrutura e serviços e de informação e comunicação com planejamento e gestão urbana para dar resposta às necessidades sociais e econômicas da sociedade”<sup>5</sup>.

2.7. Em 2020 o governo brasileiro assinou a Carta Brasileira de Cidades Inteligentes, cujos iniciadores e coordenadores do processo foram o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), o Ministério das Comunicações (MC) e a agência alemã GIZ. De acordo com o documento, as cidades inteligentes são aquelas comprometidas com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentáveis, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural<sup>6</sup>.

2.8. A Carta colocou no horizonte uma série de metas para as cidades atingirem a qualidade de “inteligentes”. A transformação digital é uma delas, bem como, o acesso a à Internet de qualidade para a população e a melhoria da educação e comunicação pública. Ou seja, uma cidade inteligente brasileira não se limita ao desenvolvimento econômico local e sustentável, mas também trabalha em favor da inovação na gestão pública<sup>7</sup>.

2.9. Na definição do Ministério do Desenvolvimento Regional, cidades inteligentes são aquelas “que atuam de forma planejada, inovadora, inclusiva e em rede, promovem o letramento digital, a governança e a gestão colaborativas e utilizam tecnologias para solucionar problemas concretos, criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas”. Além disso, elas devem garantir o uso seguro e responsável dos dados e das tecnologias de comunicação<sup>8</sup>.

2.10. Neste contexto, pretende-se o fortalecimento das capacidades administrativas do Município através das seguintes palavras chaves, que traduzem o que a Administração Pública Municipal pretende implementar com a adoção da solução inovadoras através da inteligência artificial: integração, planejamento, gestão, tecnologia, eficiência, inteligência, interatividade e sustentabilidade.

2.11. De acordo com Juarez Freitas, “a sustentabilidade gera uma nova economia, com a reformulação de categorias e comportamentos, o surgimento de excepcionais oportunidades, a ultrapassagem do culto excessivo dos bens posicionais, o planejamento de longo prazo, o sistema competente de incentivos e a eficiência norteada pela eficácia”<sup>9</sup>. Por essa razão, a melhoria da eficácia na tomada de decisões administrativas, a maior velocidade na capacidade de resposta da Administração Pública Municipal e a melhoria da eficiência no serviço público municipal poderão ser alcançados atualmente através da utilização de tecnologias de informação e inovação.

<sup>5</sup> FGV PROJETOS. O que é uma cidade inteligente. Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/noticias/o-que-e-uma-cidade-inteligente>

<sup>6</sup> HABILITY. Cidades Inteligentes: o que é e quais são? Disponível em: [https://habitability.com.br/cidades-inteligentes-o-que-e-quem-sao/?utm\\_source=google\\_pago&utm\\_medium=&utm\\_content=&gclid=CjwKCAjw5pShBhB EiwAvmnNV7Xo81 dyBigDNgVUAkoj21iVuuRYRxoRlw99DasFtbu5-plAUb7nphoCA9AAQAvD BwE](https://habitability.com.br/cidades-inteligentes-o-que-e-quem-sao/?utm_source=google_pago&utm_medium=&utm_content=&gclid=CjwKCAjw5pShBhB EiwAvmnNV7Xo81 dyBigDNgVUAkoj21iVuuRYRxoRlw99DasFtbu5-plAUb7nphoCA9AAQAvD BwE) Acesso em 15/04/2024.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> FREITAS, Juarez. Sustentabilidade - Direito ao Futuro.3 ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016.p. 71.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

2.12. O Manual de Oslo esclarece que a inovação é “a introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado, no que se refere às suas características ou usos previstos, ou ainda, à implementação de métodos ou processos de produção, distribuição, marketing ou organizacionais novos ou significativamente melhorados”<sup>10</sup>.

2.13. Assim, a inovação tecnológica de produto é “a implantação/comercialização de um produto com características de desempenho aprimoradas de modo a fornecer objetivamente ao consumidor serviços novos ou aprimorados. Uma inovação de processo tecnológico é a implantação/adoção de métodos de produção ou comercialização novos ou significativamente aprimorados. Ela pode envolver mudanças de equipamento, recursos humanos, métodos de trabalho ou uma combinação destes”<sup>11</sup>.

2.14. Já a inovação tecnológica de processo é “a adoção de métodos de produção novos ou significativamente melhorados, incluindo métodos de entrega dos produtos. Tais métodos podem envolver mudanças no equipamento ou na organização da produção, ou uma combinação dessas mudanças, e podem derivar do uso de novo conhecimento. Os métodos podem ter por objetivo produzir ou entregar produtos tecnologicamente novos ou aprimorados, que não possam ser produzidos ou entregues com os métodos convencionais de produção, ou pretender aumentar a produção ou eficiência na entrega de produtos existentes”<sup>12</sup>.

2.15. Diante disso, constata-se uma necessidade pública no desenvolvimento e concepção de uma inovação tecnológica em produto e processo, ou seja, uma inovação TPP, que “é considerada implantada se tiver sido introduzida no mercado (inovação de produto) ou usada no processo de produção (inovação de processo). Uma inovação TPP envolve uma série de atividades científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais. Uma empresa inovadora em TPP é uma empresa que tenha implantado produtos ou processos tecnologicamente novos ou com substancial melhoria tecnológica durante o período em análise”.

**2.16. PORTANTO, O PROBLEMA PÚBLICO QUE SE PRETENDE SOLUCIONAR É A CAPTAÇÃO DE DADOS/INFORMAÇÃO POR VIDEOMONITORAMENTO, ATRAVÉS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, COM PROCESSAMENTO E INTEGRAÇÃO DE DADOS PARA PROPORCIONAR INFORMAÇÃO EM TEMPO REAL SOBRE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS ESTRATÉGICOS, VISANDO SUBSIDIAR AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS ASSERTIVAS POR PARTE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA.**

2.17. De modo concreto, BUSCA-SE MAIOR SEGURANÇA EM DISTINTOS NÍVEIS, INCLUSIVE EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E À SEGURANÇA PÚBLICA, ESPECIFICAMENTE, EVITANDO-SE DEPREDACÃO DE ESPAÇOS E BENS PÚBLICOS, ACARRETANDO MAIOR TRANQUILIDADE DOS MUNICÍPIOS NAS ÁREAS PÚBLICAS, DIMINUINDO AÇÕES CRIMINOSAS, FACILITANDO A IDENTIFICAÇÃO DE CRIMINOSOS, PERMITINDO A TOMADA DE DECISÕES ADMINISTRATIVAS ASSERTIVAS, EMITINDO RELATÓRIOS DE DADOS COLETADOS E PROCESSADOS E SUBSIDIANDO A ADOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E MEDIDAS PREVENTIVAS

<sup>10</sup> O Manual distingue quatro tipos de inovação: produto, processo, marketing e organizacional. OCDE, Manual de Oslo. Disponível em: [http://www.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual\\_de\\_oslo.pdf](http://www.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual_de_oslo.pdf) Acesso em 15 de abr. 2024.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem.





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

E REPRESSIVAS NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

2.18. BUSCA-SE, FINALMENTE, ADOPTAR FERRAMENTAS ATUALIZADAS E MODERNAS QUE CONTRIBUAM COM A ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA ADEQUADA, EM OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 37, CAPUT, CF) E QUE SE TRADUZ NA NOÇÃO DE BOA-ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

2.19. A boa-administração pública significa, inclusive, a utilização de meios mais adequados e atuais para uma ação pública assertiva, evitando desperdício de recursos públicos pela ausência de informação correta ou por informações incompletas e insuficientes.

2.20. É certo, portanto, que para que se atinja a melhor e mais eficiente ação pública num cenário de disrupção tecnológica, mostra-se essencial a contratação de terceiros capazes de desenvolver a solução e prestar os serviços correspondentes para apresentar a ferramenta pretendida pela Administração Municipal.

### 3. Desafios:

3.1. Busca-se superar os seguintes desafios específicos:

- ausência de informações e dados em tempo real;
- insuficiência dos mecanismos tradicionais que permitam captação precisa de dados em tempo real;
- subsidiar o diagnóstico e identificação de dados e fluxos necessários para a implementação de políticas públicas;
- impedir depredação de patrimônio público municipal;
- evitar a ocorrência de crimes;
- auxiliar os órgãos públicos e de segurança pública na manutenção da ordem pública; - identificar fatos ocorridos em espaços públicos municipais;
- promover identificação de necessidades e desafios no espaço público urbano municipal;
- facilitar o desenvolvimento de soluções de interesse público para problemas e desafios identificados através dos dados captados e relatórios emitidos.

### 4. Resultados esperados:

4.1. Em síntese, diante das necessidades da Administração Municipal, no sentido de ter acesso a informações e dados precisos em tempo real para promover planejamento de políticas públicas e segurança de bens públicos, dos administrados e da manutenção da ordem pública, assim como do regular funcionamento dos espaços públicos urbanos (nos quais se incluem vias públicas, logradouros, praças, prédios públicos), caracteriza-se a necessidade e a viabilidade de adoção de ferramentas tecnológicas que permitam captação de dados em tempo real através de imagens, o respectivo processamento e integração, armazenamento e a emissão de relatórios a partir dos dados obtidos.

4.2. Para isso, o monitoramento e a captação dos dados deverão ser feitos através de câmeras modernas alocadas em diversos e distintos pontos do território do Município, inclusive em espaços públicos que se mostrem estratégicos.

4.3. Deste modo, pretende-se manter a Administração Pública Municipal permanentemente informada ou com possibilidade de acesso à informação em tempo real através de imagens sobre possíveis ações preventivas e repressivas a serem adotadas, contribuindo para a coleta estratégica de dados e informações sobre fluxos de pessoas e aglomerações,



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

estrangulamentos no trânsito, ocupação irregular de bens públicos, enfim, diversas informações estratégicas para a melhoria e o desenvolvimento da gestão pública municipal e do bem-estar dos municípios.

4.4. Neste quadro, é imprescindível a utilização de inteligência artificial, ou seja, a combinação do volume de dados digitais captados que permita a um sistema ler e interpretar padrões de informação automaticamente. Por isso, faz-se necessária a integração da captação de imagens através de um sistema de monitoramento através de inteligência artificial moderno que promova coleta de dados e análise de imagens com transmissão de imagens de forma criptografada, em alinhamento com as necessidades do Município e das instituições de segurança pública para providências de atuação preventiva e repressiva, a fim de monitorar e proteger espaços públicos, bem como, desenvolver atuações públicas estratégicas como interdição de ruas, realização de eventos públicos, medidas para utilização de espaços públicos e manter a segurança patrimonial e de pessoas.

**4.5. NESTE SENTIDO, SERÁ NECESSÁRIO UMA FERRAMENTA QUE CARACTERIZE UMA SOLUÇÃO A PARTIR DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL QUE, DE FORMA INTEGRADA, CAPTE OS DADOS COM PRECISÃO DURANTE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA NOS 7 (SETE) DIAS DA SEMANA, PERMITA O PROCESSAMENTO DOS DADOS CAPTADOS, ARMAZENE OS RESPECTIVOS DADOS, EMITA RELATÓRIOS INDICATIVOS, QUE CONFIGURARÃO UM DIAGNÓSTICO PARA SUBSIDIAR AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS, E QUE CUMPRE ESTRITAMENTE COM A LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.**

4.6. Além disso, o responsável pelo desenvolvimento da solução e pela prestação do serviço também deverá ser capaz de promover a manutenção e substituição imediata das câmeras instaladas, se necessário, a fim de que não se percam informações e dados relevantes, bem como, oferecer manutenção e suporte sempre que necessário.

### **5. Especificações do objeto da solução inovadora:**

5.1. Assim, de forma a permitir a realização de testes do modelo e a extração de evidências locais o projeto busca, com base no Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador (Lei Complementar Federal n. 182/21) promover a experimentação do objeto a seguir descrito: a Contratação de um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, através de inteligência artificial, com processamento e integração de dados para proporcionar informação em tempo real sobre utilização de espaços públicos municipais estratégicos, visando subsidiar ações e políticas públicas assertivas por parte do poder público municipal e dos órgãos de segurança pública, compreendendo equipamentos embarcados com inteligência artificial e software de análise inteligente em atendimento as necessidades da Administração Municipal, na forma da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021 (Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador).

### **6. Justificativa pela escolha da modalidade especial de licitação:**

6.1. Considerando que, deslocar o foco do objeto para o problema subjacente à contratação permite explorar o potencial do setor privado para apresentar soluções inovadoras a desafios de relevância pública e diante da absoluta inviabilidade técnica, operacional, econômica e financeira da Administração Pública desenvolver diretamente tal solução, torna-se necessária a contratação de terceiros que possuam conhecimento técnico adequado a solução do



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

problema pública apresentado;

6.2. Considerando que por tratar-se de inovação, com o emprego de inteligência artificial embarcada, que a todo instante apresenta evolução e necessidade de compatibilização às novas ferramentas tecnológicas, não é possível definir-se com precisão o objeto a ser contratado, cujos “padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado” (Brasil, 2002, art. 1o, parágrafo único; 2021, art. 6o, inciso XLI);

6.3. Considerando que objeto pretendido caracteriza o desenvolvimento de uma solução tecnológica inovadora através de inteligência artificial, entende-se que não se trata de algo que possa ser definido meramente como um serviço comum que pudesse ser contratado a partir de um pregão;

6.4. Considerando que a Contratada deverá apresentar uma solução de inteligência artificial capaz de promover a integração dos dados captados em tempo real com a geração de relatórios e alertas e comunicação com transmissão de imagens através de ferramentas tecnológicas modernas;

6.5. Considerando que os instrumentos de compras públicas de inovação podem ser combinados no sentido de aumentar os impactos da política de inovação, bem como, que a Constituição Federal dispõe em seu artigo 218 que, “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015);

6.6. Considerando que o emprego de outras modalidades de licitação, apresentam limitações jurídicas e econômicas de relevo que fragilizam os incentivos para o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções inovadoras;

6.7. Considerando a existência de previsão legal específica para a contratação de soluções inovadoras pela Administração Pública, Lei Complementar 182 de 01 de junho de 2021, que institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador;

6.8. Considerando que de acordo com o art. 1, parágrafo único, da Lei Complementar 182 de 01 de junho de 2021, são estabelecidos princípios e diretrizes para a atuação da administração pública no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (inciso I) e disciplina a licitação e a contratação de soluções inovadoras pela administração pública;

6.9. Considerando que se pretende selecionar os interessados que apresentem a melhor solução inovadora para o problema público e desafios apresentados, dispensada a descrição de especificações técnicas pela Administração, identifica-se a possibilidade de utilizar modalidade especial de licitação para identificar a selecionar o projeto que mais se adeque ao interesse público e a necessidade/problema público descrito;

**6.10. Ressalta-se que a LC 182/21 se difere das demais ao tratar do regime licitatório aplicado especificamente às startups com o objeto exclusivo de solucionar problemas indicados pela Administração Pública, por meio do teste de soluções inovadoras desenvolvidas ou a serem desenvolvidas. Nesse ponto, é permitido que no edital de licitação especial não conste a descrição da solução técnica a ser contratada e suas especificações, cabendo aos licitantes proporem diferentes meios para a resolução do problema indicado.**

### 7. Fundamentação legal:

7.1. Considerando que a licitação e o contrato por ventura firmado têm por finalidade





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

“resolver demandas públicas que exijam solução inovadora com emprego de tecnologia; e promover a inovação no setor produtivo por meio do uso do poder de compra do Estado” (art. 12, incisos I e II da LC 182/21) constata-se o enquadramento dos objetivos e finalidades com o formato previsto pela referida norma qual seja, a contratação de solução inovadora;

7.2. Considerando o disposto no art. 12, parágrafo primeiro “§ 1º Os órgãos e as entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios subordinam-se ao regime disposto neste Capítulo” (destacou-se).

7.3. Deste modo, o processo será regido pela Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, que institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovado, o qual prevê no art. 13: “A administração pública poderá contratar pessoas físicas ou jurídicas, isoladamente ou em consórcio, para o teste de soluções inovadoras por elas desenvolvidas ou a ser desenvolvidas, com ou sem risco tecnológico, por meio de licitação na modalidade especial regida por esta Lei Complementar”.

7.4. Ainda, diante do que dispõe o parágrafo primeiro do art. 13, “§ 1º A delimitação do escopo da licitação poderá restringir-se à indicação do problema a ser resolvido e dos resultados esperados pela administração pública, incluídos os desafios tecnológicos a serem superados, dispensada a descrição de eventual solução técnica previamente mapeada e suas especificações técnicas, e caberá aos licitantes propor diferentes meios para a resolução do problema”.

7.5. Em suma, o presente objeto tem por finalidade resolver a demanda pública de monitoramento, coleta e processamento de dados em tempo real por imagens com a possibilidade de emissão de relatórios para avaliação de fluxos e identificação de pessoas e veículos a fim de subsidiar a atuação pública através de solução inovadora com emprego de tecnologia embarcada por inteligência artificial, desta forma, o presente certame busca a seleção da proposta mais vantajosa para firmar CONTRATO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO INOVADORA (CPSI) com a Administração.

### 8. Justificativa e estimativa de valor:

8.1. Considerando que o presente edital está fundamentado na Lei n.º 182/2021 que institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador e que de acordo com o seu art. 13 a Administração Pública poderá contratar pessoas físicas ou jurídicas, isoladamente ou em consórcio, para o teste de soluções inovadoras por elas desenvolvidas ou a ser desenvolvidas, com ou sem risco tecnológico, por meio de licitação na modalidade especial regida por esta Lei Complementar;

8.2. Considerando que seu parágrafo § 1º estabelece que a delimitação do escopo da licitação poderá restringir-se à indicação do problema a ser resolvido e dos resultados esperados pela administração pública, incluídos os desafios tecnológicos a serem superados, dispensada a descrição de eventual solução técnica previamente mapeada e suas especificações técnicas, e caberá aos licitantes propor diferentes meios para a resolução do problema, tornando assim o objeto da contratação algo indefinido até as etapas de apresentação e avaliação do processo licitatório;

8.3. Considerando que os riscos e incertezas pertinentes à particularidade do objeto e a indefinição da solução inovadora selecionada, o valor estimado limitou-se ao teto definido pela Lei Complementar, buscando resultados satisfatórios, mantendo a qualidade e buscando





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

a celeridade na prestação do serviço;

8.4. A definição da estimativa do valor reportado, baseou-se na previsão da Lei 182/2021 em seu art. 14, parágrafo § 2º, bem como levando em conta a estrutura do Município e viabilidade, chegando-se ao R\$ 300.000,000 (trezentos mil reais).

### 9. Dotação orçamentária:

9.1. Conforme princípio do Planejamento integrado em anexo.

### 10. Critérios de julgamento e seleção da solução inovadora:

10.1. As propostas serão avaliadas e classificadas pela Comissão Especial de Licitação de acordo com os critérios fixados no Edital.

10.2. Nos termos do art. 13, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, a avaliação e julgamento das propostas observará os seguintes critérios:

**CRITÉRIO 01** - Potencial de resolução do problema pela solução proposta e da provável economia para a administração pública;

**CRITÉRIO 02** - Grau de desenvolvimento da solução proposta;

**CRITÉRIO 03** - Viabilidade e maturidade do modelo de negócio da solução;

**CRITÉRIO 04** - Viabilidade econômica da proposta, considerados os recursos financeiros disponíveis para a celebração do(s) contrato(s); e

**CRITÉRIO 05** - Demonstração comparativa de custo e benefício da proposta em relação às opções funcionalmente equivalentes.

### 11. Metas de cumprimento da solução inovadora:

11.1. São metas de cumprimento da solução inovadora proposta a serem perseguidas no âmbito do contrato público para solução inovadora (CPSI) dela resultante:

META	EVENTO DE CARACTERIZAÇÃO	CRONOGRAMA
M1	Diagnóstico de compatibilidade da demanda com o problema público a ser solucionado através do desenvolvimento da solução proposta e viabilização dos equipamentos necessários.	Mês 01
M2	Instalação dos equipamentos necessários e ajustes, eventualmente necessários, observados os termos da solução inovadora proposta.	Mês 02
M3	Operacionalização e funcionamento da solução inovadora proposta.	Mês 03
M4	Operacionalização e funcionamento da solução inovadora com o desenvolvimento de possíveis aprimoramentos da solução inovadora apresentada.	Mês 04 e meses restantes do CPSI

11.2. Conhecida a solução inovadora Contratada e assinado o contrato de CPSI entre as partes, será na meta 01 - mês 01, que a Administração em conjunto com as forças de segurança do município e demais entidades competentes, farão o diagnóstico de compatibilidade da demanda com o problema público que definirá a quantidade, formato e locais estratégicos para a instalação dos equipamentos necessários que compõe a solução inovadora proposta.

11.3. Em cumprimento ao art. 14, § 1º, II da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

de 2021, a Contratada emitirá e entregará mensalmente administração pública, relatórios de andamento da execução contratual, que servirão de instrumento de monitoramento e acompanhamento do CPS.

11.4. Ao final da execução do CPSI, a Contratada apresentará relatório final de execução contratual objetivando assim a demonstração do cumprimento de todas as metas estabelecidas.

11.5. Encerrada a vigência do contrato público para solução inovadora (CPSI), e atendida satisfatoriamente todas as necessidades do problema público, a administração poderá celebrar com a mesma Contratada, sem nova licitação, contrato para o fornecimento da solução resultante do CPSI, nos termos do art. 15 da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

### **12. Da Confidencialidade, Sigilo e Segurança da Informação:**

12.1. Informações confidenciais. São consideradas confidenciais as informações, dados, documentos, contratos, acordos, planilhas, compilações ou bancos de dados a que as partes tenham acesso em função deste, e: (I) que estejam protegidos por segredo industrial; (II) que tenham sido assim qualificadas pela Contratada ou pelo Contratante; e/ou (III) que tenham sido classificados como sigilosos por ato da autoridade competente do Contratante, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (“Lei de Acesso à Informação”);

12.2. Poderão ser qualificadas como “confidenciais” informações e dados de natureza técnica, científica, comercial ou operacional, tais como informações sobre pesquisa, desenvolvimento técnico, produtos, processos, relatórios, know-how, anotações, especificações técnicas, bem como suas respectivas cópias, reproduções, reimpressões e traduções que possuam interesse científico, financeiro, empresarial;

12.3. As informações só serão qualificadas como “confidenciais” quando assim for apontado pela parte interessada ou se houver indicação expressa no respectivo documento.

12.4. Dever de sigilo. Caso tenham acesso a informações confidenciais, as partes e seus prepostos, colaboradores, prestadores de serviço e eventuais subcontratados obrigam-se a mantê-las em sigilo, bem como a utilizá-las única e exclusivamente para a execução do objeto do presente Termo, abstendo-se de divulgá-las a qualquer outra pessoa que não esteja, direta ou indiretamente, relacionada à execução do seu objeto;

12.5. As partes informarão as condições de sigilo estabelecidas nesta Cláusula a seus empregados, prestadores de serviços, consultores e todo o pessoal, qualquer que seja o vínculo existente, envolvido nas atividades de que trata o presente Termo de Referência.

12.6. É vedada a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações confidenciais sem o consentimento prévio, por escrito, da outra parte.

12.7. Segurança da informação. As partes obrigam-se a observar as melhores práticas relativas à segurança da informação, cumprindo e respeitando a preservação, o sigilo, a integridade, os direitos autorais e os direitos de propriedade intelectual que possam ser comprometidos no caso do acesso não autorizado a sistemas e bancos de dados, sem prejuízo da responsabilização judicial e da aplicação das sanções previstas neste instrumento.

12.8. Exceções. Não haverá violação das obrigações de confidencialidade previstas neste nas seguintes hipóteses:



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- 12.8.1. Informações que já sejam do conhecimento das partes na data de divulgação ou que, comprovadamente, tenham sido desenvolvidas de forma independente, sem relação com este Contrato, pela parte que a revele;
- 12.8.2. Informações que vierem a cair em domínio público sem culpa de qualquer das partes. Não se consideram em domínio público as informações confidenciais reveladas apenas em termos gerais;
- 12.8.3. Informações contidas em patentes ou outros direitos de propriedade intelectual publicadas em qualquer país;
- 12.8.4. Informações que tenham sido recebidas de terceiro que não esteja obrigado a manter sigilo;
- 12.8.5. Informações que o Contratante tenha o dever de revelar com base na Lei Federal nº 12.527/2011 (“Lei de Acesso à Informação”);
- 12.8.6. Informações que possam ter sua divulgação exigida em virtude de lei, decisão judicial ou administrativa, inclusive as provenientes do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e de outros órgãos de controle interno e externo;
- 12.8.7. Informações cuja revelação seja expressamente autorizada, por escrito, pela outra parte.
- 12.9. Revelação de informações confidenciais. O dever de sigilo não é oponível aos pedidos e requisições provenientes de órgãos de controle, interno e externo, no exercício regular de suas atribuições. A parte que estiver obrigada, por força de procedimento legal, administrativo ou judicial, a revelar quaisquer informações confidenciais deverá enviar à outra, antes da resposta, notificação prévia, por escrito, contendo cópia das determinações que impõem o dever de excepcionar o sigilo.
- 12.10. Responsabilidade. A parte que, por culpa ou dolo, violar as obrigações de sigilo e confidencialidade previstas nesta Cláusula assume a responsabilidade pela reparação das perdas e danos comprovadamente sofridos pela parte lesada.

### 13. Do reajuste:

13.1. Verificando-se o transcurso de mais de 12 (doze) meses contados da data de apresentação da proposta pela Contratada, será devido reajuste sobre o valor contratado, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), aferido mensalmente pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

### 14. Obrigações do Contratante:

14.1. Além das obrigações presentes neste e demais legislações aplicáveis, são obrigações do Contratante:

14.1.1. Proporcionar as condições indispensáveis à fiel execução do objeto, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada nas dependências dos órgãos ou entidades, quando necessário, deste que estejam credenciados exclusivamente para a execução dos serviços;

14.1.2. Solicitar formalmente, mediante simples comunicação, por meio digital ou físico, qualquer alteração que possa impactar a execução da solução inovadora, ficando a critério da Contratada a sua aceitação;

14.1.3. Efetuar o correto pagamento dentro dos prazos especificados para os serviços efetivamente prestados;





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

14.1.4. Monitorar e manter operantes os endereços postais eletrônicos (e-mails) informados, bem como informar atualizações destes a Contratada, sob risco de perda de comunicações relevantes aos serviços correlatos à solução inovadora deste;

14.1.5. Utilizar os dados e informações disponibilizadas por meio dos serviços que compõem à solução inovadora somente nas atividades que lhe compete exercer, não podendo retransmiti-las a terceiros, seja a título oneroso ou gratuito, ou, de qualquer forma, divulgá-las, sob pena de rescisão imediata do contrato, comunicação aos órgãos competentes, aplicação das penalidades cabíveis e ressarcimento dos prejuízos causados, excetuando-se as situações em que os referidos dados e informações façam parte de relatórios e análises resultantes do exercício das atividades do Contratante, bem como quando os dados e informações forem fornecidos a terceiros por exigências legais;

14.1.6. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando o seu bom desempenho;

14.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as exigências deste;

14.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo representante legal da Contratada;

14.1.9. O Contratante informará a forma e a periodicidade da entrega à administração pública de relatórios de andamento da execução contratual, que servirão de instrumento de monitoramento, e do relatório final a ser entregue pela Contratada após a conclusão da última etapa ou meta do projeto;

14.1.10. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto deste, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as eventuais falhas detectadas;

14.1.11. Notificar a Contratada, por escrito, sobre eventuais irregularidades observadas;

14.1.12. Comunicar prontamente à Contratada qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento do objeto, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste;

14.1.13. Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada neste e, eventualmente, aplicar as sanções decorrentes do descumprimento dessas obrigações, garantida a ampla defesa e o contraditório;

14.1.14. Notificar previamente a Contratada quando da aplicação de sanções administrativas, observando o devido processo legal;

14.1.15. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da Contratada, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere este Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”).

### 15. Obrigações da Contratada:

15.1. Além das obrigações presentes neste e demais legislações aplicáveis, são obrigações da Contratada:

15.1.1. Executar a solução inovadora de acordo com a proposta selecionada, desde que o Contratante tenha assegurado as condições necessárias para a execução dos serviços contratados;

15.1.2. Enviar, por e-mail, relatório de prestação de contas discriminando os serviços, notas fiscais e guias de pagamento correspondentes ao serviço prestado;





## MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- 15.1.3. Comunicar, formalmente, qualquer ocorrência que possa impactar na execução da solução inovadora;
- 15.1.4. Manter-se regular perante a Administração Pública durante toda a vigência contratual, o que será comprovado pelo Contratante por intermédio de consultas nos sistemas ou cadastros de regularidade da Administração Pública;
- 15.1.5. A Contratada assumirá total responsabilidade por possíveis violações dos direitos de terceiros, nos artefatos gerados por ela;
- 15.1.6. A Contratada responderá solidariamente com seus agentes empregados, prepostos, ou subcontratados, no caso de violação do compromisso de confidencialidade ora assumido;
- 15.1.7. O acesso à informação sigilosa será restrito ao funcionário alocado para a execução dos SERVIÇOS, sendo vedado repassar a outros funcionários da Contratada sem prévia autorização do Contratante;
- 15.1.8. A Contratada deverá restituir imediatamente ao Contratante, quando do término do serviço ou quando for solicitada, qualquer informação deste. Em caso de perda de quaisquer informações, a Contratada deverá notificar por escrito o Contratante, imediatamente;
- 15.1.9. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do Contrato;
- 15.1.10. Cumprir fielmente ao pactuado neste, de forma que os serviços avançados mantenham os equipamentos em condições de perfeito funcionamento, nos locais de instalação designados pelos servidores responsáveis;
- 15.1.11. Se, após o recebimento, constatar-se que o serviço foi executado em desacordo com o Contrato, caberá a Administração notificar por escrito a prestadora de serviço, não havendo solução poderão ser aplicadas as sanções previstas neste.
- 15.1.12. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante, ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 15.1.13. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do Contrato;
- 15.1.14. Manter, durante toda a execução do objeto deste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação de solução inovadora;
- 15.1.15. Informar ao Contratante a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade da execução do objeto contratado;
- 15.1.16. Comparecer, sempre que solicitada, à sede do Contratante, para receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações;
- 15.1.17. Observar e guardar sigilo sobre informações confidenciais do Contratante a que tiver acesso em virtude deste;
- 15.1.18. Proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem a seu serviço, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais, ajuizadas em qualquer juízo, que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com o Contratante;



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

15.1.19. A Contratada observará a matriz de riscos firmada entre as partes, incluídos os riscos referentes a caso fortuito, força maior, risco tecnológico, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;

15.1.20. Em cumprimento ao art. 14, § 1º, II da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, a Contratada emitirá e entregará mensalmente administração pública, relatórios de andamento da execução contratual, que servirão de instrumento de monitoramento e acompanhamento do CPS.

15.1.21. Ao final da execução do CPSI, a Contratada apresentará relatório final de execução contratual objetivando assim a demonstração do cumprimento de todas as metas estabelecidas.;

15.1.22. Obedecer às normas e rotinas do Contratante, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto deste, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis;

15.1.23. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista, fiscal, comercial, previdenciária, ou civil entre o Contratante e a Contratada, tampouco haverá vínculo de qualquer natureza entre o Contratante e o pessoal utilizado pela Contratada para execução das atividades decorrentes deste, vedando-se qualquer relação entre o Contratante e referido pessoal que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### **16. Formas e condições de remuneração:**

16.1. A remuneração da Contratada será realizada em regra pelo preço fixo proposto.

16.2. Considerando as peculiaridades da modalidade especial da licitação aqui empregada, durante a execução contratual e no transcorrer da implantação da solução inovadora as partes poderão negociar os critérios de remuneração mais adequado ao caso concreto, desde que estejam previstos no art. 14, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

16.3. A Contratada fará jus a remuneração variável de incentivo e terá direito a pagamentos adicionais, conforme disposto no art. 14, § 3º, II, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, sempre que superar as metas contratuais e assim apresentar melhorias e aprimoramento a solução inovadora proposta, desde que devidamente autorizada e atestada pelo Contratante.

16.4. Os pagamentos serão realizados após a execução dos trabalhos, e, a fim de garantir os meios financeiros para que a Contratada implemente a etapa inicial do projeto, a administração pública poderá prever o pagamento antecipado de uma parcela do preço anteriormente ao início da execução do objeto, mediante justificativa expressa.

16.5. Nas hipóteses em que houver risco tecnológico, os pagamentos serão efetuados proporcionalmente aos trabalhos executados;

16.6. A Administração Pública deverá efetuar o pagamento conforme o critério adotado, ainda que os resultados almejados não sejam atingidos em decorrência do risco tecnológico, sem prejuízo da rescisão antecipada do contrato caso seja comprovada a inviabilidade técnica ou econômica da solução;



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

16.7. A Contratada poderá receber pagamento antecipado de até 25% (vinte cinco por cento) do valor do contrato para que implemente a etapa inicial do projeto, conforme autorizado pelo § 7º do artigo 14 da Lei Complementar 182/2021, mediante justificativa emitida pela Contratada e aceita pelo Contratante.

16.8. A administração pública certificar-se-á da execução da etapa inicial e, se houver inexecução injustificada, exigirá a devolução do valor antecipado ou efetuará as glosas necessárias nos pagamentos subsequentes, se houver.

16.9. O pagamento será realizado mediante emissão de nota fiscal dos serviços prestados com o ateste do fiscal do contrato;

16.10. O pagamento será efetuado pelo Contratante em até 30 (trinta) dias corridos após a aprovação da documentação comprobatória pelo setor competente do Contratante, uma vez que tenham sido cumpridos todos os critérios e condições estabelecidos neste.

16.11. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias corridos, após a sua apresentação válida.

16.12. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente conforme disposto em decretos ou atos normativos locais.

16.13. Não ocorrendo o pagamento pelo Contratante dentro do prazo estipulado em contrato, o valor devido será acrescido de encargos financeiros, que contemplam: a. Juros de mora de 0,5% ao mês sobre o valor faturado, pro rata die, e; b. Correção monetária do valor devido com base na variação mensal do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ou outro índice de âmbito federal que venha a substituí-lo para os atrasos com 30 (trinta) ou mais dias.

16.14. A correção monetária dar-se-á pela aplicação do IPCA acumulado entre o mês de vencimento da fatura e o mês em que o pagamento for realizado (último IPCA divulgado até a data do adimplemento).

16.15. O atraso do Contratante no pagamento, quando superior a 90 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, implica possibilidade de suspensão imediata dos serviços prestados pela Contratada, não deixando o Contratante de responder pelo pagamento dos serviços já prestados, bem como dos encargos financeiros consequentes.

16.16. A compensação financeira devida será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = (M \times VP) + (JM \times N \times VP) + (I \times VP), \text{ onde:}$$

EM = Encargos Moratórios;

M = Multa por atraso = 2%.

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Nº de dias entre a data prevista e a do efetivo pagamento;

JM = Juros de mora, assim apurado: 12/100/365;

I = Atualização Monetária (IPCA acumulado no período).

### 17. Da responsabilidade socioambiental:

17.1. As partes serão responsáveis por cumprir a legislação ambiental e de biodiversidade vigente durante a execução do objeto deste, abstendo-se também de usar quaisquer formas de trabalho escravo ou humanamente degradante.





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

### 18. Da conformidade com o marco legal anticorrupção:

18.1. Marco legal Anticorrupção: As partes declaram conhecer as normas de prevenção a atos de corrupção e lavagem de dinheiro previstas na legislação brasileira (“Marco Legal Anticorrupção”), dentre elas o Decreto-Lei nº 2848/1940 (“Código Penal Brasileiro”), a Lei Federal no 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”) e a Lei Federal no 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”) e, se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, prepostos, administradores, empregados e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

18.2. Vedações: As partes não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste ajuste.

18.3. Conformidade: A Contratada declara e garante que:

- a) Não se encontra, direta ou indiretamente, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores sob investigação, em processo judicial e/ou administrativo, relativamente a violação do Marco Legal Anticorrupção, nem está sujeita a restrições ou sanções econômicas impostas por qualquer entidade governamental;
- b) Não sofreu nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionados ao descumprimento do Marco Legal Anticorrupção ou de lavagem de dinheiro nos últimos 5 (cinco) anos;
- c) Não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar pagamentos em dinheiro nem dar presentes, ou quaisquer outros objetos de valor, a representantes de entidades públicas ou privadas, com o objetivo de beneficiar-se ilicitamente;
- d) Não irá receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de atividades ilícitas, abstendo-se de manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas investigadas e/ou condenadas por atos previstos no Marco Legal Anticorrupção, bem como por lavagem de dinheiro, tráfico de drogas ou terrorismo;
- e) Seus atuais dirigentes, representantes, empregados e colaboradores não são agentes públicos e que informará por escrito o Contratante, no prazo de [3 (três) dias úteis], sobre eventuais nomeações de seus quadros para cargos, empregos e/ou funções públicas.

18.4. Dever de informar: A Contratada deverá comunicar prontamente o Contratante, por escrito, sobre qualquer suspeita de violação ou descumprimento do Marco Legal Anticorrupção e/ou das obrigações previstas nesta Cláusula.

### 19. Da proteção de dados pessoais:

19.1. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a enviar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”) e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

19.2. Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a Contratada deverá observar, ao longo de toda a vigência do





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

19.3. Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a Contratada deverá:

- a) Notificar imediatamente o Contratante;
- b) Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e
- c) Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até [30 (trinta) dias corridos], contados a partir do requerimento do titular.

19.4. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

19.5. As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

19.6. A Contratada deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do Contratante previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

19.7. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a Contratada deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

19.8. A Contratada deverá notificar o Contratante imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o Contratante cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

19.9. As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

19.10. É vedada a transferência de dados pessoais pela Contratada para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, do Contratante, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à Contratada a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

19.11. A Contratada responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.

19.12. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pelo Contratante, não exime a Contratada das obrigações decorrentes deste, permanecendo integralmente responsável perante o Contratante mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

19.13. A Contratada deve colocar à disposição do Contratante, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta Cláusula, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pelo Contratante ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

19.14. A Contratada deve auxiliar o Contratante na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste.

19.15. Se o Contratante constatar que dados pessoais foram utilizados pela Contratada para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste, a Contratada será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

19.16. Extinto o contrato, independentemente do motivo, a Contratada deverá em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao Contratante ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando ao Contratante, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

### **20. Dos direitos de propriedade intelectual das criações:**

20.1. Em atendimento ao artigo 14, § 1º, inciso IV da Lei Complementar 182/2021, fica expresso que toda titularidade dos direitos de propriedade intelectual das criações resultantes do CPSI será exclusiva da Contratada.

### **21. Da participação nos resultados:**

21.1. Em atendimento ao artigo 14, § 1º, inciso V da Lei Complementar 182/2021, fica assegurado a Contratada exclusivamente todos os direitos de exploração comercial, de licenciamento e de transferência da tecnologia objeto da solução inovadora.

### **22. Disposições gerais:**

22.1. Subcontratação, cessão e transferência: a Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste processo licitatório.

22.2. Omissões. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Complementar nº 182/2021, e demais normas aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

22.3. Publicação. A publicação resumida do Contrato Público de Solução Inovadora na Imprensa Oficial será condição indispensável para sua eficácia e será providenciada pelo Contratante.

22.4. Interpretação. Na hipótese de conflito entre alguma disposição deste e a legislação vigente e aplicável, ou caso qualquer de suas disposições seja judicialmente declarada inválida, tal disposição em conflito ou a invalidação judicial da disposição deverá ser interpretada de forma a refletir, o mais próximo possível, a intenção original das partes, consoante a lei aplicável, sendo que as demais disposições do presente instrumento deverão permanecer em plena eficácia, delas decorrendo todos os efeitos.

22.5. Se quaisquer das partes permitir, em benefício do outro, mesmo que por omissão, a inobservância, no todo ou em parte, o não cumprimento de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas no presente, este fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

modo afetar ou prejudicar tais cláusulas e condições, que permanecerão inalteradas, válidas e eficazes, sem novação ou qualquer alteração de conteúdo.

22.6. Em caso de conflito entre os termos e condições pactuados neste, prevalecerão os termos e condições dispostos no presente instrumento.

22.7. Ultratividade. A rescisão ou a expiração da vigência do contrato não afeta a responsabilidade das partes no que diz respeito ao sigilo de informações confidenciais, proteção de dados pessoais, titularidade de propriedade intelectual e participação nos resultados da sua exploração.

22.8. Comunicações. Qualquer comunicação ou notificação relacionada a este poderá ser realizada por escrito, mediante e-mail, correio ou entregue pessoalmente, no respectivo endereço da parte informado no preâmbulo do edital.

22.9. Os casos não previstos neste instrumento serão decididos pela administração de acordo com a legislação vigente, e com os princípios constitucionais da Administração Pública.

**Carlos Lopes**  
Secretário de Administração

Protocolo Interno n. <u>41124</u>
Em <u>30</u> de <u>ABRIL</u> de <u>24</u>
Funcionário

## Memorando 5- 1.169/2024

**De:** Ademir A. - SF-DC

**Para:** SA-DPP - Divisão de Pesquisa de Preços - A/C Elaine B.

**Data:** 24/04/2024 às 14:21:49

**Setores envolvidos:**

SA-DPP, SF, SF-DC

### DOTAÇÃO MONITORAMENTO CIDADE

BOA TARDE

EM ANEXO INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O PRESENTE OBJETO

—  
*Ademir Antonio Aziliero*  
ANALISTA CONTÁBIL

**Anexos:**

03\_video\_monitoramento\_da\_cidade.pdf





**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**  
**ESTADO DO PARANÁ**



**INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1.1. **OBJETO:** Contratação de um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, através de inteligência artificial, na forma da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021.

<b>ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</b>							
<b>UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO S.M.A.</b>							
Natureza da Despesa: 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica							
Desdobramento da Despesa: 3.3.90.40.99.01 – Serviços de TIC – PJ – Gerenciamento de Canais Eletrônicos							
UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
00	03/01	000	2.006	Serviços de Administração Geral 03.001.04.122.0003.2.006	61	3513	3.3.90.40.99.01

Coronel Vivida, 24 de abril de 2024

ADEMIR ANTONIO AZILIERO  
CRC 025365-O/PR



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4826-80DA-444F-D607

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ADEMIR ANTONIO AZILIERO (CPF 472.XXX.XXX-20) em 24/04/2024 14:22:15 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://coronelvivida.1doc.com.br/verificacao/4826-80DA-444F-D607>



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

## MINUTA DO EDITAL DE LICITAÇÃO ESPECIAL Nº XX/2024

### 1. PREÂMBULO.

1.1. O MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, por meio do Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio, Sr. Juliano Ribeiro, designado pelo Decreto nº 7803 de 10 de janeiro de 2022, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar o processo licitatório na modalidade LICITAÇÃO ESPECIAL, instituída pela Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021 (Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador), destinado à seleção de proposta para a CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO INOVADORA, na forma deste edital e seus anexos.

1.2. A presente licitação reger-se-á pelo disposto neste edital e seus anexos e na Lei Complementar Federal nº 182, de 01 de junho de 2021 (Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador).

1.3. O presente edital encontra-se disponível para consulta no sítio eletrônico oficial do município [www.coronelvivida.pr.gov.br](http://www.coronelvivida.pr.gov.br) na opção licitações em andamento, observando-se os prazos e a forma disposta no art. 13, § 2º, inc. i e II, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021. O município não se responsabiliza pelo conteúdo de edital e/ou demais informações acerca da licitação obtidos e/ou conhecidos de forma e/ou em local diverso do aqui disposto.

1.4. Os envelopes contendo as propostas e a documentação de habilitação dos licitantes deverão ser entregues em sessão pública, a ser realizada em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024, às \_\_\_h00min, no endereço: \_\_\_\_\_, sob a coordenação da Comissão Especial de Licitação, designada especialmente para este fim.

1.5. A Comissão Especial de Licitação foi constituída na forma do art. 13, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021. Compete a comissão especial:

- I - receber, examinar e julgar as propostas e documentos de habilitação conforme requisitos e critérios estabelecidos no instrumento convocatório;
- II - receber e processar os recursos em face das suas decisões;
- III - dar ciência aos interessados das suas decisões;
- IV - encaminhar os autos da licitação à autoridade competente para deliberação;
- V - propor à autoridade competente a instauração de processo administrativo punitivo, objetivando a aplicação de sanções.

1.6. As propostas serão julgadas e classificadas de acordo com os critérios dispostos neste edital e seus anexos, procedendo-se à análise da documentação de habilitação somente do licitante selecionado, na forma do art. 13, § 7º, da lei complementar federal nº 182, de 1º de junho de 2021.





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

1.7. Selecionada a proposta vencedora, o adjudicatário será convocado para celebração de contrato público para solução inovadora (CPSI), nos termos deste edital e seus anexos.

### 2. DO OBJETO.

2.1. O presente certame tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa para a celebração de **CONTRATO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO INOVADORA (CPSI)**, destinado a contratação de um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, através de inteligência artificial, com processamento e integração de dados para proporcionar informação em tempo real sobre utilização de espaços públicos municipais estratégicos, visando subsidiar ações e políticas públicas assertivas por parte do poder público municipal e dos órgãos de segurança pública, compreendendo equipamentos embarcados com inteligência artificial e software de análise inteligente em atendimento as necessidades da Administração Municipal, na forma da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021 (Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador).

### 3. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DA SOLUÇÃO INOVADORA.

3.1. As propostas serão avaliadas e classificadas pela Comissão Especial de Licitação de acordo com os critérios fixados no ANEXO III - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

3.2. Nos termos do art. 13, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, a avaliação e julgamento das propostas observará os seguintes critérios:

- 3.2.1. CRITÉRIO 01 - Potencial de resolução do problema pela solução proposta e da provável economia para a administração pública;
- 3.2.2. CRITÉRIO 02 - Grau de desenvolvimento da solução proposta;
- 3.2.3. CRITÉRIO 03 - Viabilidade e maturidade do modelo de negócio da solução;
- 3.2.4. CRITÉRIO 04 - Viabilidade econômica da proposta, considerados os recursos financeiros disponíveis para a celebração do(s) contrato(s); e
- 3.2.5. CRITÉRIO 05 - Demonstração comparativa de custo e benefício da proposta em relação às opções funcionalmente equivalentes.

### 4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO.

4.1. O valor estimado da contratação, correspondente ao valor máximo a ser pago à contratada em contrapartida a solução proposta, será de **R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**, em observância ao disposto no art. 14, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, conforme justificativa expressa no termo de referência.

4.2. Os dispêndios relativos aos pagamentos pela solução proposta serão suportados por meio da dotação orçamentária definida pelo Departamento de Contabilidade.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

### 5. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO INOVADORA.

5.1. O prazo de vigência do contrato público para solução inovadora (CPSI) resultante desta licitação será de 12 (doze) meses, contados da data de emissão da ordem de início à contratada, podendo ser prorrogado para mais 12 meses, a critério do município e de acordo com as necessidades, até o limite legal fixado no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

5.2. Encerrada a vigência do contrato público para solução inovadora (CPSI), e atendida satisfatoriamente todas as necessidades do problema público, a administração poderá celebrar com a mesma contratada, sem nova licitação, contrato para o fornecimento da solução resultante do CPSI, nos termos do art. 15 da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

5.3. A vigência do contrato de fornecimento será limitada a 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável por mais um período de até 24 (vinte e quatro) meses. O contrato de fornecimento será limitado a 5 (cinco) vezes o valor máximo definido no § 2º do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, para o CPSI, incluídas as eventuais prorrogações, hipótese em que o limite poderá ser ultrapassado nos casos de reajuste de preços e dos acréscimos de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

### 6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME.

6.1. Poderão participar desta licitação, toda e qualquer pessoa jurídica regularmente estabelecida no país, especializada no objeto desta licitação e que satisfaça integralmente as condições e exigências deste Edital e na Lei Complementar 182, de 1º de junho de 2021.

6.2. Ao participar do procedimento licitatório, acostando sua proposta, a licitante tacitamente declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e que não se enquadra em nenhum dos impedimentos legais.

6.3. Os licitantes que se enquadrarem como STARTUP deverão comprovar no ato da apresentação dos envelopes do certame que atendem ao disposto no artigo 4º, da Lei Complementar 182, a saber:

Art. 4º São enquadradas como startups as organizações empresariais ou societárias, nascentes ou em operação recente, cuja atuação caracteriza-se pela inovação aplicada a modelo de negócios ou a produtos ou serviços ofertados.

§ 1º Para fins de aplicação desta Lei Complementar, são elegíveis para o enquadramento na modalidade de tratamento especial destinada ao fomento de startup o empresário individual, a empresa individual de responsabilidade limitada, as sociedades empresárias, as sociedades cooperativas e as sociedades simples:

I - com receita bruta de até R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais) no ano-calendário anterior ou de R\$1.333.334,00 (um milhão, trezentos e trinta e três mil trezentos e trinta e quatro reais) multiplicado pelo número de meses de atividade no



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, independentemente da forma societária adotada;

II - com até 10 (dez) anos de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia; e III - que atendam a um dos seguintes requisitos, no mínimo:

a) declaração em seu ato constitutivo ou alterador e utilização de modelos de negócios inovadores para a geração de produtos ou serviços, nos termos do inciso IV do caput do art. 2º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; ou

b) enquadramento no regime especial Inova Simples, nos termos do art. 65-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 2º Para fins de contagem do prazo estabelecido no inciso II do § 1º deste artigo, deverá ser observado o seguinte:

I – para as empresas decorrentes de incorporação, será considerado o tempo de inscrição da empresa incorporadora;

II – para as empresas decorrentes de fusão, será considerado o maior tempo de inscrição entre as empresas fundidas; e

III – para as empresas decorrentes de cisão, será considerado o tempo de inscrição da empresa cindida, na hipótese de criação de nova sociedade, ou da empresa que a absorver, na hipótese de transferência de patrimônio para a empresa existente.

6.4. Será permitida a participação de empresas sob regime de consórcio.

6.5. As empresas consorciadas deverão apresentar Termo de Compromisso de constituição de Consórcio, do qual deverão constar as seguintes cláusulas:

- a) Indicação da empresa líder e sua respectiva participação no consórcio;
- b) Responsabilidade solidária das empresas consorciadas, perante a contratante, pelas obrigações e atos do consórcio, tanto durante as fases da licitação quanto na de execução do contrato;
- c) Prazo de duração do consórcio que deve, no mínimo, coincidir com a data da expiração da garantia dos fornecimentos, objeto do contrato administrativo licitado;
- d) Compromisso de que não será alterada a constituição ou composição do consórcio sem prévia anuência da contratante, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do consórcio original;
- e) Compromisso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica diversa de seus integrantes e que o consórcio não adotará denominação própria;
- f) Obrigação das consorciadas de apresentar antes da assinatura do contrato decorrente da licitação, o Termo de Constituição do Consórcio, devidamente aprovado pelo órgão da sociedade de cada participante, que for competente, para autorizar a alienação de bens do ativo permanente, nos termos do que dispõe os artigos 278 e 279 da Lei 6.404/76;
- g) A licitante vencedora fica obrigada a promover, antes da celebração do contrato a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido na alínea anterior.





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

h) Dentre outras disposições específicas à execução do objeto do contrato decorrente desta licitação, o instrumento de constituição do consórcio deverá:

h.1) Definir claramente a participação e os encargos de cada uma das empresas consorciadas na execução do objeto contratual;

h.2) Conter cláusula, reconhecendo expressamente a responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados em consórcio e inerentes a todas as fases de execução do contrato.

6.6. Na sessão pública, o consórcio será representado pela empresa líder.

6.7. A empresa participante de um consórcio não poderá participar da licitação isoladamente ou integrando outro consórcio.

6.8. Não poderão participar da licitação:

- a) Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste edital;
- b) Os interessados que se encontrem, mesmo que indiretamente, sob falência, concordata, recuperação judicial, (exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente), dissolução, liquidação
- c) Empresas estrangeiras que não funcionem no país.
- d) Aqueles incursos nas sanções previstas no inciso III, Artigo 87 da Lei 8.666/93, quando aplicada por esse município.
- e) Aqueles que tenham sido declarados impedidos e/ou inidôneos para licitar ou contratar com a administração pública.

6.9. A participação na licitação e apresentação da proposta implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital e de seus anexos.

6.10. O licitante deve arcar com todos os custos associados à preparação e envio de sua proposta e em hipótese alguma a Contratante será responsável ou estará sujeita a esses custos.

## 7. REPRESENTAÇÃO.

7.1. O licitante ou o consórcio, deverá, na sessão pública de entrega dos envelopes, comprovar a existência de representantes legais ou procuradores, munidos de poderes para representá-la em atos e documentos em geral no âmbito da presente licitação, devendo comprovar os respectivos poderes de representação por meio de:

a) instrumento de mandato que comprove poderes específicos para praticar todos os atos referentes à licitação, tais como assinar e rubricar documentos e propostas, ofertas de preços, interpor e desistir de recursos, negociar condições (nos termos do art. 13, § 9º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021), acompanhado do(s) documento(s) que comprove(m) os poderes do(s) outorgante(s); e/ou



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

b) contrato social, estatuto social e atas de eleição ou documento equivalente, demonstrando o(s) representante(s) legal(is) da sociedade.

7.2. Poderá ser indicado pelo licitante apenas 01 representante credenciado.

7.3. A qualquer momento, durante o processo licitatório, o licitante poderá nomear ou substituir seu(s) representante(s) credenciado(s).

7.4. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um licitante no âmbito desta licitação.

7.5. Em se tratando de Consórcio, as disposições anteriores se aplicam à consorciada líder.

### 8. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES DO EDITAL.

8.1. Os licitantes que necessitarem de informações ou esclarecimentos complementares relativamente à presente licitação deverão solicitá-los no máximo até o 5º (quinto) dia útil antes da data agendada para a entrega dos envelopes, aos cuidados da Comissão Especial de Licitação, por meio de mensagem dirigida ao endereço eletrônico acompanhada do arquivo contendo as questões formuladas.

8.2. A Comissão Especial de Licitação não se responsabilizará por eventuais problemas ou falhas no envio ou recebimento dos pedidos de esclarecimentos, bem como pela nitidez e qualidade visual dos pedidos.

8.3. Não sendo formulados pedidos de informações e esclarecimentos sobre a licitação, pressupõe-se que os elementos fornecidos no edital são suficientemente claros e precisos para todos os atos a se cumprirem no âmbito da licitação, não restando direito aos licitantes para qualquer reclamação ulterior, dado que a participação na licitação implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital.

8.4. Sob pena de decadência, eventual impugnação ao edital deverá ser protocolada, por qualquer pessoa, em até 05 (cinco) dias úteis antes da data de entrega dos envelopes, e, por aqueles que irão participar da licitação, em até 02 (dois) dias úteis antes da data de entrega dos envelopes.

8.5. As eventuais impugnações ao edital deverão ser formuladas exclusivamente por escrito, devidamente rubricadas e assinadas pelo responsável e, no caso de pessoa jurídica, pelo seu representante legal ou procurador, dirigidas ao presidente da Comissão Especial de Licitação e entregues no setor de protocolos da prefeitura do município, ou pelo endereço eletrônico.

### 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES.

9.1. Os licitantes deverão apresentar, por meio dos seus representantes credenciados, no local, dia e hora designados no preâmbulo do edital, a seguinte documentação: 02 (dois)



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

envelopes lacrados, distintos e separados, sendo um relativo à proposta (envelope nº 1), e outro relativo à documentação de habilitação (envelope nº 2).

9.2. Os documentos de representação deverão ser entregues separadamente à Comissão Especial de Licitação, fora dos invólucros, no início da sessão de recebimento dos envelopes.

9.3. Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

9.4. Todos os documentos que constituem as propostas e a documentação de habilitação, bem como todas as demais documentações a serem fornecidas e todas as correspondências e comunicações a serem trocadas, deverão ser apresentados em língua portuguesa, idioma oficial desta licitação.

9.5. Documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas somente serão admitidos desde que devidamente traduzidos para o português por tradutor público juramentado, matriculado em qualquer uma das Juntas Comerciais do Brasil.

### **10. ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA.**

10.1. O envelope nº 1 deverá conter a proposta do licitante, contendo a apresentação e as especificações da solução inovadora e o preço fixo proposto, cuja elaboração e avaliação deverão observar no mínimo o disposto no ANEXO III - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

10.2. Cada licitante, ou consórcio, deverá apresentar uma única proposta.

10.3. Para elaboração de sua proposta, o licitante deverá considerar todas as disposições e especificações do presente edital e seus anexos, sendo de sua inteira responsabilidade a realização de estudos complementares que, a seu critério, considere necessários à elaboração de sua proposta e à apresentação e descrição de sua solução inovadora.

10.4. A proposta do licitante vencedor comporá o contrato público para solução inovadora (CPSI) e converter-se-á, automaticamente, em obrigação da contratada quanto às especificações, compromissos e procedimentos ali contidos sem prejuízo das demais obrigações dispostas no contrato.

10.5. O licitante deverá indicar o preço fixo proposto em Reais (R\$).

10.6. No preço proposto deverão estar incluídos todos os custos, despesas, impostos e demais tributos inerentes ao fornecimento, instalação e operacionalização da solução inovadora proposta.

10.7. Será classificada a proposta que atingir a maior pontuação (Nota Máxima: 100 pontos).





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

10.8. Os licitantes que tiverem suas propostas desclassificadas serão automaticamente desclassificados e eliminados da licitação, sendo devolvidos os ENVELOPES Nº 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

### 11. ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

11.1. O envelope nº 2 deverá conter a documentação de habilitação do licitante, organizada da seguinte forma:

- Parte I - Habilitação Jurídica;
- Parte II - Qualificação Econômico-Financeira;
- Parte III - Regularidade Fiscal e Trabalhista;
- Parte IV - Declarações

11.2. Na forma do art. 13, § 8º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, tendo em vista o grau de inovação buscado nos termos deste edital e seus anexos, a experiência pretérita dos licitantes e o conseqüente grau de maturidade da solução inovadora proposta serão avaliados no âmbito das propostas, não possuindo caráter habilitatório.

#### PARTE I - HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.3. Os documentos a seguir listados deverão ser apresentados pelo LICITANTE com vistas à demonstração de sua habilitação jurídica:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, incluindo, se houver, alterações realizadas desde a última consolidação, devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão competente, nos seguintes termos:
- b) no caso de sociedades por ações e sociedades limitadas, quando aplicável, acompanhados dos documentos devidamente registrados de eleição dos seus administradores e, no caso de sociedades por ações, das respectivas publicações na Imprensa; e
- c) em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, acompanhados do decreto de autorização ou equivalente, nos termos do art. 28, inc. V, da Lei Federal nº 8.666/93, além de ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### PARTE II - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.4. Os documentos a seguir listados deverão ser apresentados pelo LICITANTE com vistas à demonstração de sua qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo Distribuidor Judicial da Comarca (Varas Cíveis) da cidade onde a empresa for sediada, com data de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data da entrega dos envelopes, devendo ser juntado à documentação de



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

habilitação, no caso de pessoa jurídica em situação de recuperação judicial (na forma da Lei Federal nº 11.101/05), o competente “Plano de Recuperação Judicial”, já devidamente homologado pelo Juízo competente; e

### PARTE III - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

11.5. Os documentos a seguir listados deverão ser apresentados pelo LICITANTE com vistas à demonstração de sua regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Comprovação de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia - CNPJ/ME;
- b) Comprovação de registro no Cadastro de Contribuintes municipal e/ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do LICITANTE;
- c) Comprovação de regularidade junto à Fazenda Federal, por meio de Certidão Negativa Conjunta, emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativamente aos tributos administrados pela RFB e à Dívida Ativa da União administrada pela PGFN;
- d) Comprovação de regularidade junto à Fazenda Estadual da sede do LICITANTE, por meio de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual ou, na inexistência desta, de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Impostos de Competência Estadual e de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Procuradoria Geral do Estado;
- e) Comprovação de regularidade junto à Fazenda Municipal, por meio de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal ou, na inexistência desta, de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Impostos de Competência Municipal e de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Procuradoria Geral do Município;
- f) Comprovação de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, por meio do Certificado de Regularidade de Situação - CRS; e
- g) Comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da correspondente Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- h) Serão aceitas como comprovação de Regularidade Fiscal e Trabalhista certidões negativas ou certidões positivas com efeito de negativas que noticiem, em seu corpo, que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- i) As certidões integrantes da documentação de habilitação deverão se encontrar válidas na data de apresentação dos envelopes.
- j) Todos os documentos que não possuírem prazo de validade expresse reputar-se-ão com prazo de validade de 90 (noventa) dias contados da data de sua expedição.

### PARTE IV - DECLARAÇÕES

11.6. Além dos documentos destinados à comprovação de Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal e Trabalhista, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos, firmados por representante credenciado:

- a) Declaração conforme descrita no Anexo IV - MODELO 01 - Carta de apresentação da documentação de habilitação;
- b) Declaração conforme descrita no Anexo IV - MODELO 02 - Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da constituição federal de 1988;
- c) Declaração conforme descrita no Anexo IV - MODELO 03 - Declaração única de compromissos para a experimentação;
- d) Em se tratando de consórcio, os documentos relacionados à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira, Regularidade Fiscal e Trabalhista deverão ser apresentadas por todas as empresas participantes do consórcio.

### 12. RITO LICITATÓRIO ESPECIAL.

12.1. No dia, local e hora designados no preâmbulo deste edital e no aviso de convocação da licitação, em sessão pública, os representantes dos licitantes presentes serão devidamente credenciados, na forma deste edital, e, em seguida, serão convidados a entregar seus envelopes, contendo as propostas e a documentação de habilitação.

12.2. Na sequência, a Comissão Especial de Licitação procederá à abertura dos envelopes nº 1 de cada um dos licitantes, cujos documentos serão rubricados pela Comissão Especial de Licitação e, posteriormente, por um representante credenciado de cada um dos licitantes presentes.





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

12.3. Serão também rubricados pelos membros da Comissão Especial de Licitação e por um representante credenciado de cada um dos licitantes presentes os fechos dos envelopes nº 2, os quais permanecerão fechados, sob responsabilidade da Comissão Especial de Licitação.

12.4. Rubricadas todas as folhas de todas as propostas, a Comissão Especial de Licitação suspenderá a sessão para análise e atribuição da pontuação às propostas, conforme os critérios estabelecidos nos termos deste edital e seus anexos, para consolidação das Notas.

12.5. Respeitados os critérios e balizas fixados no ANEXO III - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, será desclassificada a proposta que não atender ao disposto neste edital e em seus anexos, ou que alcançar Nota inferior a 70 (setenta) pontos (Nota Máxima: 100 pontos).

12.6. Os licitantes serão classificados conforme a nota obtida em suas propostas, sendo que, na forma do art. 13, § 7º, da lei complementar federal nº 182, de 1º de junho de 2021, somente o licitante autor da proposta melhor classificada terá sua documentação de habilitação aberta e analisada.

12.7. A classificação das propostas e as notas atribuídas serão divulgadas aos licitantes, abrindo-se prazo para recursos, conforme disposto no edital.

12.8. Julgados os eventuais recursos interpostos contra a classificação das **PROPOSTAS**, será realizada sessão pública para abertura do envelope nº 2 - documentação de habilitação do(s) licitante(s) mais bem classificado(s).

12.9. A documentação de habilitação será rubricada pelos membros da Comissão Especial de Licitação e por um representante credenciado de cada um dos licitantes presentes à sessão.

12.10. A Comissão Especial de Licitação analisará os documentos e decidirá sobre a habilitação, de imediato, na mesma sessão, ou suspenderá a sessão e divulgará o resultado através de publicação no diário oficial do município, quando a questão envolver exame mais apurado.

12.11. Somente será habilitado o licitante que satisfizer, integralmente e sem ressalvas, as exigências acerca da documentação de habilitação.

12.12. Das sessões realizadas serão lavradas atas circunstanciadas, registrando-se todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, as quais serão, ao final, assinadas pela Comissão Especial de Licitação (inclusive membros eventualmente conectados por teleconferência, na hipótese do art. 13, § 3º, inc. II, da lei complementar federal nº 182, de 1º de junho de 2021, que assinarão digitalmente), e pelos representantes dos licitantes presentes.

### 13. FASE RECURSAL.

13.1. Os **LICITANTES** poderão recorrer da decisão sobre:



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- a) a classificação das **PROPOSTAS**;
- b) o julgamento da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**;
- c) a aplicação de eventuais sanções e penalidades; e
- d) a anulação ou revogação da **LICITAÇÃO**.

13.2. O recurso deverá ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato, seja durante sessão pública, seja, conforme o caso, após a publicação da decisão no Diário Oficial do município.

13.3. Para todo recurso será considerado, para contagem do prazo, o primeiro dia útil seguinte ao da intimação, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

13.4. O recurso deverá ser dirigido ao Sr. Presidente da Comissão Especial de Licitação e protocolizado no setor de protocolos da prefeitura do município ou pelo endereço eletrônico;

13.5. A interposição de recurso será comunicada aos demais licitantes (se houver), que poderão impugná-lo (contrarrazões) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato e obtenção da íntegra do teor do recurso interposto.

13.6. Em sessão pública ou devidamente atestado em documento próprio as licitantes poderão declinar do seu direito recursal, estando assim a Comissão Especial de Licitação autorizada a dar andamento no processo.

13.7. A Comissão Especial de Licitação poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso e suas contrarrazões, ou fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente informado e instruído, para deferimento ou indeferimento, observado, também para esse caso, o prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.8. Os recursos contra os atos decisórios terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos recursos interpostos nas demais hipóteses.

13.9. O acolhimento do recurso interposto importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **14. DILIGÊNCIAS, ESCLARECIMENTOS E SANEAMENTO DE FALHAS.**

14.1. É facultado à comissão especial, em qualquer fase do certame, promover as diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta e na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

14.2. O licitante será responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, sujeitando-se às sanções previstas em âmbito civil, administrativo e penal.

14.3. Fica estipulado o prazo de até 05 (cinco) dias corridos ou outro a ser definido pela Comissão Especial de Licitação conforme as circunstâncias do caso concreto e a **celeridade** necessária à licitação, para a apresentação de informações ou a complementação, pelo licitante, de insuficiências ou de correções de caráter formal.

14.4. Considera-se falha ou defeito formal aquele que:

- a) não desnature o objeto do documento apresentado; e
- b) permita aferir, com a devida segurança, a informação constante do documento.

14.5. Os esclarecimentos e as informações prestadas pelos licitantes ou terceiros terão sempre a forma escrita, e estarão disponíveis a qualquer tempo nos autos do processo administrativo da licitação.

### 15. NEGOCIAÇÃO.

15.1. Nos termos do art. 13, § 9º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, concluída a fase de julgamento das propostas e de habilitação, o município poderá, se necessário, convocar o proponente selecionado para negociar as condições do contrato e os termos finais do Modelo de Minuta Contratual do CPSI e do projeto de solução inovadora.

15.2. Encerrada a fase de julgamento e de negociação, na hipótese de o preço ser superior à estimativa, a administração pública poderá, mediante justificativa expressa, com base na demonstração comparativa entre o custo e o benefício da proposta, aceitar o preço ofertado, desde que seja superior em termos de inovações, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, limitado ao valor máximo que se propõe a pagar, nos termos do art. 13, § 10º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

15.3. Considerando as peculiaridades pertinentes a solução inovadora, bem como a modalidade especial de licitação prevista na Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, as partes poderão durante o transcurso da vigência contratual, realizar as alterações e adaptações necessárias para o fim de alcançar resultados satisfatórios, mantendo a qualidade e buscando a celeridade na prestação do serviço, inclusive quanto ao cronograma de execução e aos critérios de remuneração, desde que estejam previstos no art. 14, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

### 16. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

16.1. O resultado da licitação, devidamente instruído, será submetido pela Comissão Especial de Licitação à autoridade competente, para homologação.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

16.2. O município adjudicará o objeto da licitação, após homologação, e convocará, o(s) adjudicatário(s) para assinatura do(s) contrato(s) público(s) para solução inovadora (CPSI), no prazo de até 05 dias contados da convocação.

16.3. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, caso solicitado durante o seu transcurso pela adjudicatária, e desde que decorra de motivo devidamente justificado e aceito pelo município (a seu exclusivo critério).

16.4. Deixando a adjudicatária de assinar o contrato público para solução inovadora (CPSI) no prazo fixado, poderá o município convocar os licitantes remanescentes, na respectiva ordem de classificação, os quais deverão comprovar, para fins da adjudicação, a integral observância aos requisitos fixados neste deste edital e seus anexos.

### 17. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO INOVADORA (CPSI).

17.1. Firmará contrato público para solução inovadora (CPSI) com o município à adjudicatária(s) que apresentar a melhor solução inovadora para o fim de atender ao problema público apresentado e selecionada que cumprir todos os requisitos deste edital e seus anexos, nos termos da legislação de regência.

### 18. SANÇÕES.

18.1. Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial do contrato público de solução inovadora (CPSI) a ficará sujeita à aplicação das seguintes sanções:

- a) Advertência, por escrito, em caso de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública estadual, por prazo não superior a dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública federal, estadual ou municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a CONTRATADA ressarcir os prejuízos causados e após decorrido o prazo da sanção.

18.2. A multa imposta ao contratado ou licitante, se não disposta de forma diferente no contrato, poderá ser:

18.3. De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos;





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante.

18.4. De caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

- a) 15% (quinze por cento) do valor do empenho em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.

18.5. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

18.6. A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

18.7. Na fase de instrução, o indiciado será notificado pelo gestor do Contrato e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do correio eletrônico no e-mail registrado em Ata/Contrato, para apresentação da Defesa Prévia, assegurando-lhe vista do processo, e juntada dos documentos comprobatórios que considerar pertinentes à fundamentação dos fatos alegados na mesma.

18.8. O extrato da decisão definitiva, bem como toda sanção aplicada, será anotada no histórico cadastral da empresa e nos sistemas cadastrais pertinentes, quando for o caso, além do processo ser apostilado na sua licitação correspondente.

18.9. **Aplicação.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, e demais legislações pertinentes.

18.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

18.11. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

## 19. DISPOSIÇÕES FINAIS.

19.1. **Prazos.** Para a contagem dos prazos previstos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos indicados em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

19.2. **Comunicações.** Quando não realizadas mediante publicação na imprensa oficial, as comunicações serão efetuadas por mensagem enviada ao correio eletrônico informado pelo participante ao enviar o requerimento de inscrição, cabendo ao proponente o ônus de consultá-lo ao longo do procedimento.

19.3. **Omissões.** Os casos omissos serão solucionados pela Comissão Organizadora à luz das disposições previstas na Lei Complementar 182/2021 e, no que couber na Lei Federal nº 14.133/2021.

19.4. **Interpretação.** As normas deste certame especial de contratação de soluções inovadoras serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. **Ausência de vínculos.** Não se estabelecerá qualquer outro vínculo de natureza jurídicotrabalhistas, fiscal, comercial, previdenciária, civil ou de qualquer natureza entre a Administração e os participantes deste certame especial.

19.6. **Ônus.** Os participantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração Pública Municipal não será, em qualquer caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do certame.

19.7. **Dados pessoais.** Na coleta e no tratamento de dados pessoais dos participantes deste certame, bem como de seus profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios, serão observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”).

19.8. **Conformidade com a Lei Anticorrupção.** Nenhum dos participantes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste edital, o que deve ser observado, ainda, por seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados. O descumprimento poderá levar à rescisão unilateral de contrato que tenha sido celebrado e à aplicação das sanções cíveis, penais e administrativas cabíveis, bem como à instauração do processo administrativo de responsabilização previsto na Lei Federal nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”).

19.9. **Revogação ou suspensão.** A Administração, a qualquer momento e visando o interesse público, poderá revogar ou suspender a presente licitação de solução inovadora, sem que isso gere quaisquer direitos aos interessados ou a terceiros.

19.10. **Visita Técnica:** Será permitida às licitantes a realização de visita técnica ou vistoria para conhecimento das especificações do objeto deste termo de referência, e demais informações para viabilizar a perfeita elaboração de sua proposta. Em caso de opção pela visita técnica, a visita deverá ser realizada por profissional indicado pela empresa e será efetuada até o



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

último dia que antecede a sessão pública do certame, devendo ser agendada com antecedência de no mínimo 72 (setenta e duas) horas, via contato com a Administração.

19.11. **Foro.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação de solução inovadora, não resolvidas na esfera administrativa, fica eleito o foro da comarca deste município.

**20. ANEXOS.**

20.1. Constituem anexos do Edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de referência.

Anexo II – Matriz de Risco.

Anexo III – Diretrizes para Elaboração e Julgamento das Propostas.

Anexo IV – Modelo declarações.

Anexo V - Minuta do Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI).

Coronel Vivida, XX de março de 2024.

---

Juliano Ribeiro

**Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio**



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Objeto:

1.1. Contratação de um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, através de inteligência artificial, na forma da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021.

### 2. Contextualização da necessidade e do problema público:

2.1. As grandes revoluções tecnológicas têm provocado profundos impactos na ordem social, desafiando a Administração Pública dos Municípios na busca por soluções mais efetivas em relação aos grandes desafios e necessidades que se apresentam no dia a dia. Com novos parâmetros de ação institucional e com novas possibilidades, a era da inteligência artificial passa a ser parte fundamental da gestão administrativa e do desenvolvimento dos Municípios.

2.2. A articulação entre as necessidades, problemas e desafios da gestão municipal com o uso das novas tecnologias possibilita a construção mais assertiva de políticas públicas que direcionarão a eficiência da ação da Administração Municipal. De acordo com Flusser, com o advento da tecnologia informática, verifica-se uma “recodificação do pensamento teórico das letras em números”<sup>1</sup>, com uma capacidade das novas tecnologias “criar possibilidades para projetar novas realidades”<sup>2</sup>, de modo a utilizar-se dos dados e informações não apenas de forma posterior como um sistema downstream, mas sobretudo, como uma sandbox experimental<sup>3</sup>.

2.3. A aplicação das tecnologias disruptivas no âmbito da Administração Pública Municipal caracteriza a aplicação de tecnologias pelo e para o Estado, introduzindo de modo irreversível na arena pública o conceito de inovação. De acordo com a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), no Manual de Oslo, a expressão “economia baseada no conhecimento” foi cunhada para “descrever as tendências, verificadas nas economias mais avançadas, e a uma maior dependência de conhecimento, informações e altos níveis de competência e a uma crescente necessidade de pronto acesso a tudo isto”.

2.4. Através da utilização de ferramentas e inovações tecnológicas, a Administração Pública municipal poderá se valer de dados, informações e conhecimento de alto nível em tempo real e com pronto acesso para o planejamento das suas ações e políticas públicas municipais e para a adoção de medidas paliativas ou repressivas que demandem respostas rápidas e assertivas.

2.5. As oportunidades trazidas pelo pronto acesso a dados e informações são inegáveis em todos os âmbitos da prestação de serviços públicos municipais. Com efeito, o Manual de Oslo reconhece que: “A inovação pode, previamente, ocorrer em qualquer setor da economia, inclusive em serviços públicos como saúde ou educação”<sup>4</sup>.

2.6. Busca-se, portanto, adequar as novas demandas públicas com enfoque numa cidade inteligente (smart city) que faz uso da tecnologia e da inovação em seus processos de planejamento para a melhoria dos serviços ofertados à população. Segundo a união Européia,

<sup>1</sup> FLUSSER, V. Medienkultur. 5.ed. Frankfurt am Main, 2008. p. 02

<sup>2</sup> Idem, p. 02.

<sup>3</sup> RHEINBERGER, H. Historische Epistemologie zur Einführung. Hamburgo, 2007. P. 52.

<sup>4</sup> Idem, p. 19.





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Smart Cities “são sistemas de pessoas interagindo e usando energia, materiais, serviços e financiamento para catalisar o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida. Esses fluxos de interação são considerados inteligentes por fazer uso estratégico de infraestrutura e serviços e de informação e comunicação com planejamento e gestão urbana para dar resposta às necessidades sociais e econômicas da sociedade”<sup>5</sup>.

2.7. Em 2020 o governo brasileiro assinou a Carta Brasileira de Cidades Inteligentes, cujos iniciadores e coordenadores do processo foram o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), o Ministério das Comunicações (MC) e a agência alemã GIZ. De acordo com o documento, as cidades inteligentes são aquelas comprometidas com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentáveis, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural<sup>6</sup>.

2.8. A Carta colocou no horizonte uma série de metas para as cidades atingirem a qualidade de “inteligentes”. A transformação digital é uma delas, bem como, o acesso a à Internet de qualidade para a população e a melhoria da educação e comunicação pública. Ou seja, uma cidade inteligente brasileira não se limita ao desenvolvimento econômico local e sustentável, mas também trabalha em favor da inovação na gestão pública<sup>7</sup>.

2.9. Na definição do Ministério do Desenvolvimento Regional, cidades inteligentes são aquelas “que atuam de forma planejada, inovadora, inclusiva e em rede, promovem o letramento digital, a governança e a gestão colaborativas e utilizam tecnologias para solucionar problemas concretos, criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas”. Além disso, elas devem garantir o uso seguro e responsável dos dados e das tecnologias de comunicação<sup>8</sup>.

2.10. Neste contexto, pretende-se o fortalecimento das capacidades administrativas do Município através das seguintes palavras chaves, que traduzem o que a Administração Pública Municipal pretende implementar com a adoção da solução inovadoras através da inteligência artificial: integração, planejamento, gestão, tecnologia, eficiência, inteligência, interatividade e sustentabilidade.

2.11. De acordo com Juarez Freitas, “a sustentabilidade gera uma nova economia, com a reformulação de categorias e comportamentos, o surgimento de excepcionais oportunidades, a ultrapassagem do culto excessivo dos bens posicionais, o planejamento de longo prazo, o sistema competente de incentivos e a eficiência norteadas pela eficácia”<sup>9</sup>. Por essa razão, a melhoria da eficácia na tomada de decisões administrativas, a maior velocidade na capacidade de resposta da Administração Pública Municipal e a melhoria da eficiência no serviço público municipal poderão ser alcançados atualmente através da utilização de tecnologias de informação e inovação.

<sup>5</sup> FGV PROJETOS. O que é uma cidade inteligente. Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/noticias/o-que-e-uma-cidade-inteligente>

<sup>6</sup> HABILITY. Cidades Inteligentes: o que é e quais são? Disponível em: [https://habitability.com.br/cidades-inteligentes-o-que-e-quem-sao/?utm\\_source=google\\_pago&utm\\_medium=&utm\\_content=&gclid=CjwKCAjw5pShBhB EiwAvmnNV7Xo81 dyBigDNgVUAkoj21iVuuRYRxoRlw99DasFtbu5-plAUB7nphoCA9AQA vD BwE](https://habitability.com.br/cidades-inteligentes-o-que-e-quem-sao/?utm_source=google_pago&utm_medium=&utm_content=&gclid=CjwKCAjw5pShBhB EiwAvmnNV7Xo81 dyBigDNgVUAkoj21iVuuRYRxoRlw99DasFtbu5-plAUB7nphoCA9AQA vD BwE) Acesso em 15/04/2024.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> FREITAS, Juarez. Sustentabilidade - Direito ao Futuro. 3 ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016.p. 71.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

2.12. O Manual de Oslo esclarece que a inovação é “a introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado, no que se refere às suas características ou usos previstos, ou ainda, à implementação de métodos ou processos de produção, distribuição, marketing ou organizacionais novos ou significativamente melhorados”<sup>10</sup>.

2.13. Assim, a inovação tecnológica de produto é “a implantação/comercialização de um produto com características de desempenho aprimoradas de modo a fornecer objetivamente ao consumidor serviços novos ou aprimorados. Uma inovação de processo tecnológico é a implantação/adoção de métodos de produção ou comercialização novos ou significativamente aprimorados. Ela pode envolver mudanças de equipamento, recursos humanos, métodos de trabalho ou uma combinação destes”<sup>11</sup>.

2.14. Já a inovação tecnológica de processo é “a adoção de métodos de produção novos ou significativamente melhorados, incluindo métodos de entrega dos produtos. Tais métodos podem envolver mudanças no equipamento ou na organização da produção, ou uma combinação dessas mudanças, e podem derivar do uso de novo conhecimento. Os métodos podem ter por objetivo produzir ou entregar produtos tecnologicamente novos ou aprimorados, que não possam ser produzidos ou entregues com os métodos convencionais de produção, ou pretender aumentar a produção ou eficiência na entrega de produtos existentes”<sup>12</sup>.

2.15. Diante disso, constata-se uma necessidade pública no desenvolvimento e concepção de uma inovação tecnológica em produto e processo, ou seja, uma inovação TPP, que “é considerada implantada se tiver sido introduzida no mercado (inovação de produto) ou usada no processo de produção (inovação de processo). Uma inovação TPP envolve uma série de atividades científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais. Uma empresa inovadora em TPP é uma empresa que tenha implantado produtos ou processos tecnologicamente novos ou com substancial melhoria tecnológica durante o período em análise”.

**2.16. PORTANTO, O PROBLEMA PÚBLICO QUE SE PRETENDE SOLUCIONAR É A CAPTAÇÃO DE DADOS/INFORMAÇÃO POR VIDEOMONITORAMENTO, ATRAVÉS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, COM PROCESSAMENTO E INTEGRAÇÃO DE DADOS PARA PROPORCIONAR INFORMAÇÃO EM**

**TEMPO REAL SOBRE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS ESTRATÉGICOS, VISANDO SUBSIDIAR AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS ASSERTIVAS POR PARTE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA.**

2.17. De modo concreto, BUSCA-SE MAIOR SEGURANÇA EM DISTINTOS NÍVEIS, INCLUSIVE EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E À SEGURANÇA PÚBLICA, ESPECIFICAMENTE, EVITANDO-SE DEPREDACÃO DE ESPAÇOS E BENS PÚBLICOS, ACARRETANDO MAIOR TRANQUILIDADE DOS MUNICÍPIOS NAS ÁREAS PÚBLICAS, DIMINUINDO AÇÕES CRIMINOSAS, FACILITANDO A IDENTIFICAÇÃO DE CRIMINOSOS, PERMITINDO A TOMADA DE DECISÕES ADMINISTRATIVAS ASSERTIVAS, EMITINDO RELATÓRIOS DE DADOS COLETADOS E PROCESSADOS E SUBSIDIANDO A ADOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E MEDIDAS PREVENTIVAS

<sup>10</sup> O Manual distingue quatro tipos de inovação: produto, processo, marketing e organizacional. OCDE, Manual de Oslo. Disponível em: [http://www.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual\\_de\\_oslo.pdf](http://www.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual_de_oslo.pdf) Acesso em 15 de abr. 2024.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

E REPRESSIVAS NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

2.18. BUSCA-SE, FINALMENTE, ADOTAR FERRAMENTAS ATUALIZADAS E MODERNAS QUE CONTRIBUAM COM A ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA ADEQUADA, EM OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 37, CAPUT, CF) E QUE SE TRADUZ NA NOÇÃO DE BOA-ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

2.19. A boa-administração pública significa, inclusive, a utilização de meios mais adequados e atuais para uma ação pública assertiva, evitando desperdício de recursos públicos pela ausência de informação correta ou por informações incompletas e insuficientes.

2.20. É certo, portanto, que para que se atinja a melhor e mais eficiente ação pública num cenário de disrupção tecnológica, mostra-se essencial a contratação de terceiros capazes de desenvolver a solução e prestar os serviços correspondentes para apresentar a ferramenta pretendida pela Administração Municipal.

### 3. Desafios:

3.1. Busca-se superar os seguintes desafios específicos:

- ausência de informações e dados em tempo real;
- insuficiência dos mecanismos tradicionais que permitam captação precisa de dados em tempo real;
- subsidiar o diagnóstico e identificação de dados e fluxos necessários para a implementação de políticas públicas;
- impedir depredação de patrimônio público municipal;
- evitar a ocorrência de crimes;
- auxiliar os órgãos públicos e de segurança pública na manutenção da ordem pública; - identificar fatos ocorridos em espaços públicos municipais;
- promover identificação de necessidades e desafios no espaço público urbano municipal;
- facilitar o desenvolvimento de soluções de interesse público para problemas e desafios identificados através dos dados captados e relatórios emitidos.

### 4. Resultados esperados:

4.1. Em síntese, diante das necessidades da Administração Municipal, no sentido de ter acesso a informações e dados precisos em tempo real para promover planejamento de políticas públicas e segurança de bens públicos, dos administrados e da manutenção da ordem pública, assim como do regular funcionamento dos espaços públicos urbanos (nos quais se incluem vias públicas, logradouros, praças, prédios públicos), caracteriza-se a necessidade e a viabilidade de adoção de ferramentas tecnológicas que permitam captação de dados em tempo real através de imagens, o respectivo processamento e integração, armazenamento e a emissão de relatórios a partir dos dados obtidos.

4.2. Para isso, o monitoramento e a captação dos dados deverão ser feitos através de câmeras modernas alocadas em diversos e distintos pontos do território do Município, inclusive em espaços públicos que se mostrem estratégicos.

4.3. Deste modo, pretende-se manter a Administração Pública Municipal permanentemente informada ou com possibilidade de acesso à informação em tempo real através de imagens sobre possíveis ações preventivas e repressivas a serem adotadas, contribuindo para a coleta estratégica de dados e informações sobre fluxos de pessoas e aglomerações,





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

estrangulamentos no trânsito, ocupação irregular de bens públicos, enfim, diversas informações estratégicas para a melhoria e o desenvolvimento da gestão pública municipal e do bem-estar dos munícipes.

4.4. Neste quadro, é imprescindível a utilização de inteligência artificial, ou seja, a combinação do volume de dados digitais captados que permita a um sistema ler e interpretar padrões de informação automaticamente. Por isso, faz-se necessária a integração da captação de imagens através de um sistema de monitoramento através de inteligência artificial moderno que promova coleta de dados e análise de imagens com transmissão de imagens de forma criptografada, em alinhamento com as necessidades do Município e das instituições de segurança pública para providências de atuação preventiva e repressiva, a fim de monitorar e proteger espaços públicos, bem como, desenvolver atuações públicas estratégicas como interdição de ruas, realização de eventos públicos, medidas para utilização de espaços públicos e manter a segurança patrimonial e de pessoas.

**4.5. NESTE SENTIDO, SERÁ NECESSÁRIO UMA FERRAMENTA QUE CARACTERIZE UMA SOLUÇÃO A PARTIR DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL QUE, DE FORMA INTEGRADA, CAPTE OS DADOS COM PRECISÃO DURANTE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA NOS 7 (SETE) DIAS DA SEMANA, PERMITA O PROCESSAMENTO DOS DADOS CAPTADOS, ARMAZENE OS RESPECTIVOS DADOS, EMITA RELATÓRIOS INDICATIVOS, QUE CONFIGURARÃO UM DIAGNÓSTICO PARA SUBSIDIAR AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS, E QUE CUMPRE ESTRITAMENTE COM A LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.**

4.6. Além disso, o responsável pelo desenvolvimento da solução e pela prestação do serviço também deverá ser capaz de promover a manutenção e substituição imediata das câmeras instaladas, se necessário, a fim de que não se percam informações e dados relevantes, bem como, oferecer manutenção e suporte sempre que necessário.

### **5. Especificações do objeto da solução inovadora:**

5.1. Assim, de forma a permitir a realização de testes do modelo e a extração de evidências locais o projeto busca, com base no Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador (Lei Complementar Federal n. 182/21) promover a experimentação do objeto a seguir descrito: a Contratação de um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, através de inteligência artificial, com processamento e integração de dados para proporcionar informação em tempo real sobre utilização de espaços públicos municipais estratégicos, visando subsidiar ações e políticas públicas assertivas por parte do poder público municipal e dos órgãos de segurança pública, compreendendo equipamentos embarcados com inteligência artificial e software de análise inteligente em atendimento as necessidades da Administração Municipal, na forma da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021 (Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador).

### **6. Justificativa pela escolha da modalidade especial de licitação:**

6.1. Considerando que, deslocar o foco do objeto para o problema subjacente à contratação permite explorar o potencial do setor privado para apresentar soluções inovadoras a desafios de relevância pública e diante da absoluta inviabilidade técnica, operacional, econômica e financeira da Administração Pública desenvolver diretamente tal solução, torna-se necessária a contratação de terceiros que possuam conhecimento técnico adequado a solução do





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

problema pública apresentado;

6.2. Considerando que por tratar-se de inovação, com o emprego de inteligência artificial embarcada, que a todo instante apresenta evolução e necessidade de compatibilização às novas ferramentas tecnológicas, não é possível definir-se com precisão o objeto a ser contratado, cujos “padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado” (Brasil, 2002, art. 1o, parágrafo único; 2021, art. 6o, inciso XLI);

6.3. Considerando que objeto pretendido caracteriza o desenvolvimento de uma solução tecnológica inovadora através de inteligência artificial, entende-se que não se trata de algo que possa ser definido meramente como um serviço comum que pudesse ser contratado a partir de um pregão;

6.4. Considerando que a Contratada deverá apresentar uma solução de inteligência artificial capaz de promover a integração dos dados captados em tempo real com a geração de relatórios e alertas e comunicação com transmissão de imagens através de ferramentas tecnológicas modernas;

6.5. Considerando que os instrumentos de compras públicas de inovação podem ser combinados no sentido de aumentar os impactos da política de inovação, bem como, que a Constituição Federal dispõe em seu artigo 218 que, “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015);

6.6. Considerando que o emprego de outras modalidades de licitação, apresentam limitações jurídicas e econômicas de relevo que fragilizam os incentivos para o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções inovadoras;

6.7. Considerando a existência de previsão legal específica para a contratação de soluções inovadoras pela Administração Pública, Lei Complementar 182 de 01 de junho de 2021, que institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador;

6.8. Considerando que de acordo com o art. 1, parágrafo único, da Lei Complementar 182 de 01 de junho de 2021, são estabelecidos princípios e diretrizes para a atuação da administração pública no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (inciso I) e disciplina a licitação e a contratação de soluções inovadoras pela administração pública;

6.9. Considerando que se pretende selecionar os interessados que apresentem a melhor solução inovadora para o problema público e desafios apresentados, dispensada a descrição de especificações técnicas pela Administração, identifica-se a possibilidade de utilizar modalidade especial de licitação para identificar a selecionar o projeto que mais se adeque ao interesse público e a necessidade/problema público descrito;

**6.10. Ressalta-se que a LC 182/21 se difere das demais ao tratar do regime licitatório aplicado especificamente às startups com o objeto exclusivo de solucionar problemas indicados pela Administração Pública, por meio do teste de soluções inovadoras desenvolvidas ou a serem desenvolvidas. Nesse ponto, é permitido que no edital de licitação especial não conste a descrição da solução técnica a ser contratada e suas especificações, cabendo aos licitantes proporem diferentes meios para a resolução do problema indicado.**

### 7. Fundamentação legal:

7.1. Considerando que a licitação e o contrato por ventura firmado têm por finalidade



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

“resolver demandas públicas que exijam solução inovadora com emprego de tecnologia; e promover a inovação no setor produtivo por meio do uso do poder de compra do Estado” (art. 12, incisos I e II da LC 182/21) constata-se o enquadramento dos objetivos e finalidades com o formato previsto pela referida norma qual seja, a contratação de solução inovadora;

7.2. Considerando o disposto no art. 12, parágrafo primeiro “§ 1º Os órgãos e as entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios subordinam-se ao regime disposto neste Capítulo” (destacou-se).

7.3. Deste modo, o processo será regido pela Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, que institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovado, o qual prevê no art. 13: “A administração pública poderá contratar pessoas físicas ou jurídicas, isoladamente ou em consórcio, para o teste de soluções inovadoras por elas desenvolvidas ou a ser desenvolvidas, com ou sem risco tecnológico, por meio de licitação na modalidade especial regida por esta Lei Complementar”.

7.4. Ainda, diante do que dispõe o parágrafo primeiro do art. 13, “§ 1º A delimitação do escopo da licitação poderá restringir-se à indicação do problema a ser resolvido e dos resultados esperados pela administração pública, incluídos os desafios tecnológicos a serem superados, dispensada a descrição de eventual solução técnica previamente mapeada e suas especificações técnicas, e caberá aos licitantes propor diferentes meios para a resolução do problema”.

7.5. Em suma, o presente objeto tem por finalidade resolver a demanda pública de monitoramento, coleta e processamento de dados em tempo real por imagens com a possibilidade de emissão de relatórios para avaliação de fluxos e identificação de pessoas e veículos a fim de subsidiar a atuação pública através de solução inovadora com emprego de tecnologia embarcada por inteligência artificial, desta forma, o presente certame busca a seleção da proposta mais vantajosa para firmar CONTRATO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO INOVADORA (CPSI) com a Administração.

### **8. Justificativa e estimativa de valor:**

8.1. Considerando que o presente edital está fundamentado na Lei n.º 182/2021 que institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador e que de acordo com o seu art. 13 a Administração Pública poderá contratar pessoas físicas ou jurídicas, isoladamente ou em consórcio, para o teste de soluções inovadoras por elas desenvolvidas ou a ser desenvolvidas, com ou sem risco tecnológico, por meio de licitação na modalidade especial regida por esta Lei Complementar;

8.2. Considerando que seu parágrafo § 1º estabelece que a delimitação do escopo da licitação poderá restringir-se à indicação do problema a ser resolvido e dos resultados esperados pela administração pública, incluídos os desafios tecnológicos a serem superados, dispensada a descrição de eventual solução técnica previamente mapeada e suas especificações técnicas, e caberá aos licitantes propor diferentes meios para a resolução do problema, tornando assim o objeto da contratação algo indefinido até as etapas de apresentação e avaliação do processo licitatório;

8.3. Considerando que os riscos e incertezas pertinentes à particularidade do objeto e a indefinição da solução inovadora selecionada, o valor estimado limitou-se ao teto definido pela Lei Complementar, buscando resultados satisfatórios, mantendo a qualidade e buscando



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

a celeridade na prestação do serviço;

8.4. A definição da estimativa do valor reportado, baseou-se na previsão da Lei 182/2021 em seu art. 14, parágrafo § 2º, bem como levando em conta a estrutura do Município e viabilidade, chegando-se ao R\$ 300.000,000 (trezentos mil reais).

### 9. Dotação orçamentária:

9.1. Conforme princípio do Planejamento integrado em anexo.

### 10. Critérios de julgamento e seleção da solução inovadora:

10.1. As propostas serão avaliadas e classificadas pela Comissão Especial de Licitação de acordo com os critérios fixados no Edital.

10.2. Nos termos do art. 13, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, a avaliação e julgamento das propostas observará os seguintes critérios:

**CRITÉRIO 01** - Potencial de resolução do problema pela solução proposta e da provável economia para a administração pública;

**CRITÉRIO 02** - Grau de desenvolvimento da solução proposta;

**CRITÉRIO 03** - Viabilidade e maturidade do modelo de negócio da solução;

**CRITÉRIO 04** - Viabilidade econômica da proposta, considerados os recursos financeiros disponíveis para a celebração do(s) contrato(s); e

**CRITÉRIO 05** - Demonstração comparativa de custo e benefício da proposta em relação às opções funcionalmente equivalentes.

### 11. Metas de cumprimento da solução inovadora:

11.1. São metas de cumprimento da solução inovadora proposta a serem perseguidas no âmbito do contrato público para solução inovadora (CPSI) dela resultante:

META	EVENTO DE CARACTERIZAÇÃO	CRONOGRAMA
M1	Diagnóstico de compatibilidade da demanda com o problema público a ser solucionado através do desenvolvimento da solução proposta e viabilização dos equipamentos necessários.	Mês 01
M2	Instalação dos equipamentos necessários e ajustes, eventualmente necessários, observados os termos da solução inovadora proposta.	Mês 02
M3	Operacionalização e funcionamento da solução inovadora proposta.	Mês 03
M4	Operacionalização e funcionamento da solução inovadora com o desenvolvimento de possíveis aprimoramentos da solução inovadora apresentada.	Mês 04 e meses restantes do CPSI

11.2. Conhecida a solução inovadora Contratada e assinado o contrato de CPSI entre as partes, será na meta 01 - mês 01, que a Administração em conjunto com as forças de segurança do município e demais entidades competentes, farão o diagnóstico de compatibilidade da demanda com o problema público que definirá a quantidade, formato e locais estratégicos para a instalação dos equipamentos necessários que compõe a solução inovadora proposta.

11.3. Em cumprimento ao art. 14, § 1º, II da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

de 2021, a Contratada emitirá e entregará mensalmente administração pública, relatórios de andamento da execução contratual, que servirão de instrumento de monitoramento e acompanhamento do CPS.

11.4. Ao final da execução do CPSI, a Contratada apresentará relatório final de execução contratual objetivando assim a demonstração do cumprimento de todas as metas estabelecidas.

11.5. Encerrada a vigência do contrato público para solução inovadora (CPSI), e atendida satisfatoriamente todas as necessidades do problema público, a administração poderá celebrar com a mesma Contratada, sem nova licitação, contrato para o fornecimento da solução resultante do CPSI, nos termos do art. 15 da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

### **12. Da Confidencialidade, Sigilo e Segurança da Informação:**

12.1. Informações confidenciais. São consideradas confidenciais as informações, dados, documentos, contratos, acordos, planilhas, compilações ou bancos de dados a que as partes tenham acesso em função deste, e: (I) que estejam protegidos por segredo industrial; (II) que tenham sido assim qualificadas pela Contratada ou pelo Contratante; e/ou (III) que tenham sido classificados como sigilosos por ato da autoridade competente do Contratante, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (“Lei de Acesso à Informação”);

12.2. Poderão ser qualificadas como “confidenciais” informações e dados de natureza técnica, científica, comercial ou operacional, tais como informações sobre pesquisa, desenvolvimento técnico, produtos, processos, relatórios, know-how, anotações, especificações técnicas, bem como suas respectivas cópias, reproduções, reimpressões e traduções que possuam interesse científico, financeiro, empresarial;

12.3. As informações só serão qualificadas como “confidenciais” quando assim for apontado pela parte interessada ou se houver indicação expressa no respectivo documento.

12.4. Dever de sigilo. Caso tenham acesso a informações confidenciais, as partes e seus prepostos, colaboradores, prestadores de serviço e eventuais subcontratados obrigam-se a mantê-las em sigilo, bem como a utilizá-las única e exclusivamente para a execução do objeto do presente Termo, abstendo-se de divulgá-las a qualquer outra pessoa que não esteja, direta ou indiretamente, relacionada à execução do seu objeto;

12.5. As partes informarão as condições de sigilo estabelecidas nesta Cláusula a seus empregados, prestadores de serviços, consultores e todo o pessoal, qualquer que seja o vínculo existente, envolvido nas atividades de que trata o presente Termo de Referência.

12.6. É vedada a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações confidenciais sem o consentimento prévio, por escrito, da outra parte.

12.7. Segurança da informação. As partes obrigam-se a observar as melhores práticas relativas à segurança da informação, cumprindo e respeitando a preservação, o sigilo, a integridade, os direitos autorais e os direitos de propriedade intelectual que possam ser comprometidos no caso do acesso não autorizado a sistemas e bancos de dados, sem prejuízo da responsabilização judicial e da aplicação das sanções previstas neste instrumento.

12.8. Exceções. Não haverá violação das obrigações de confidencialidade previstas neste nas seguintes hipóteses:





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- 12.8.1. Informações que já sejam do conhecimento das partes na data de divulgação ou que, comprovadamente, tenham sido desenvolvidas de forma independente, sem relação com este Contrato, pela parte que a revele;
- 12.8.2. Informações que vierem a cair em domínio público sem culpa de qualquer das partes. Não se consideram em domínio público as informações confidenciais reveladas apenas em termos gerais;
- 12.8.3. Informações contidas em patentes ou outros direitos de propriedade intelectual publicadas em qualquer país;
- 12.8.4. Informações que tenham sido recebidas de terceiro que não esteja obrigado a manter sigilo;
- 12.8.5. Informações que o Contratante tenha o dever de revelar com base na Lei Federal nº 12.527/2011 (“Lei de Acesso à Informação”);
- 12.8.6. Informações que possam ter sua divulgação exigida em virtude de lei, decisão judicial ou administrativa, inclusive as provenientes do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e de outros órgãos de controle interno e externo;
- 12.8.7. Informações cuja revelação seja expressamente autorizada, por escrito, pela outra parte.
- 12.9. Revelação de informações confidenciais. O dever de sigilo não é oponível aos pedidos e requisições provenientes de órgãos de controle, interno e externo, no exercício regular de suas atribuições. A parte que estiver obrigada, por força de procedimento legal, administrativo ou judicial, a revelar quaisquer informações confidenciais deverá enviar à outra, antes da resposta, notificação prévia, por escrito, contendo cópia das determinações que impõem o dever de excepcionar o sigilo.
- 12.10. Responsabilidade. A parte que, por culpa ou dolo, violar as obrigações de sigilo e confidencialidade previstas nesta Cláusula assume a responsabilidade pela reparação das perdas e danos comprovadamente sofridos pela parte lesada.

### **13. Do reajuste:**

13.1. Verificando-se o transcurso de mais de 12 (doze) meses contados da data de apresentação da proposta pela Contratada, será devido reajuste sobre o valor contratado, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), aferido mensalmente pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

### **14. Obrigações do Contratante:**

14.1. Além das obrigações presentes neste e demais legislações aplicáveis, são obrigações do Contratante:

14.1.1. Proporcionar as condições indispensáveis à fiel execução do objeto, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada nas dependências dos órgãos ou entidades, quando necessário, deste que estejam credenciados exclusivamente para a execução dos serviços;

14.1.2. Solicitar formalmente, mediante simples comunicação, por meio digital ou físico, qualquer alteração que possa impactar a execução da solução inovadora, ficando a critério da Contratada a sua aceitação;

14.1.3. Efetuar o correto pagamento dentro dos prazos especificados para os serviços efetivamente prestados;



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

14.1.4. Monitorar e manter operantes os endereços postais eletrônicos (e-mails) informados, bem como informar atualizações destes a Contratada, sob risco de perda de comunicações relevantes aos serviços correlatos à solução inovadora deste;

14.1.5. Utilizar os dados e informações disponibilizadas por meio dos serviços que compõem a solução inovadora somente nas atividades que lhe compete exercer, não podendo retransmiti-las a terceiros, seja a título oneroso ou gratuito, ou, de qualquer forma, divulgá-las, sob pena de rescisão imediata do contrato, comunicação aos órgãos competentes, aplicação das penalidades cabíveis e ressarcimento dos prejuízos causados, excetuando-se as situações em que os referidos dados e informações façam parte de relatórios e análises resultantes do exercício das atividades do Contratante, bem como quando os dados e informações forem fornecidos a terceiros por exigências legais;

14.1.6. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando o seu bom desempenho;

14.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as exigências deste;

14.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo representante legal da Contratada;

14.1.9. O Contratante informará a forma e a periodicidade da entrega à administração pública de relatórios de andamento da execução contratual, que servirão de instrumento de monitoramento, e do relatório final a ser entregue pela Contratada após a conclusão da última etapa ou meta do projeto;

14.1.10. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto deste, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as eventuais falhas detectadas;

14.1.11. Notificar a Contratada, por escrito, sobre eventuais irregularidades observadas;

14.1.12. Comunicar prontamente à Contratada qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento do objeto, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste;

14.1.13. Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada neste e, eventualmente, aplicar as sanções decorrentes do descumprimento dessas obrigações, garantida a ampla defesa e o contraditório;

14.1.14. Notificar previamente a Contratada quando da aplicação de sanções administrativas, observando o devido processo legal;

14.1.15. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da Contratada, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere este Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais").

### **15. Obrigações da Contratada:**

15.1. Além das obrigações presentes neste e demais legislações aplicáveis, são obrigações da Contratada:

15.1.1. Executar a solução inovadora de acordo com a proposta selecionada, desde que o Contratante tenha assegurado as condições necessárias para a execução dos serviços contratados;

15.1.2. Enviar, por e-mail, relatório de prestação de contas discriminando os serviços, notas fiscais e guias de pagamento correspondentes ao serviço prestado;

15.1.3. Comunicar, formalmente, qualquer ocorrência que possa impactar na execução da solução inovadora;



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ**

- 15.1.4. Manter-se regular perante a Administração Pública durante toda a vigência contratual, o que será comprovado pelo Contratante por intermédio de consultas nos sistemas ou cadastros de regularidade da Administração Pública;
- 15.1.5. A Contratada assumirá total responsabilidade por possíveis violações dos direitos de terceiros, nos artefatos gerados por ela;
- 15.1.6. A Contratada responderá solidariamente com seus agentes empregados, prepostos, ou subcontratados, no caso de violação do compromisso de confidencialidade ora assumido;
- 15.1.7. O acesso à informação sigilosa será restrito ao funcionário alocado para a execução dos SERVIÇOS, sendo vedado repassar a outros funcionários da Contratada sem prévia autorização do Contratante;
- 15.1.8. A Contratada deverá restituir imediatamente ao Contratante, quando do término do serviço ou quando for solicitada, qualquer informação deste. Em caso de perda de quaisquer informações, a Contratada deverá notificar por escrito o Contratante, imediatamente;
- 15.1.9. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do Contrato;
- 15.1.10. Cumprir fielmente ao pactuado neste, de forma que os serviços avençados mantenham os equipamentos em condições de perfeito funcionamento, nos locais de instalação designados pelos servidores responsáveis;
- 15.1.11. Se, após o recebimento, constatar-se que o serviço foi executado em desacordo com o Contrato, caberá a Administração notificar por escrito a prestadora de serviço, não havendo solução poderão ser aplicadas as sanções previstas neste.
- 15.1.12. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante, ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 15.1.13. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do Contrato;
- 15.1.14. Manter, durante toda a execução do objeto deste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação de solução inovadora;
- 15.1.15. Informar ao Contratante a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade da execução do objeto contratado;
- 15.1.16. Comparecer, sempre que solicitada, à sede do Contratante, para receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações;
- 15.1.17. Observar e guardar sigilo sobre informações confidenciais do Contratante a que tiver acesso em virtude deste;
- 15.1.18. Proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem a seu serviço, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais, ajuizadas em qualquer juízo, que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com o Contratante;
- 15.1.19. A Contratada observará a matriz de riscos firmada entre as partes, incluídos os riscos referentes a caso fortuito, força maior, risco tecnológico, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;
- 15.1.20. Em cumprimento ao art. 14, § 1º, II da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, a Contratada emitirá e entregará mensalmente administração pública,





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

relatórios de andamento da execução contratual, que servirão de instrumento de monitoramento e acompanhamento do CPS.

15.1.21. Ao final da execução do CPSI, a Contratada apresentará relatório final de execução contratual objetivando assim a demonstração do cumprimento de todas as metas estabelecidas.;

15.1.22. Obedecer às normas e rotinas do Contratante, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto deste, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis;

15.1.23. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista, fiscal, comercial, previdenciária, ou civil entre o Contratante e a Contratada, tampouco haverá vínculo de qualquer natureza entre o Contratante e o pessoal utilizado pela Contratada para execução das atividades decorrentes deste, vedando-se qualquer relação entre o Contratante e referido pessoal que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### **16. Formas e condições de remuneração:**

16.1. A remuneração da Contratada será realizada em regra pelo preço fixo proposto.

16.2. Considerando as peculiaridades da modalidade especial da licitação aqui empregada, durante a execução contratual e no transcorrer da implantação da solução inovadora as partes poderão negociar os critérios de remuneração mais adequado ao caso concreto, desde que estejam previstos no art. 14, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

16.3. A Contratada fará jus a remuneração variável de incentivo e terá direito a pagamentos adicionais, conforme disposto no art. 14, § 3º, II, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, sempre que superar as metas contratuais e assim apresentar melhorias e aprimoramento a solução inovadora proposta, desde que devidamente autorizada e atestada pelo Contratante.

16.4. Os pagamentos serão realizados após a execução dos trabalhos, e, a fim de garantir os meios financeiros para que a Contratada implemente a etapa inicial do projeto, a administração pública poderá prever o pagamento antecipado de uma parcela do preço anteriormente ao início da execução do objeto, mediante justificativa expressa.

16.5. Nas hipóteses em que houver risco tecnológico, os pagamentos serão efetuados proporcionalmente aos trabalhos executados;

16.6. A Administração Pública deverá efetuar o pagamento conforme o critério adotado, ainda que os resultados almejados não sejam atingidos em decorrência do risco tecnológico, sem prejuízo da rescisão antecipada do contrato caso seja comprovada a inviabilidade técnica ou econômica da solução;

16.7. A Contratada poderá receber pagamento antecipado de até 25% (vinte cinco por cento) do valor do contrato para que implemente a etapa inicial do projeto, conforme autorizado pelo § 7º do artigo 14 da Lei Complementar 182/2021, mediante justificativa emitida pela Contratada e aceita pelo Contratante.

16.8. A administração pública certificar-se-á da execução da etapa inicial e, se houver inexecução injustificada, exigirá a devolução do valor antecipado ou efetuará as glosas necessárias nos pagamentos subsequentes, se houver.





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

16.9. O pagamento será realizado mediante emissão de nota fiscal dos serviços prestados com o ateste do fiscal do contrato;

16.10. O pagamento será efetuado pelo Contratante em até 30 (trinta) dias corridos após a aprovação da documentação comprobatória pelo setor competente do Contratante, uma vez que tenham sido cumpridos todos os critérios e condições estabelecidos neste.

16.11. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias corridos, após a sua apresentação válida.

16.12. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente conforme disposto em decretos ou atos normativos locais.

16.13. Não ocorrendo o pagamento pelo Contratante dentro do prazo estipulado em contrato, o valor devido será acrescido de encargos financeiros, que contemplam: a. Juros de mora de 0,5% ao mês sobre o valor faturado, pro rata die, e; b. Correção monetária do valor devido com base na variação mensal do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ou outro índice de âmbito federal que venha a substituí-lo para os atrasos com 30 (trinta) ou mais dias.

16.14. A correção monetária dar-se-á pela aplicação do IPCA acumulado entre o mês de vencimento da fatura e o mês em que o pagamento for realizado (último IPCA divulgado até a data do adimplemento).

16.15. O atraso do Contratante no pagamento, quando superior a 90 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, implica possibilidade de suspensão imediata dos serviços prestados pela Contratada, não deixando o Contratante de responder pelo pagamento dos serviços já prestados, bem como dos encargos financeiros consequentes.

16.16. A compensação financeira devida será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = (M \times VP) + (JM \times N \times VP) + (I \times VP)$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

M = Multa por atraso = 2%.

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Nº de dias entre a data prevista e a do efetivo pagamento;

JM = Juros de mora, assim apurado: 12/100/365;

I = Atualização Monetária (IPCA acumulado no período).

### **17. Da responsabilidade socioambiental:**

17.1. As partes serão responsáveis por cumprir a legislação ambiental e de biodiversidade vigente durante a execução do objeto deste, abstendo-se também de usar quaisquer formas de trabalho escravo ou humanamente degradante.

### **18. Da conformidade com o marco legal anticorrupção:**

18.1. Marco legal Anticorrupção: As partes declaram conhecer as normas de prevenção a atos de corrupção e lavagem de dinheiro previstas na legislação brasileira ("Marco Legal Anticorrupção"), dentre elas o Decreto-Lei nº 2848/1940 ("Código Penal Brasileiro"), a Lei Federal no 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa") e a Lei Federal no 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção") e, se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, prepostos, administradores, empregados e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

18.2. Vedações: As partes não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste ajuste.

18.3. Conformidade: A Contratada declara e garante que:

- a) Não se encontra, direta ou indiretamente, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores sob investigação, em processo judicial e/ou administrativo, relativamente a violação do Marco Legal Anticorrupção, nem está sujeita a restrições ou sanções econômicas impostas por qualquer entidade governamental;
- b) Não sofreu nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionados ao descumprimento do Marco Legal Anticorrupção ou de lavagem de dinheiro nos últimos 5 (cinco) anos;
- c) Não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar pagamentos em dinheiro nem dar presentes, ou quaisquer outros objetos de valor, a representantes de entidades públicas ou privadas, com o objetivo de beneficiar-se ilícitamente;
- d) Não irá receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de atividades ilícitas, abstendo-se de manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas investigadas e/ou condenadas por atos previstos no Marco Legal Anticorrupção, bem como por lavagem de dinheiro, tráfico de drogas ou terrorismo;
- e) Seus atuais dirigentes, representantes, empregados e colaboradores não são agentes públicos e que informará por escrito o Contratante, no prazo de [3 (três) dias úteis], sobre eventuais nomeações de seus quadros para cargos, empregos e/ou funções públicas.

18.4. Dever de informar: A Contratada deverá comunicar prontamente o Contratante, por escrito, sobre qualquer suspeita de violação ou descumprimento do Marco Legal Anticorrupção e/ou das obrigações previstas nesta Cláusula.

### 19. Da proteção de dados pessoais:

19.1. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a enviar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”) e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

19.2. Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a Contratada deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

19.3. Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a Contratada deverá:

- a) Notificar imediatamente o Contratante;
- b) Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e
- c) Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até [30 (trinta) dias corridos], contados a partir do requerimento do titular.



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ**

19.4. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

19.5. As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

19.6. A Contratada deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do Contratante previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

19.7. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a Contratada deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

19.8. A Contratada deverá notificar o Contratante imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o Contratante cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

19.9. As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

19.10. É vedada a transferência de dados pessoais pela Contratada para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, do Contratante, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à Contratada a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

19.11. A Contratada responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.

19.12. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pelo Contratante, não exime a Contratada das obrigações decorrentes deste, permanecendo integralmente responsável perante o Contratante mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

19.13. A Contratada deve colocar à disposição do Contratante, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta Cláusula, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pelo Contratante ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

19.14. A Contratada deve auxiliar o Contratante na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste.

19.15. Se o Contratante constatar que dados pessoais foram utilizados pela Contratada para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste, a Contratada será notificada para promover a cessação imediata desse





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

19.16. Extinto o contrato, independentemente do motivo, a Contratada deverá em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao Contratante ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando ao Contratante, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

### **20. Dos direitos de propriedade intelectual das criações:**

20.1. Em atendimento ao artigo 14, § 1º, inciso IV da Lei Complementar 182/2021, fica expresso que toda titularidade dos direitos de propriedade intelectual das criações resultantes do CPSI será exclusiva da Contratada.

### **21. Da participação nos resultados:**

21.1. Em atendimento ao artigo 14, § 1º, inciso V da Lei Complementar 182/2021, fica assegurado a Contratada exclusivamente todos os direitos de exploração comercial, de licenciamento e de transferência da tecnologia objeto da solução inovadora.

### **22. Disposições gerais:**

22.1. Subcontratação, cessão e transferência: a Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste processo licitatório.

22.2. Omissões. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Complementar nº 182/2021, e demais normas aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

22.3. Publicação. A publicação resumida do Contrato Público de Solução Inovadora na Imprensa Oficial será condição indispensável para sua eficácia e será providenciada pelo Contratante.

22.4. Interpretação. Na hipótese de conflito entre alguma disposição deste e a legislação vigente e aplicável, ou caso qualquer de suas disposições seja judicialmente declarada inválida, tal disposição em conflito ou a invalidação judicial da disposição deverá ser interpretada de forma a refletir, o mais próximo possível, a intenção original das partes, consoante a lei aplicável, sendo que as demais disposições do presente instrumento deverão permanecer em plena eficácia, delas decorrendo todos os efeitos.

22.5. Se quaisquer das partes permitir, em benefício do outro, mesmo que por omissão, a inobservância, no todo ou em parte, o não cumprimento de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas no presente, este fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar tais cláusulas e condições, que permanecerão inalteradas, válidas e eficazes, sem novação ou qualquer alteração de conteúdo.

22.6. Em caso de conflito entre os termos e condições pactuados neste, prevalecerão os termos e condições dispostos no presente instrumento.

22.7. Ultratividade. A rescisão ou a expiração da vigência do contrato não afeta a responsabilidade das partes no que diz respeito ao sigilo de informações confidenciais, proteção de dados pessoais, titularidade de propriedade intelectual e participação nos resultados da sua exploração.

22.8. Comunicações. Qualquer comunicação ou notificação relacionada a este poderá ser realizada por escrito, mediante e-mail, correio ou entregue pessoalmente, no respectivo endereço da parte informado no preâmbulo do edital.





**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ**

22.9. Os casos não previstos neste instrumento serão decididos pela administração de acordo com a legislação vigente, e com os princípios constitucionais da Administração Pública.

**Carlos Lopes**  
Secretário de Administração



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024

MATRIZ DE RISCO

1. Fica estabelecido neste anexo as principais diretrizes, sem prejuízos das demais que possam transcorrer durante a vigência da contratação, entre contratante e contratada a Matriz de Riscos abaixo determinada, atendendo o artigo 14, § 1º, inciso III, da Lei Complementar 182/2021.

RISCO	ALOCÇÃO	MECANISMOS DE MITIGAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Precisão dos Planos da proposta e das estimativas de custos para a execução da solução inovadora	CONTRATADA	LICITANTE: Especificar no Plano de Mitigação de Riscos da proposta	Não serão admitidas alterações no preço fixo proposto em decorrência de erros nos planos e estimativas de custos, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada.
Disponibilidade, fornecimento, instalação e operacionalização da solução inovadora	CONTRATADA	LICITANTE: Especificar no Plano de Mitigação de Riscos da proposta	O descumprimento do cronograma poderá ensejar a aplicação de penalidades, exceto se devidamente fundamentada e aceita pela administração.
Liberação dos espaços públicos para instalação dos equipamentos necessários	MUNICÍPIO	Os locais não possuem óbices para a imediata instalação dos equipamentos	Em caso de óbices surgidos após o início dos trabalhos da contratada, poderá ser revisto e o prazo poderá ser dilatado, de forma a não prejudicar a extração de resultados e evidências



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

RISCO	ALOCÇÃO	MECANISMOS DE MITIGAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Viabilidade da solução inovadora quanto aos requisitos obrigatórios e atingimento dos níveis de desempenho do objeto da proposta (risco tecnológico e de performance)	CONTRATADA	LICITANTE: Especificar no Plano de Mitigação de Riscos da proposta	Para fins de viabilidade da solução inovadora serão considerados os resultados esperados pela administração, expresso nesse edital.
Prejuízos causados a cidadãos (inclusive aqueles relacionados à privacidade e proteção de dados pessoais), a terceiros ou ao meio ambiente por culpa da CONTRATADA, de seus empregados, prestadores de serviço, terceirizados, subcontratados ou por qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades inerentes à solução inovadora proposta	CONTRATADA	LICITANTE: Especificar no Plano de Mitigação de Riscos da proposta	-



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Segurança e saúde dos trabalhadores subordinados à CONTRATADA na execução da solução inovadora, e/ou seus subcontratados	CONTRATADA	LICITANTE: Especificar no Plano de Mitigação de Riscos da proposta	-
--	------------	---	---

RISCO	ALOCAÇÃO	MECANISMOS DE MITIGAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Alterações unilaterais das cláusulas, termos e condições do contrato público para solução inovadora (CPSI)	MUNICÍPIO	Necessidade de revisão contratual para atender as necessidades da contratação.  Possibilidade de encerramento por decisão da contratação  em caso de inviabilização forçada das alterações unilaterais	-





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Decisões judiciais ou administrativas que diretamente impactem ou onerem, impeçam ou impossibilitem a execução do CPSI.	MUNICÍPIO	Possibilidade de revisão contratual, relativamente ao preço fixo proposto ou ao percentual de compartilhamento das receitas associadas, compensando-se os prejuízos derivados das decisões possibilidade de encerramento da experimentação por decisão da contratada, em caso de inviabilização por força das decisões	-
---	-----------	--	---

RISCO	ALOCAÇÃO	MECANISMOS DE MITIGAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Alterações na legislação ou regulamentação vigentes à época da formulação da proposta na licitação, e que tragam ônus adicional à contratada no âmbito da contratação	MUNICÍPIO	Possibilidade de revisão contratual, relativamente ao preço fixo proposto ou ao percentual de compartilhamento das receitas, compensando-se os prejuízos derivados das alterações	-



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Fato do príncipe e fato da administração que tragam ônus adicional(is) à contratada, ou que impeçam a execução ou a continuidade da solução tecnológica	MUNICÍPIO	Possibilidade de revisão contratual, relativamente ao preço fixo proposto ou ao percentual de compartilhamento das receitas, compensando se os prejuízos derivados dos eventos ocorridos possibilidade de encerramento da contratação por decisão da contratada, em caso de inviabilização por força dos eventos ocorridos	-
---	-----------	--	---

RISCO	ALOCÇÃO	MECANISMOS DE MITIGAÇÃO	OBSERVAÇÕES
-------	---------	-------------------------	-------------



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Inadimplemento ou atrasos no pagamento do preço fixo proposto	MUNICÍPIO	Adequada previsão da dotação orçamentária que fará frente às despesas da Execução contratual Aplicação de juros de mora, conforme disciplinado no edital.  Possibilidade de suspensão dos serviços nas hipóteses contratuais	
Indisponibilidades, instabilidades, falhas, faltas ou quaisquer fatores que impeçam o funcionamento dos equipamentos nos parâmetros exigidos, por ausência de adequado fornecimento de energia elétrica, e que sejam imputáveis à Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica local	MUNICÍPIO	Não aplicação de sanções à contratada em caso de indisponibilidade de energia elétrica que afeta a operacionalização da solução	-



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

RISCO	ALOCÇÃO	MECANISMOS DE MITIGAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Atos de vandalismo e/ou furtos de equipamentos, componentes ou quaisquer materiais empregados na solução tecnológica	MUNICÍPIO	Fiscalização a cargo de autoridades policiais do município.  Não aplicação de sanções à CONTRATADA em caso de indisponibilidade da solução tecnológica por conta de atos de vandalismo e/ou furtos de equipamentos, componentes da solução	O município poderá demandar a reposição de equipamentos e materiais, compensando a contratada mediante alteração no preço fixo proposto
Caso fortuito, força maior ou álea econômica extraordinária que afetem ou impeçam a execução da solução inovadora	MUNICÍPIO	As partes (contratada e município) poderão repactuar as condições contratuais para melhor atender as necessidade da solução tecnológica	-





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

### ANEXO III

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024

### DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Este anexo, complementar às disposições do edital, estabelece as diretrizes que deverão ser observadas pelos licitantes quanto à elaboração de suas propostas, assim como os critérios objetivos que serão aplicados pela Comissão Especial de Licitação para atribuição de pontuação.

#### 1. CONTEÚDO OBRIGATÓRIO DAS PROPOSTAS:

**1.1 As PROPOSTAS dos LICITANTES deverão contemplar, necessariamente, o seguinte conteúdo:**

- a) **Apresentação e descrição da solução inovadora proposta;**
- b) **Demonstração de desenvolvimento da solução inovadora proposta e das experiências pretéritas (caso houver);**
- c) **Plano de Trabalho de implantação da solução inovadora proposta, disposto em formato de cronograma de execução, contendo a demonstração dos meios, dinâmicas, instrumentos, recursos, equipes e estratégia de governança do LICITANTE para a execução da solução inovadora proposta;**
- d) **Plano de mitigação de risco, abrangendo todos os riscos alocados, nos termos do ANEXO II - MATRIZ DE RISCO;**
- e) **Preço fixo proposto para implantação da solução inovadora proposta.**

**1.2.** Deverão estar incluso no **PREÇO FIXO PROPOSTO** todos os custos, despesas, impostos e demais tributos inerentes ao fornecimento, instalação e operacionalização da solução inovadora proposta, nos termos da **PROPOSTA** do **LICITANTE**, sem prejuízo das possíveis adequações durante o transcurso da contratação.

**1.3.** No âmbito desta **LICITAÇÃO**, a avaliação e julgamento das **PROPOSTAS** observará os critérios estipulados no art. 13, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, quais sejam:



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**CRITÉRIO 01 - Potencial de resolução do problema pela solução proposta e da provável economia para a administração pública;**

**CRITÉRIO 02 - Grau de desenvolvimento da solução proposta;**

**CRITÉRIO 03 - Viabilidade e maturidade do modelo de negócio da solução;**

**CRITÉRIO 04 - Viabilidade econômica da proposta, considerados os recursos financeiros disponíveis para a celebração do(s) contrato(s); e**

**CRITÉRIO 05 - Demonstração comparativa de custo e benefício da proposta em relação às opções funcionalmente equivalentes.**

**1.4. Às PROPOSTAS** poderá ser atribuída nota máxima de 100 (cem) pontos, distribuídos da seguinte forma entre os critérios:

<b>CRITÉRIO</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
<b>CRITÉRIO 01 - Potencial de resolução do problema pela solução proposta e da provável economia para a administração pública;</b>	<b>40 pontos</b>
<b>CRITÉRIO 02 - Grau de desenvolvimento da solução proposta;</b>	<b>20 pontos</b>
<b>CRITÉRIO 03 - Viabilidade e maturidade do modelo de negócio da solução;</b>	<b>20 pontos</b>
<b>CRITÉRIO 04 - Viabilidade econômica da proposta, considerados os recursos financeiros disponíveis para a celebração do(s) contrato(s); e</b>	<b>10 pontos</b>
<b>CRITÉRIO 05 - Demonstração comparativa de custo e benefício da proposta em relação às opções funcionalmente equivalentes.</b>	<b>10 pontos</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100 PONTOS</b>

a) Havendo empate na nota final, terá preferência a proposta que apresentar maior nota respectivamente nos critérios 1 e 3 de acordo com os critérios de avaliação;

b) Será classificada a licitante que obtiver a melhor pontuação.

c) Os licitantes serão classificados conforme a nota obtida em suas propostas, sendo que, na forma do edital e do art. 13, § 7º, da lei complementar federal nº 182, de 1º de junho de 2021, somente o licitante autor da proposta melhor classificada terá sua documentação de habilitação aberta e analisada, observado o procedimento disciplinado neste edital.

**1.5.** Para cada critério de julgamento são estipulados, neste ANEXO, quesitos objetivos de avaliação e pontuação, conforme o Quadro de Pontuação e Quesitos de Julgamento exposto no item a seguir:



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

<b>CRITÉRIOS E QUESITOS</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
<b><u>CRITÉRIO 01 - Potencial de resolução do problema pela solução proposta e da provável economia para a administração pública (art. 13, § 4º, inc. I da Lei Complementar Federal nº 182/21)</u></b>	<b><u>MÁX.: 40 PONTOS</u></b>
<b>01.01.</b> A solução inovadora proposta apresenta potencial de resolução da contextualização do problema público apresentado neste edital? A solução inovadora proposta apresenta uma provável economia para a administração pública?	
Sim, a solução inovadora proposta apresenta alto potencial de resolução da contextualização do problema público apresentado neste edital, com possibilidades de aprimoramento da solução, durante o transcurso contratual.  Sendo classificada com o maior potencial de resolução proposta dentre as propostas apresentadas.  A solução inovadora proposta apresenta uma provável economia para a administração pública.	40 PONTOS
Sim, a solução inovadora proposta apresenta potencial de resolução de toda a contextualização do problema público apresentado neste edital.	20 PONTOS
A solução inovadora proposta apresenta baixo potencial de resolução de toda a contextualização do problema público apresentado neste edital	10 PONTOS
A solução inovadora proposta não apresenta potencial de resolução de toda a contextualização do problema público apresentado neste edital	DECLASSIFICAÇÃO
<b><u>CRITÉRIO 02 - Grau de desenvolvimento da solução proposta (art. 13, § 4º, inc. II da Lei Complementar Federal nº 182/21)</u></b>	<b><u>MÁX.: 20 PONTOS</u></b>
<b>02.01.</b> Qual o grau de desenvolvimento da solução proposta pela proponente?	
Grau de desenvolvimento da solução proposta pela proponente é avançado e inovador, sendo que a solução inovadora proposta já foi implementada em ambiente real? Se sim, demonstrar por meio da apresentação de atestado(s), de capacidade técnica que	20 PONTOS



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

comprovem experiência pretérita e que a empresa executou solução semelhante a ofertada (desde que atenda ao problema público apresentado), de forma satisfatória. Sim, tendo sido demonstrada ao menos 01 (uma) experiência pretérita.	
Grau de desenvolvimento da solução proposta pela proponente é avançado e inovador, porém sem demonstração de experiência pretérita	10 PONTOS
A solução proposta pela proponente ainda esta em estágio de desenvolvimento	05 PONTOS
<b><u>CRITÉRIO 03 - Viabilidade e maturidade do modelo de negócio da solução (art. 13, § 4º, inc. III da Lei Complementar Federal nº 182/21)</u></b>	<b>MÁX.: 20 PONTOS</b>
<b>03.01.</b> A PROPOSTA esta acompanhada de Plano de Trabalho de implantação da solução inovadora, disposto em formato de cronograma de execução, contendo a demonstração dos meios, dinâmicas, instrumentos, recursos, equipes e estratégia de governança do licitante para a execução da solução inovadora e demonstrando-se a viabilidade e segurança de sua execução?	
Planos e documentos que instruem a proposta foram apresentados de forma completa e denotadores da viabilidade da PROPOSTA	10 PONTOS
Planos e documentos que instruem a proposta, foram apresentados de forma incompleta, ou com omissões relevantes para a aferição da viabilidade da PROPOSTA	05 PONTOS
Planos não apresentados na PROPOSTA	DESCCLASSIFICAÇÃO
<b>03.02.</b> Com base nas informações que constam da PROPOSTA e por meio de documento(s) que a instruem, qual o nível de maturidade da solução inovadora ofertada?	
Solução pronta, comercializada e já operacionalizada em ambiente urbano real, com reais previsão de aprimoramento.	10 PONTOS





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Solução pronta, mas ainda não operacionalizada em ambiente urbano real (ainda que já comercializada)	05 PONTOS
Protótipo totalmente funcional ou modelo representacional	02 PONTOS
<b><u>CRITÉRIO 04 - Viabilidade econômica da proposta, considerados os recursos financeiros disponíveis para a celebração do(s) contrato(s)</u></b> <b><u>(art. 13, § 4º, inc. IV da Lei Complementar Federal nº 182/21)</u></b>	<b>MÁX.: 10 PONTOS</b>
<b>04.01. O PREÇO FIXO PROPOSTO do LICITANTE:</b>	
Respeita o limite fixado no EDITAL, com adequada disposição dos recursos orçamentários disponíveis e proposta de sustentabilidade financeira	10 PONTOS
Respeita o limite fixado no EDITAL, porém sem sustentabilidade financeira	05 PONTOS
A PROPOSTA viola disposição(ões) obrigatória(s) do EDITAL	DESCLASSIFICAÇÃO
<b><u>CRITÉRIO 05 - Demonstração comparativa de custo e benefício da proposta em relação às opções funcionalmente equivalentes (art. 13, § 4º, inc. V da Lei Complementar Federal nº 182/21)</u></b>	<b>MÁX.: 10 PONTOS</b>
<b>05.01. A proposta demonstrou compatibilidade do preço fixo ofertado em relação aos benefícios e funcionalidades da solução inovadora proposta pela licitante?</b>	
O preço fixo ofertado demonstra compatibilidade entre os benefícios e funcionalidades da solução inovadora proposta.	10 PONTOS
O preço fixo ofertado demonstra parcial compatibilidade entre os benefícios e funcionalidades da solução inovadora proposta.	5 PONTOS
O preço fixo ofertado não demonstra compatibilidade entre os benefícios e funcionalidades da solução inovadora proposta.	0

1.6. Conforme estabelecido no art. 13, da Lei Complementar Federal nº 182/21:

§ 9º Após a fase de julgamento das propostas, a administração pública poderá negociar com os selecionados as condições econômicas mais vantajosas para a administração e os critérios de remuneração que serão adotados, observado o disposto no § 3º do art. 14 desta Lei Complementar.



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ**

§ 10. Encerrada a fase de julgamento e de negociação de que trata o § 9º deste artigo, na hipótese de o preço ser superior à estimativa, a administração pública poderá, mediante justificativa expressa, com base na demonstração comparativa entre o custo e o benefício da proposta, aceitar o preço ofertado, desde que seja superior em termos de inovações, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, limitado ao valor máximo que se propõe a pagar.

**1.7.** Considerando as peculiaridades do objeto a ser contratado, bem como as condições estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 182/21, as partes poderão ajustar e/ou adequar as condições pré estabelecidas no Anexo V - Minuta do Contrato Público de Solução Inovadora (CPSI), de acordo com a solução inovadora selecionada.





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ



ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024

MODELO DECLARAÇÕES

**MODELO 01 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

À  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO  
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ESPECIAL Nº \_\_\_\_\_

1. A [LICITANTE] LICITANTE”), por seu representante abaixo assinado, vem apresentar sua DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO no âmbito do certame em referência, conforme os requisitos definidos no EDITAL.
2. O LICITANTE declara expressamente que tem pleno conhecimento dos termos do EDITAL em referência e que os aceita integralmente, em especial no que tange às prerrogativas conferidas à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO de conduzir diligências para verificar a veracidade dos documentos apresentados e buscar quaisquer esclarecimentos necessários para elucidar as informações neles contidas.
3. O LICITANTE declara expressamente que atendeu a todos os requisitos e critérios para a habilitação, e que apresentou a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO em conformidade com o EDITAL.
4. O LICITANTE declara, ainda, que a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ora apresentada é completa, verdadeira e correta em cada detalhe.

Local e Data.

---

[LICITANTE]

[assinatura do(s) representante(s)]



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ



**MODELO 02 - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º,**  
**INC. XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

À

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ESPECIAL Nº \_\_\_\_\_

O [LICITANTE], inscrita no CNPJ/ME sob o nº ..., por seu representante abaixo assinado, o(a) Sr.(a) ..., portador(a) da Carteira de Identidade nº ... e inscrito no CPF/ME sob o nº ..., declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, tampouco emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, estando em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência, no que se refere à observância ao disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, exclusivamente na condição de aprendiz .

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Local e Data.

\_\_\_\_\_  
[LICITANTE]

[assinatura do(s) representante(s)]





**MODELO 03 - DECLARAÇÃO ÚNICA DE COMPROMISSOS**

À

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ESPECIAL Nº \_\_\_\_\_

A [LICITANTE], por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), declara ao Município que, caso se sagre vencedora do certame em referência e venha a celebrar Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI) junto à Municipalidade:

- a) cumprirá o conteúdo da PROPOSTA apresentada na LICITAÇÃO e documentos relacionados;
- b) disporá de equipamentos, materiais e equipe adequados para a consecução de todas as suas obrigações, com a eficiência e a qualidade asseguradas na proposta;
- c) assumirá integral responsabilidade, civil e penal, pela boa execução e eficiência da solução inovadora, bem como pelos danos decorrentes da execução contratual, inclusive quanto a terceiros;
- d) assumirá integral responsabilidade pelos riscos que lhe são atribuídos, conforme matriz de riscos da experimentação do contrato;
- f) cumprirá com todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação tributária e à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou subcontratados, isentando o município de qualquer responsabilização relacionada;
- j) cumprirá e observará todas as normas e exigências legais ambientais;
- l) dará conhecimento imediato ao MUNICÍPIO quanto a todo e qualquer evento que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da execução contratual, ou que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações previstas no CONTRATO, incluindo-se ações judiciais e procedimentos administrativos, apresentando, por escrito e no prazo mínimo necessário, relatório detalhado sobre esses fatos, com as medidas tomadas ou a serem tomadas para superar ou sanar a situação;
- m) comunicará ao MUNICÍPIO todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de caso fortuito, força maior ou álea econômica extraordinária, impeçam ou venham a impedir a normal execução da solução inovadora;



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- n) atenderá a convocações formalmente encaminhadas pela comissão de acompanhamento do CPSI, inclusive para participar de reuniões;
- r) manterá seus funcionários, bem como funcionários das subcontratadas, devidamente uniformizados e identificados;
- s) Cumprirá integralmente todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Local e Data.

---

[LICITANTE]

[assinatura do(s) representante(s)]



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ



**ANEXO V**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024**

**MINUTA DO CONTRATO PÚBLICO PARA A SOLUÇÃO INOVADORA (CPSI)**

**CONTRATO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE  
SOLUÇÃO INOVADORA.**

**Pelo presente instrumento:**

O MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_, por intermédio do seu Prefeito, o Sr. \_\_\_\_\_, denominada CONTRATADA; e a empresa ..., com sede na ..., inscrita no CNPJ/ME sob o n.º ..., ora representada por seu ..., ..., portador da Cédula de Identidade nº ... e inscrito no CPF/ME sob o nº ..., doravante denominada CONTRATADA,

CONSIDERANDO que o MUNICÍPIO realizou LICITAÇÃO, na modalidade especial instituída pela Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2022 (Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador),

CONSIDERANDO que, após homologação do resultado da LICITAÇÃO, sagrou-se vencedora a empresa ..., em conformidade com o Ato de Homologação assinado pela autoridade competente, ficando autorizada, portanto, a celebração do presente CONTRATO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO INOVADORA (CPSI),

RESOLVEM as PARTES celebrar este CONTRATO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO INOVADORA (CPSI) (“CONTRATO”), na forma da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2022 (Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador), a ser regido pelas cláusulas e condições a seguir dispostas, observados os termos do EDITAL do PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ESPECIAL Nº CPSI-001/2023, seus ANEXOS e a PROPOSTA apresentada pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** A contratação de um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, através de inteligência artificial, com processamento e integração de dados para proporcionar informação em tempo real sobre utilização de espaços públicos municipais estratégicos, visando subsidiar ações e políticas públicas assertivas por parte do poder público municipal e dos órgãos de segurança pública, compreendendo equipamentos embarcados com inteligência artificial e software de



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

análise inteligente em atendimento as necessidades da Administração Municipal, na forma da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021 (Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador).

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DOS OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS**

**2.1.** Em síntese, diante das necessidades da Administração Municipal, no sentido de ter acesso a informações e dados precisos em tempo real para promover planejamento de políticas públicas e segurança de bens públicos, dos administrados e da manutenção da ordem pública, assim como do regular funcionamento dos espaços públicos urbanos (nos quais se incluem vias públicas, logradouros, praças, prédios públicos), caracteriza-se a necessidade e a viabilidade de adoção de ferramentas tecnológicas que permitam captação de dados em tempo real através de imagens, o respectivo processamento e integração, armazenamento e a emissão de relatórios a partir dos dados obtidos.

**2.2.** Para isso, o monitoramento e a captação dos dados deverão ser feitos através de câmeras modernas alocadas em diversos e distintos pontos do território do Município, inclusive em espaços públicos que se mostrem estratégicos.

**2.3.** Deste modo, pretende-se manter a Administração Pública Municipal permanentemente informada ou com possibilidade de acesso à informação em tempo real através de imagens sobre possíveis ações preventivas e repressivas a serem adotadas, contribuindo para a coleta estratégica de dados e informações sobre fluxos de pessoas e aglomerações, estrangulamentos no trânsito, ocupação irregular de bens públicos, enfim, diversas informações estratégicas para a melhoria e o desenvolvimento da gestão pública municipal e do bem-estar dos munícipes.

**2.4.** Neste quadro, é imprescindível a utilização de inteligência artificial, ou seja, a combinação do volume de dados digitais captados que permita a um sistema ler e interpretar padrões de informação automaticamente. Por isso, faz-se necessária a integração da captação de imagens através de um sistema de monitoramento através de inteligência artificial moderno que promova coleta de dados e análise de imagens com transmissão de imagens de forma criptografada, em alinhamento com as necessidades do Município e das instituições de segurança pública para providências de atuação preventiva e repressiva, a fim de monitorar e proteger espaços públicos, bem como, desenvolver atuações públicas estratégicas como





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

interdição de ruas, realização de eventos públicos, medidas para utilização de espaços públicos e manter a segurança patrimonial e de pessoas.

**2.5.** Neste sentido, será necessário uma ferramenta que caracterize uma solução a partir de inteligência artificial que, de forma integrada, capte os dados com precisão durante 24 (vinte e quatro) horas por dia nos 7 (sete) dias da semana, permita o processamento dos dados captados, armazene os respectivos dados, emita relatórios indicativos, que configurarão um diagnóstico para subsidiar ações e políticas públicas, e que cumpra estritamente com a legislação de proteção de dados pessoais.

**2.6.** Além disso, o responsável pelo desenvolvimento da solução e pela prestação do serviço também deverá ser capaz de promover a manutenção e substituição imediata das câmeras instaladas, se necessário, a fim de que não se percam informações e dados relevantes, bem como, oferecer manutenção e suporte sempre que necessário.

**CLÁUSULA TERCEIRA - METAS DE CUMPRIMENTO DA SOLUÇÃO INOVADORA**

**3.1.** São metas de cumprimento da solução inovadora proposta a serem perseguidas no âmbito do contrato público para solução inovadora (CPSI) dela resultante:

META	EVENTO DE CARACTERIZAÇÃO	CRONOGRAMA
M1	Diagnóstico de compatibilidade da demanda com o problema público a ser solucionado através do desenvolvimento da solução proposta e viabilização dos equipamentos necessários.	Mês 01
M2	Instalação dos equipamentos necessários e ajustes, eventualmente necessários, observados os termos da solução inovadora proposta.	Mês 02
M3	Operacionalização e funcionamento da solução inovadora proposta	Mês 03
M4	Operacionalização e funcionamento da solução inovadora com o desenvolvimento de possíveis aprimoramentos da solução inovadora apresentada.	Mês 04 e meses restantes do CPSI

**3.2.** Será na meta 01 - mês 01, que a Administração em conjunto com as forças de segurança do município e demais entidades competentes, farão o diagnóstico de compatibilidade da



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

demanda com o problema público que definirá a quantidade, formato e locais estratégicos para a instalação dos equipamentos necessários que compõe a solução inovadora proposta.

**3.3.** Em cumprimento ao art. 14, § 1º, II da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, a contratada emitirá e entregará mensalmente administração pública, relatórios de andamento da execução contratual, que servirão de instrumento de monitoramento e acompanhamento do CPS.

**3.4.** Ao final da execução do CPSI, a contratada apresentará relatório final de execução contratual objetivando assim a demonstração do cumprimento de todas as metas estabelecidas.

**3.5.** Encerrada a vigência do contrato público para solução inovadora (CPSI), e atendida satisfatoriamente todas as necessidades do problema público, a administração poderá celebrar com a mesma contratada, sem nova licitação, contrato para o fornecimento da solução resultante do CPSI, nos termos do art. 15 da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA VINCULAÇÃO**

**4.1.** Este Contrato vincula-se ao Edital \_\_\_\_, e à da solução inovadora da contratada, pela via da Licitação na Modalidade Especial regida pela Lei Complementar nº 182 de 1º de junho de 2021, e demais documentos e leis pertinentes, independentemente de transcrição.

### **CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO INOVADORA**

**5.1.** O prazo de vigência do contrato público para solução inovadora (CPSI) resultante desta licitação será de 12 (doze) meses, contados da data de emissão da ordem de início à contratada, podendo ser prorrogado para mais 12 meses, a critério do município e de acordo com as necessidades, até o limite legal fixado no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

**5.2.** Encerrada a vigência do contrato público para solução inovadora (CPSI), e atendida satisfatoriamente todas as necessidades do problema público, a administração poderá celebrar com a mesma contratada, sem nova licitação, contrato para o fornecimento da solução resultante do CPSI, nos termos do art. 15 da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**5.3.** A vigência do contrato de fornecimento será limitada a 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável por mais um período de até 24 (vinte e quatro) meses. O contrato de fornecimento será limitado a 5 (cinco) vezes o valor máximo definido no § 2º do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, para o CPSI, incluídas as eventuais prorrogações, hipótese em que o limite poderá ser ultrapassado nos casos de reajuste de preços e dos acréscimos de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

### CLÁUSULA SEXTA - VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

**6.1.** O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor estimado de R\$ ..... (.....), limitado ao valor máximo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em observância ao disposto no art. 14, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

**6.2.** O valor deste Contrato é meramente estimativo, não cabendo à CONTRATADA quaisquer direitos, caso o mesmo não seja atingido durante sua vigência;

**6.3.** Nos preços já estão incluídos todos os custos, eventuais ou não, incidentes direta ou indiretamente sobre o objeto desta contratação, e demais encargos necessários para a perfeita execução do objeto contratual.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**7.1.** As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da Dotação Orçamentária:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO S.M.A. Natureza da Despesa: 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.40.99.01 – Serviços de TIC – PJ – Gerenciamento de Canais Eletrônicos							
UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
00	03/01	000	2.006	Serviços de Administração Geral 03.001.04.122.0003.2.006	61	3513	3.3.90.40.99.01

### CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

**8.1.** Verificando-se o transcurso de mais de 12 (doze) meses contados da data de apresentação da proposta pela contratada, será devido reajuste sobre o valor contratado, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), aferido mensalmente pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**CLÁUSULA NOVA - DAS OBRIGAÇÕES RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

**9.1.** Além das obrigações presentes neste contrato e nas demais legislações aplicáveis, são obrigações da CONTRATANTE:

**9.1.1.** Proporcionar as condições indispensáveis à fiel execução do objeto, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA nas dependências dos órgãos ou entidades, quando necessário, desde que estejam credenciados exclusivamente para a execução dos serviços;

**9.1.2.** Solicitar formalmente, mediante simples comunicação, por meio digital ou físico, qualquer alteração que possa impactar a execução da solução inovadora, ficando a critério da CONTRATADA a sua aceitação;

**9.1.3.** Efetuar o correto pagamento dentro dos prazos especificados para os serviços efetivamente prestados;

**9.1.4.** Monitorar e manter operantes os endereços postais eletrônicos (e-mails) informados, bem como informar atualizações destes a CONTRATADA, sob risco de perda de comunicações relevantes aos serviços correlatos à solução inovadora deste Contrato;

**9.1.5.** Utilizar os dados e informações disponibilizadas por meio dos serviços que compõem à solução inovadora somente nas atividades que lhe compete exercer, não podendo retransmiti-las a terceiros, seja a título oneroso ou gratuito, ou, de qualquer forma, divulgá-las, sob pena de rescisão imediata do contrato, comunicação aos órgãos competentes, aplicação das penalidades cabíveis e ressarcimento dos prejuízos causados, excetuando-se as situações em que os referidos dados e informações façam parte de relatórios e análises resultantes do exercício das atividades do CONTRATANTE, bem como quando os dados e informações forem fornecidos a terceiros por exigências legais;

**9.1.6.** Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando o seu bom desempenho;

**9.1.7.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as exigências deste Contrato;

**9.1.8.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo representante legal da CONTRATADA;

**9.1.9.** A CONTRATANTE informará a forma e a periodicidade da entrega à administração pública de relatórios de andamento da execução contratual, que servirão de instrumento de





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

monitoramento, e do relatório final a ser entregue pela contratada após a conclusão da última etapa ou meta do projeto;

**9.1.10.** Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto deste Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as eventuais falhas detectadas;

**9.1.11.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre eventuais irregularidades observadas;

**9.1.12.** Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento do objeto, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Contrato;

**9.1.13.** Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA neste Contrato e, eventualmente, aplicar as sanções decorrentes do descumprimento dessas obrigações, garantida a ampla defesa e o contraditório;

**9.1.14.** Notificar previamente a CONTRATADA quando da aplicação de sanções administrativas, observando o devido processo legal;

**9.1.15.** Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere este Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”).

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**10.1.** Além das obrigações presentes neste Contrato e nas demais legislações aplicáveis, são obrigações da CONTRATADA:

**10.1.1.** Executar a solução inovadora de acordo com a proposta selecionada, desde que a CONTRATANTE tenha assegurado as condições necessárias para a execução dos serviços contratados;

**10.1.2.** Enviar, por e-mail, relatório de prestação de contas discriminando os serviços, notas fiscais e guias de pagamento correspondentes ao serviço prestado;

**10.1.3.** Comunicar, formalmente, qualquer ocorrência que possa impactar na execução da solução inovadora;

**10.1.4.** Manter-se regular perante a Administração Pública durante toda a vigência contratual, o que será comprovado pela CONTRATANTE por intermédio de consultas nos sistemas ou cadastros de regularidade da Administração Pública;



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ**

- 10.1.5.** A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por possíveis violações dos direitos de terceiros, nos artefatos gerados por ela;
- 10.1.6.** A CONTRATADA responderá solidariamente com seus agentes empregados, prepostos, ou subcontratados, no caso de violação do compromisso de confidencialidade ora assumido;
- 10.1.7.** O acesso à informação sigilosa será restrito ao funcionário alocado para a execução dos SERVIÇOS, sendo vedado repassar a outros funcionários da CONTRATADA sem prévia autorização do CONTRATANTE;
- 10.1.8.** A CONTRATADA deverá restituir imediatamente ao CONTRATANTE, quando do término do serviço ou quando for solicitada, qualquer informação deste. Em caso de perda de quaisquer informações, a CONTRATADA deverá notificar por escrito o CONTRATANTE, imediatamente;
- 10.1.9.** Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do Contrato;
- 10.1.10.** Cumprir fielmente ao pactuado neste Contrato, de forma que os serviços avençados mantenham os equipamentos em condições de perfeito funcionamento, nos locais de instalação designados pelos servidores responsáveis do Departamento de Tecnologia da Secretaria Municipal da Fazenda, Ciência, Tecnologia e Inovação;
- 10.1.11.** Se, após o recebimento, constatar-se que o serviço foi executado em desacordo com este Contrato, caberá a Administração notificar por escrito a prestadora de serviço, não havendo solução poderão ser aplicadas as sanções previstas neste contrato.
- 10.1.12.** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE, ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 10.1.13.** Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do Contrato;
- 10.1.14.** Manter, durante toda a execução do objeto deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação de solução inovadora;
- 10.1.15.** Informar ao CONTRATANTE a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade da execução do objeto contratado;
- 10.1.16.** Comparecer, sempre que solicitada, à sede do CONTRATANTE, para receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações;



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ**

**10.1.17.** Observar e guardar sigilo sobre informações confidenciais do CONTRATANTE a que tiver acesso em virtude deste Contrato;

**10.1.18.** Proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem a seu serviço, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais, ajuizadas em qualquer juízo, que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a CONTRATANTE;

**10.1.19.** A CONTRATADA observará a matriz de riscos firmada entre as partes, incluídos os riscos referentes a caso fortuito, força maior, risco tecnológico, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;

**10.1.20.** Em cumprimento ao art. 14, § 1º, II da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, a contratada emitirá e entregará mensalmente administração pública, relatórios de andamento da execução contratual, que servirão de instrumento de monitoramento e acompanhamento do CPS.

**10.1.21.** Ao final da execução do CPSI, a contratada apresentará relatório final de execução contratual objetivando assim a demonstração do cumprimento de todas as metas estabelecidas.;

**10.1.22.** Obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis;

**10.1.23.** Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista, fiscal, comercial, previdenciária, ou civil entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tampouco haverá vínculo de qualquer natureza entre o CONTRATANTE e o pessoal utilizado pela CONTRATADA para execução das atividades decorrentes deste Contrato, vedando-se qualquer relação entre o CONTRATANTE e referido pessoal que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE REMUNERAÇÃO**

**11.1.** A remuneração da contratada será realizada em regra pelo preço fixo proposto;

**11.2.** Considerando as peculiaridades da modalidade especial da licitação aqui empregada, durante a execução contratual e no transcorrer da implantação da solução inovadora as partes poderão negociar os critérios de remuneração mais adequado ao caso concreto, desde que estejam previstos no art. 14, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**11.3.** A contratada fará jus a *remuneração variável de incentivo e terá direito a pagamentos adicionais*, conforme disposto no art. 14, § 3º, II, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, sempre que superar as metas contratuais e assim apresentar melhorias e aprimoramento a solução inovadora proposta, desde que devidamente autorizada e atestada pela contratante.

**11.4.** Os pagamentos serão realizados após a execução dos trabalhos, e, a fim de garantir os meios financeiros para que a contratada implemente a etapa inicial do projeto, a administração pública poderá prever o pagamento antecipado de uma parcela do preço anteriormente ao início da execução do objeto, mediante justificativa expressa.

**11.5.** Nas hipóteses em que houver risco tecnológico, os pagamentos serão efetuados proporcionalmente aos trabalhos executados;

**11.6.** A Administração Pública deverá efetuar o pagamento conforme o critério adotado, ainda que os resultados almejados não sejam atingidos em decorrência do risco tecnológico, sem prejuízo da rescisão antecipada do contrato caso seja comprovada a inviabilidade técnica ou econômica da solução;

**11.7.** A contratada poderá receber pagamento antecipado de até 25% (vinte cinco por cento) do valor do contrato para que implemente a etapa inicial do projeto, conforme autorizado pelo § 7º do artigo 14 da Lei Complementar 182/2021, mediante justificativa emitida pela contratada e aceita pela contratante.

**11.8.** A administração pública certificar-se-á da execução da etapa inicial e, se houver inexecução injustificada, exigirá a devolução do valor antecipado ou efetuará as glosas necessárias nos pagamentos subsequentes, se houver.

**11.9.** O pagamento será realizado mediante emissão de nota fiscal dos serviços prestados com o ateste do fiscal do contrato;

**11.10.** O pagamento será efetuado pela contratante em até 30 (trinta) dias corridos após a aprovação da documentação comprobatória pelo setor competente da contratante, uma vez que tenham sido cumpridos todos os critérios e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.

**11.11.** As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias corridos, após a sua apresentação válida.

**11.12.** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente conforme disposto em decretos ou atos normativos locais.





**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ**

**11.13.** Não ocorrendo o pagamento pela contratante dentro do prazo estipulado em contrato, o valor devido será acrescido de encargos financeiros, que contemplam:

- a) Juros de mora de 0,5% ao mês sobre o valor faturado, pro rata die, e;
- b) Correção monetária do valor devido com base na variação mensal do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ou outro índice de âmbito federal que venha a substituí-lo para os atrasos com 30 (trinta) ou mais dias.

**11.14.** A correção monetária dar-se-á pela aplicação do IPCA acumulado entre o mês de vencimento da fatura e o mês em que o pagamento for realizado (último IPCA divulgado até a data do adimplemento).

11.15. O atraso da contratante no pagamento, quando superior a 90 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, implica possibilidade de suspensão imediata dos serviços prestados pela contratada, não deixando a CONTRATANTE de responder pelo pagamento dos serviços já prestados, bem como dos encargos financeiros consequentes.

11.16. A compensação financeira devida será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = (M \times VP) + (JM \times N \times VP) + (I \times VP), \text{ onde:}$$

EM = Encargos

Moratórios; M =

Multa por atraso =

2%.

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Nº de dias entre a data prevista e a do efetivo pagamento;

JM = Juros de mora, assim apurado:  $12/100/365$ ;

I = Atualização Monetária (IPCA acumulado no período).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CPSI**

**12.1.** A fiscalização da execução contratual será exercida por servidor nomeado ou comissão designada pelo CONTRATANTE;

**12.2.** Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os itens fornecidos em desacordo com o estabelecido;



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

12.3. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução dos itens deste Contrato;

12.4. É dever da contratante promover a fiscalização do serviço, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à corretivas por parte da mesma.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

13.1. Informações confidenciais. São consideradas confidenciais as informações, dados, documentos, contratos, acordos, planilhas, compilações ou bancos de dados a que as partes tenham acesso em função deste Contrato, e: (i) que estejam protegidos por segredo industrial; (ii) que tenham sido assim qualificadas pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE; e/ou (iii) que tenham sido classificados como sigilosos por ato da autoridade competente da CONTRATANTE, nos Contratos da Lei Federal nº 12.527/2011 (“Lei de Acesso à Informação”);

13.2. Poderão ser qualificadas como “confidenciais” informações e dados de natureza técnica, científica, comercial ou operacional, tais como informações sobre pesquisa, desenvolvimento técnico, produtos, processos, relatórios, know-how, anotações, especificações técnicas, bem como suas respectivas cópias, reproduções, reimpressões e traduções que possuam interesse científico, financeiro, empresarial;

13.3. As informações só serão qualificadas como “confidenciais” quando assim for apontado pela parte interessada ou se houver indicação expressa no respectivo documento.

13.4. Dever de sigilo. Caso tenham acesso a informações confidenciais, as partes e seus prepostos, colaboradores, prestadores de serviço e eventuais subcontratados obrigam-se a mantê-las em sigilo, bem como a utilizá-las única e exclusivamente para a execução do objeto do presente Contrato, abstendo-se de divulgá-las a qualquer outra pessoa que não esteja, direta ou indiretamente, relacionada à execução do seu objeto;

13.5. As partes informarão as condições de sigilo estabelecidas nesta Cláusula a seus empregados, prestadores de serviços, consultores e todo o pessoal, qualquer que seja o vínculo existente, envolvido nas atividades de que trata o presente Contrato.

13.6. É vedada a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações confidenciais sem o consentimento prévio, por escrito, da outra parte.



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ**

**13.7.** Segurança da informação. As partes obrigam-se a observar as melhores práticas relativas à segurança da informação, cumprindo e respeitando a preservação, o sigilo, a integridade, os direitos autorais e os direitos de propriedade intelectual que possam ser comprometidos no caso do acesso não autorizado a sistemas e bancos de dados, sem prejuízo da responsabilização judicial e da aplicação das sanções previstas neste instrumento.

**13.8.** Exceções. Não haverá violação das obrigações de confidencialidade previstas neste Contrato nas seguintes hipóteses:

**13.8.1.** Informações que já sejam do conhecimento das partes na data de divulgação ou que, comprovadamente, tenham sido desenvolvidas de forma independente, sem relação com este Contrato, pela parte que a revele;

**13.8.2.** Informações que vierem a cair em domínio público sem culpa de qualquer das partes.

**13.8.3.** Não se consideram em domínio público as informações confidenciais reveladas apenas em Contratos gerais;

**13.8.4.** Informações contidas em patentes ou outros direitos de propriedade intelectual publicadas em qualquer país;

**13.8.5.** Informações que tenham sido recebidas de terceiro que não esteja obrigado a manter sigilo;

**13.8.6.** Informações que o CONTRATANTE tenha o dever de revelar com base na Lei Federal nº 12.527/2011 (“Lei de Acesso à Informação”);

**13.8.7.** Informações que possam ter sua divulgação exigida em virtude de lei, decisão judicial ou administrativa, inclusive as provenientes do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e de outros órgãos de controle interno e externo;

**13.8.8.** Informações cuja revelação seja expressamente autorizada, por escrito, pela outra parte.

**13.9.** Revelação de informações confidenciais. O dever de sigilo não é oponível aos pedidos e requisições provenientes de órgãos de controle, interno e externo, no exercício regular de suas atribuições. A parte que estiver obrigada, por força de procedimento legal, administrativo ou judicial, a revelar quaisquer informações confidenciais deverá enviar à outra, antes da resposta, notificação prévia, por escrito, contendo cópia das determinações que impõem o dever de excepcionar o sigilo.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**13.10.** Responsabilidade. A parte que, por culpa ou dolo, violar as obrigações de sigilo e confidencialidade previstas nesta Cláusula assume a responsabilidade pela reparação das perdas e danos comprovadamente sofridos pela parte lesada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

**14.1.** As partes serão responsáveis por cumprir a legislação ambiental e de biodiversidade vigente durante a execução do objeto deste Contrato, abstendo-se também de usar quaisquer formas de trabalho escravo ou humanamente degradante.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CONFORMIDADE COM O MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

**15.1. Marco legal Anticorrupção:** As partes declaram conhecer as normas de prevenção a atos de corrupção e lavagem de dinheiro previstas na legislação brasileira ("Marco Legal Anticorrupção"), dentre elas o Decreto-Lei nº 2848/1940 ("Código Penal Brasileiro"), a Lei Federal no 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa") e a Lei Federal no 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção") e, se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, prepostos, administradores, empregados e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

**15.2. Vedações:** As partes não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste ajuste.

**15.3. Conformidade:** A CONTRATADA declara e garante que:

**15.3.1.** Não se encontra, direta ou indiretamente, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores sob investigação, em processo judicial e/ou administrativo, relativamente a violação do Marco Legal Anticorrupção, nem está sujeita a restrições ou sanções econômicas impostas por qualquer entidade governamental;

**15.3.2.** Não sofreu nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionados ao descumprimento do Marco Legal Anticorrupção ou de lavagem de dinheiro nos últimos 5 (cinco) anos;





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**15.3.3.** Não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar pagamentos em dinheiro nem dar presentes, ou quaisquer outros objetos de valor, a representantes de entidades públicas ou privadas, com o objetivo de beneficiar-se ilicitamente;

**15.3.4.** Não irá receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de atividades ilícitas, abstendo-se de manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas investigadas e/ou condenadas por atos previstos no Marco Legal Anticorrupção, bem como por lavagem de dinheiro, tráfico de drogas ou terrorismo;

**15.3.5.** Seus atuais dirigentes, representantes, empregados e colaboradores não são agentes públicos e que informará por escrito a CONTRATANTE, no prazo de [3 (três) dias úteis], sobre eventuais nomeações de seus quadros para cargos, empregos e/ou funções públicas.

**15.4. Dever de informar:** A CONTRATADA deverá comunicar prontamente a CONTRATANTE, por escrito, sobre qualquer suspeita de violação ou descumprimento do Marco Legal Anticorrupção e/ou das obrigações previstas nesta Cláusula.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**16.1.** Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a enviar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”) e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

**16.2.** Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento. **16.3.** Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

**16.3.1.** Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

**16.3.2.** Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

**16.3.3.** Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até [30 (trinta) dias corridos], contados a partir do requerimento do titular;



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ**

**16.4** As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

**16.5** As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

**16.6** A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

**16.7** Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**16.8.** A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

**16.9.** As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

**16.10.** É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

**16.11.** A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

**16.12** Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

**16.13** A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta Cláusula, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

**16.14.** A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

**16.15** Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

**16.16** Extinto o contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL DAS CRIAÇÕES**

**17.1.** Em atendimento ao artigo 14, § 1º, inciso IV da Lei Complementar 182/2021, fica expresso que toda titularidade dos direitos de propriedade intelectual das criações resultantes do CPSI será exclusiva da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

**18.1.** Em atendimento ao artigo 14, § 1º, inciso V da Lei Complementar 182/2021, fica assegurado a contratada exclusivamente todos os direitos de exploração comercial, de licenciamento e de transferência da tecnologia objeto da solução inovadora.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**19.1.** Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial do contrato público de solução inovadora (CPSI) a ficará sujeita à aplicação das seguintes sanções:

**a)** Advertência, por escrito, em caso de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE; **b)** Multa; **c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública estadual, por prazo não superior a dois anos; **d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública federal, estadual ou municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a CONTRATADA ressarcir os prejuízos causados e após decorrido o prazo da sanção.

**19.2.** A multa imposta ao contratado ou licitante, se não disposta de forma diferente no contrato, poderá ser:

**19.3.** De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

**a)** 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos;

**b)** 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante.

**19.4.** De caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

**a)** 15% (quinze por cento) do valor do empenho em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;

**b)** 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- 19.5. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.
- 19.6. A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.
- 19.7. Na fase de instrução, o indiciado será notificado pelo gestor do Contrato e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do correio eletrônico no e-mail registrado em Ata/Contrato, para apresentação da Defesa Prévia, assegurando-lhe vista do processo, e juntada dos documentos comprobatórios que considerar pertinentes à fundamentação dos fatos alegados na mesma.
- 19.8. O extrato da decisão definitiva, bem como toda sanção aplicada, será anotada no histórico cadastral da empresa e nos sistemas cadastrais pertinentes, quando for o caso, além do processo ser apostilado na sua licitação correspondente.
- 19.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.
- 19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
- 19.11. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1. Subcontratação, cessão e transferência: A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato.
- 20.2. **Omissões.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Complementar nº 182/2021, e demais normas aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.
- 20.3. **Publicação.** A publicação resumida do Contrato Público de Solução Inovadora na Imprensa Oficial será condição indispensável para sua eficácia e será providenciada pela CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**20.4. Interpretação.** Na hipótese de conflito entre alguma disposição deste Contrato e a legislação vigente e aplicável, ou caso qualquer de suas disposições seja judicialmente declarada inválida, tal disposição em conflito ou a invalidação judicial da disposição deverá ser interpretada de forma a refletir, o mais próximo possível, a intenção original das partes, consoante a lei aplicável, sendo que as demais disposições do presente instrumento deverão permanecer em plena eficácia, delas decorrendo todos os efeitos.

**20.5.** Se quaisquer das partes permitir, em benefício do outro, mesmo que por omissão, a inobservância, no todo ou em parte, o não cumprimento de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas no presente Contrato, este fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar tais cláusulas e condições, que permanecerão inalteradas, válidas e eficazes, sem novação ou qualquer alteração de conteúdo.

**20.6.** Em caso de conflito entre os termos e condições pactuados neste Contrato, prevalecerão os termos e condições dispostos no presente instrumento.

**20.7. Ultratividade.** A rescisão ou a expiração da vigência do contrato não afeta a responsabilidade das partes no que diz respeito ao sigilo de informações confidenciais, proteção de dados pessoais, titularidade de propriedade intelectual e participação nos resultados da sua exploração.

**20.8. Comunicações.** Qualquer comunicação ou notificação relacionada a este Contrato poderá ser realizada por escrito, mediante e-mail, correio ou entregue pessoalmente.

**20.9.** Os casos não previstos neste instrumento serão decididos pela secretaria responsável, de acordo com a legislação vigente, e com os princípios constitucionais da Administração Pública.

**20.10.** As disposições que não constam no presente contrato, serão decididas, justificadas e se necessário serão apostiladas a esse CPSI.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

**21.1.** Fica eleito o foro deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E, assim, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas no presente CONTRATO, para todos os efeitos de direito, pelo que são assinadas pelas partes e testemunhas.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ



Local e Data

CONTRATANTE

CONTRATADA



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ



OFÍCIO Nº 41/2024

PROTOCOLO Nº 41/2024

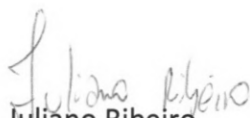
DE: Juliano Ribeiro  
Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio

PARA: Procuradoria Municipal

DATA: 30.04.2024

Conforme previsto na Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021 (Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador), encaminhamos Minuta do Edital de Licitação e anexos, referente a Contratação de um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, através de inteligência artificial, para análise e parecer jurídico.

Cordialmente,

  
Juliano Ribeiro  
Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

### PARECER JURÍDICO

**EMENTA:** Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Pregão Eletrônico. Licitação especial. Lei Complementar nº 182/2021. Contratação de solução inovadora. Secretaria Municipal de Administração.

#### Ao Excelentíssimo Prefeito.

Trata-se de solicitação abertura de procedimento especial previsto na Lei Complementar nº 182/2021 para o fim de contratar um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, por meio de inteligência artificial.

Os presentes autos foram encaminhados pelo Departamento de Compras e Patrimônio a esta Procuradoria Jurídica para o fim de realizar o controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

Este parecer tem, portanto, o escopo de assistir a municipalidade no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados na fase preparatória da licitação.

#### I. DO CABIMENTO DA MODALIDADE ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

De início, tem-se que são finalidades da legislação especial *“realizar a contratação para resolver demandas públicas que exijam solução inovadora com emprego de tecnologia”* e *“promover a inovação no setor produtivo por meio do uso do poder de compra do Estado”* (art. 12, I e II, da Lei Complementar nº 182/2021).

Para cumprir com a finalidade da legislação, o art. 13 dispõe que *“A administração pública poderá contratar pessoas físicas ou jurídicas, isoladamente ou em consórcio, para o teste de soluções inovadoras por elas desenvolvidas ou a ser desenvolvidas, com ou sem risco tecnológico, por meio de licitação na modalidade especial regida por esta Lei Complementar”*.

Ainda, o art. 13, § 1º, dispõe que *“A delimitação do escopo da licitação poderá restringir-se à indicação do problema a ser resolvido e dos resultados esperados pela administração pública, incluídos os desafios tecnológicos a serem superados, dispensada a descrição de eventual solução técnica previamente mapeada e suas especificações técnicas, e caberá aos licitantes propor diferentes meios para a resolução do problema”*.

Portanto, pelo que se retira do objeto do presente feito (contratação de solução inovadora), esta Procuradoria Jurídica entende que a vontade da Administração encontra respaldo legal na lei especial.

#### II. DA JUSTIFICATIVA E ESTIMATIVA DE VALOR.

Nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, tem que *“O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado,*



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

*considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.”*

Todavia, por se tratar de procedimento especial com a finalidade de delimitar o escopo da licitação com a indicação do problema a ser resolvido, restou fixado o teto de R\$ 300.000,00.

Dentro deste limite estão englobados todos os eventuais custos com a execução do projeto apresentado e aprovado pela Comissão Especial.

Assim sendo, nada a opor neste ponto.

### III. DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Em relação ao Termo de Referência, consta-se no art. 6º, XXII, da Lei nº 14.133/2021, que é *“documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos”*.

Ademais, o art. 39 do Decreto Municipal nº 8.266/2023 dispõe que *“O Termo de Referência, a partir do Estudo Técnico Preliminar, se elaborado, definirá o objeto para atendimento da necessidade, a ser enviado para o setor de Planejamento de Contratações para a formalização do processo.”*

Dá análise detida do Termo de Referência, tem-se que foram observados os requisitos essenciais para sua higidez, em especial: a definição do objeto, contextualização da necessidade e do problema público; desafios; resultados esperados; especificações do objeto; justificativa para a escolha da modalidade especial; fundamentação legal; justificativa e estimativa de valor; dotação orçamentária; critérios de julgamento e seleção da proposta; metas de cumprimento; obrigações de confidencialidade; critérios de reajuste; obrigações da contratante e contratada; formas e condições de remuneração; responsabilidade socioambiental; conformidade com o marco legal anticorrupção; proteção de dados pessoais; direitos de propriedade intelectual; participação nos resultados; entre outros.

Verifica-se, portanto, que o Termo de Referência abarcou todas as exigências previstas na Lei Complementar nº 182/2021, Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 8.266/2023.

### IV. DA MATRIZ DE RISCOS.

Nos termos do art. 6º, XXVII, da Lei nº 14.133/2021, retira-se a definição e requisitos da matriz de risco. Veja-se:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXVII - matriz de riscos: cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência;
- b) no caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico;

c) no caso de obrigações de meio, estabelecimento preciso das frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução no caso de obras e serviços de engenharia;

Ainda, o art. 103 da supracitada lei dispõe:

Art. 103. O contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado ou daqueles a serem compartilhados.

§ 1º A alocação de riscos de que trata o caput deste artigo considerará, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos às partes no contrato, a natureza do risco, o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada setor para melhor gerenciá-lo.

§ 2º Os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente transferidos ao contratado.

§ 3º A alocação dos riscos contratuais será quantificada para fins de projeção dos reflexos de seus custos no valor estimado da contratação.

§ 4º A matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes e deverá ser observada na solução de eventuais pleitos das partes.

Desse modo, diante da previsão na matriz de risco acerca das eventualidades e da possíveis medidas a serem adotadas para a normalidade contratual, nada tem a obstar neste ponto.

### V. DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

A Lei nº 14.133/21 estabelece que a realização de licitação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes das aquisições/contratações dos serviços. A declaração de disponibilidade orçamentária e financeira, com indicação de rubrica específica e suficiente, cumpre com o presente requisito.

### VI. DA MINUTA DO EDITAL.

Nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/21, *“O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.”*

Dá análise detida do Edital, tem-se que foram observados os requisitos essenciais para sua higidez, em especial a delimitação do objeto do certame, bem como todas as regras a serem observadas, tais como: critérios de julgamento e seleção da proposta; valor estimado; prazo de vigência do contrato; condições de participação; representação; habilitação, fase recursal, entre outros.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Verifica-se, portanto, que o Edital abarcou todas as exigências essenciais previstas na Lei.

### VII. DA MINUTA DO CONTRATO.

Por fim, a minuta do contrato deve contar com as exigências constantes no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

Dá análise detida do da minuta do contrato, tem-se que foram observados os requisitos essenciais para sua higidez, em especial: objeto; objetos e resultados esperados; metas; vinculação ao edital; prazo de vigência; valor estimado; dotação orçamentária; reajuste; obrigações das partes; forma da remuneração; fiscalização; confidencialidade; entres outros.

Sem delongas, verifica-se que a minuta do contrato está em consonância com todas as exigências essenciais previstas na Lei.

### VIII. CONCLUSÃO.

Ante todo o exposto, após devidamente examinados os presentes autos em sua fase preparatória, esta Procuradoria Jurídica opina pelo regular prosseguimento do processo licitatório.

Registre-se, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateve as questões jurídicas observadas na instrução processual da fase interna do certame. Não se incluem no âmbito da presente análise os elementos técnicos e de oportunidade e conveniência pertinentes ao certame.

Este é o parecer.

Coronel Vivida-PR, 3 de maio de 2024.

**Daniel Proença Larsson**

OAB/PR nº 90.028

Procurador Jurídico





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

## EDITAL DE LICITAÇÃO ESPECIAL Nº 01/2024

### 1. PREÂMBULO.

1.1. O MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, por meio do Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio, Sr. Juliano Ribeiro, designado pelo Decreto nº 7803 de 10 de janeiro de 2022, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar o processo licitatório na modalidade LICITAÇÃO ESPECIAL, instituída pela Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021 (Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador), destinado à seleção de proposta para a CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO INOVADORA, na forma deste edital e seus anexos.

1.2. A presente licitação reger-se-á pelo disposto neste edital e seus anexos e na Lei Complementar Federal nº 182, de 01 de junho de 2021 (Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador).

1.3. O presente edital encontra-se disponível para consulta no sítio eletrônico oficial do município [www.coronelvivida.pr.gov.br](http://www.coronelvivida.pr.gov.br) na opção licitações em andamento, observando-se os prazos e a forma disposta no art. 13, § 2º, inc. i e II, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021. O município não se responsabiliza pelo conteúdo de edital e/ou demais informações acerca da licitação obtidos e/ou conhecidos de forma e/ou em local diverso do aqui disposto.

1.4. Os envelopes contendo as propostas e a documentação de habilitação dos licitantes deverão ser entregues em sessão pública, a ser realizada em **10 de junho de 2024**, às **09h00min**, no endereço: **Praça Angelo Mezzomo, s/n, centro, sala de reuniões da Prefeitura de Coronel Vivida**, sob a coordenação da Comissão Especial de Licitação, designada especialmente para este fim.

1.5. A Comissão Especial de Licitação foi constituída na forma do art. 13, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021. Compete a comissão especial:

- I - receber, examinar e julgar as propostas e documentos de habilitação conforme requisitos e critérios estabelecidos no instrumento convocatório;
- II - receber e processar os recursos em face das suas decisões;
- III - dar ciência aos interessados das suas decisões;
- IV - encaminhar os autos da licitação à autoridade competente para deliberação;
- V - propor à autoridade competente a instauração de processo administrativo punitivo, objetivando a aplicação de sanções.

1.6. As propostas serão julgadas e classificadas de acordo com os critérios dispostos neste edital e seus anexos, procedendo-se à análise da documentação de habilitação somente do licitante selecionado, na forma do art. 13, § 7º, da lei complementar federal nº 182, de 1º de junho de 2021.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

1.7. Selecionada a proposta vencedora, o adjudicatário será convocado para celebração de contrato público para solução inovadora (CPSI), nos termos deste edital e seus anexos.

### 2. DO OBJETO.

2.1. O presente certame tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa para a celebração de **CONTRATO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO INOVADORA (CPSI)**, destinado a contratação de um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, através de inteligência artificial, com processamento e integração de dados para proporcionar informação em tempo real sobre utilização de espaços públicos municipais estratégicos, visando subsidiar ações e políticas públicas assertivas por parte do poder público municipal e dos órgãos de segurança pública, compreendendo equipamentos embarcados com inteligência artificial e software de análise inteligente em atendimento as necessidades da Administração Municipal, na forma da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021 (Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador).

### 3. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DA SOLUÇÃO INOVADORA.

3.1. As propostas serão avaliadas e classificadas pela Comissão Especial de Licitação de acordo com os critérios fixados no ANEXO III - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

3.2. Nos termos do art. 13, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, a avaliação e julgamento das propostas observará os seguintes critérios:

- 3.2.1. CRITÉRIO 01 - Potencial de resolução do problema pela solução proposta e da provável economia para a administração pública;
- 3.2.2. CRITÉRIO 02 - Grau de desenvolvimento da solução proposta;
- 3.2.3. CRITÉRIO 03 - Viabilidade e maturidade do modelo de negócio da solução;
- 3.2.4. CRITÉRIO 04 - Viabilidade econômica da proposta, considerados os recursos financeiros disponíveis para a celebração do(s) contrato(s); e
- 3.2.5. CRITÉRIO 05 - Demonstração comparativa de custo e benefício da proposta em relação às opções funcionalmente equivalentes.

### 4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO.

4.1. O valor estimado da contratação, correspondente ao valor máximo a ser pago à contratada em contrapartida a solução proposta, será de **R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**, em observância ao disposto no art. 14, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, conforme justificativa expressa no termo de referência.

4.2. Os dispêndios relativos aos pagamentos pela solução proposta serão suportados por meio da dotação orçamentária definida pelo Departamento de Contabilidade.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

### 5. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO INOVADORA.

5.1. O prazo de vigência do contrato público para solução inovadora (CPSI) resultante desta licitação será de 12 (doze) meses, contados da data de emissão da ordem de início à contratada, podendo ser prorrogado para mais 12 meses, a critério do município e de acordo com as necessidades, até o limite legal fixado no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

5.2. Encerrada a vigência do contrato público para solução inovadora (CPSI), e atendida satisfatoriamente todas as necessidades do problema público, a administração poderá celebrar com a mesma contratada, sem nova licitação, contrato para o fornecimento da solução resultante do CPSI, nos termos do art. 15 da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

5.3. A vigência do contrato de fornecimento será limitada a 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável por mais um período de até 24 (vinte e quatro) meses. O contrato de fornecimento será limitado a 5 (cinco) vezes o valor máximo definido no § 2º do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, para o CPSI, incluídas as eventuais prorrogações, hipótese em que o limite poderá ser ultrapassado nos casos de reajuste de preços e dos acréscimos de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

### 6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME.

6.1. Poderão participar desta licitação, toda e qualquer pessoa jurídica regularmente estabelecida no país, especializada no objeto desta licitação e que satisfaça integralmente as condições e exigências deste Edital e na Lei Complementar 182, de 1º de junho de 2021.

6.2. Ao participar do procedimento licitatório, acostando sua proposta, a licitante tacitamente declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e que não se enquadra em nenhum dos impedimentos legais.

6.3. Os licitantes que se enquadrarem como STARTUP deverão comprovar no ato da apresentação dos envelopes do certame que atendem ao disposto no artigo 4º, da Lei Complementar 182, a saber:

Art. 4º São enquadradas como startups as organizações empresariais ou societárias, nascentes ou em operação recente, cuja atuação caracteriza-se pela inovação aplicada a modelo de negócios ou a produtos ou serviços ofertados.

§ 1º Para fins de aplicação desta Lei Complementar, são elegíveis para o enquadramento na modalidade de tratamento especial destinada ao fomento de startup o empresário individual, a empresa individual de responsabilidade limitada, as sociedades empresárias, as sociedades cooperativas e as sociedades simples:

I - com receita bruta de até R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais) no ano-calendário anterior ou de R\$1.333.334,00 (um milhão, trezentos e trinta e três mil trezentos e trinta e quatro reais) multiplicado pelo número de meses de atividade no





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, independentemente da forma societária adotada;

II - com até 10 (dez) anos de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia; e III - que atendam a um dos seguintes requisitos, no mínimo:

a) declaração em seu ato constitutivo ou alterador e utilização de modelos de negócios inovadores para a geração de produtos ou serviços, nos termos do inciso IV do caput do art. 2º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; ou

b) enquadramento no regime especial Inova Simples, nos termos do art. 65-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 2º Para fins de contagem do prazo estabelecido no inciso II do § 1º deste artigo, deverá ser observado o seguinte:

I – para as empresas decorrentes de incorporação, será considerado o tempo de inscrição da empresa incorporadora;

II – para as empresas decorrentes de fusão, será considerado o maior tempo de inscrição entre as empresas fundidas; e

III – para as empresas decorrentes de cisão, será considerado o tempo de inscrição da empresa cindida, na hipótese de criação de nova sociedade, ou da empresa que a absorver, na hipótese de transferência de patrimônio para a empresa existente.

6.4. Será permitida a participação de empresas sob regime de consórcio.

6.5. As empresas consorciadas deverão apresentar Termo de Compromisso de constituição de Consórcio, do qual deverão constar as seguintes cláusulas:

- a) Indicação da empresa líder e sua respectiva participação no consórcio;
- b) Responsabilidade solidária das empresas consorciadas, perante a contratante, pelas obrigações e atos do consórcio, tanto durante as fases da licitação quanto na de execução do contrato;
- c) Prazo de duração do consórcio que deve, no mínimo, coincidir com a data da expiração da garantia dos fornecimentos, objeto do contrato administrativo licitado;
- d) Compromisso de que não será alterada a constituição ou composição do consórcio sem prévia anuência da contratante, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do consórcio original;
- e) Compromisso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica diversa de seus integrantes e que o consórcio não adotará denominação própria;
- f) Obrigação das consorciadas de apresentar antes da assinatura do contrato decorrente da licitação, o Termo de Constituição do Consórcio, devidamente aprovado pelo órgão da sociedade de cada participante, que for competente, para autorizar a alienação de bens do ativo permanente, nos termos do que dispõe os artigos 278 e 279 da Lei 6.404/76;
- g) A licitante vencedora fica obrigada a promover, antes da celebração do contrato a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido na alínea anterior.





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- h) Dentre outras disposições específicas à execução do objeto do contrato decorrente desta licitação, o instrumento de constituição do consórcio deverá:
- h.1) Definir claramente a participação e os encargos de cada uma das empresas consorciadas na execução do objeto contratual;
  - h.2) Conter cláusula, reconhecendo expressamente a responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados em consórcio e inerentes a todas as fases de execução do contrato.
- 6.6. Na sessão pública, o consórcio será representado pela empresa líder.
- 6.7. A empresa participante de um consórcio não poderá participar da licitação isoladamente ou integrando outro consórcio.
- 6.8. Não poderão participar da licitação:
- a) Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste edital;
  - b) Os interessados que se encontrem, mesmo que indiretamente, sob falência, concordata, recuperação judicial, (exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente), dissolução, liquidação
  - c) Empresas estrangeiras que não funcionem no país.
  - d) Aqueles incursos nas sanções previstas no inciso III, Artigo 87 da Lei 8.666/93, quando aplicada por esse município.
  - e) Aqueles que tenham sido declarados impedidos e/ou inidôneos para licitar ou contratar com a administração pública.
- 6.9. A participação na licitação e apresentação da proposta implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições deste Edital e de seus anexos.
- 6.10. O licitante deve arcar com todos os custos associados à preparação e envio de sua proposta e em hipótese alguma a Contratante será responsável ou estará sujeita a esses custos.

## 7. REPRESENTAÇÃO.

7.1. O licitante ou o consórcio, deverá, na sessão pública de entrega dos envelopes, comprovar a existência de representantes legais ou procuradores, munidos de poderes para representá-la em atos e documentos em geral no âmbito da presente licitação, devendo comprovar os respectivos poderes de representação por meio de:

- a) instrumento de mandato que comprove poderes específicos para praticar todos os atos referentes à licitação, tais como assinar e rubricar documentos e propostas, ofertas de preços, interpor e desistir de recursos, negociar condições (nos termos do art. 13, § 9º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021), acompanhado do(s) documento(s) que comprove(m) os poderes do(s) outorgante(s); e/ou



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

b) contrato social, estatuto social e atas de eleição ou documento equivalente, demonstrando o(s) representante(s) legal(is) da sociedade.

7.2. Poderá ser indicado pelo licitante apenas 01 representante credenciado.

7.3. A qualquer momento, durante o processo licitatório, o licitante poderá nomear ou substituir seu(s) representante(s) credenciado(s).

7.4. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um licitante no âmbito desta licitação.

7.5. Em se tratando de Consórcio, as disposições anteriores se aplicam à consorciada líder.

### **8. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES DO EDITAL.**

8.1. Os licitantes que necessitarem de informações ou esclarecimentos complementares relativamente à presente licitação deverão solicitá-los no máximo até o 5º (quinto) dia útil antes da data agendada para a entrega dos envelopes, aos cuidados da Comissão Especial de Licitação, por meio de mensagem dirigida ao endereço eletrônico acompanhada do arquivo contendo as questões formuladas.

8.2. A Comissão Especial de Licitação não se responsabilizará por eventuais problemas ou falhas no envio ou recebimento dos pedidos de esclarecimentos, bem como pela nitidez e qualidade visual dos pedidos.

8.3. Não sendo formulados pedidos de informações e esclarecimentos sobre a licitação, pressupõe-se que os elementos fornecidos no edital são suficientemente claros e precisos para todos os atos a se cumprirem no âmbito da licitação, não restando direito aos licitantes para qualquer reclamação ulterior, dado que a participação na licitação implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital.

8.4. Sob pena de decadência, eventual impugnação ao edital deverá ser protocolada, por qualquer pessoa, em até 05 (cinco) dias úteis antes da data de entrega dos envelopes, e, por aqueles que irão participar da licitação, em até 02 (dois) dias úteis antes da data de entrega dos envelopes.

8.5. As eventuais impugnações ao edital deverão ser formuladas exclusivamente por escrito, devidamente rubricadas e assinadas pelo responsável e, no caso de pessoa jurídica, pelo seu representante legal ou procurador, dirigidas ao presidente da Comissão Especial de Licitação e entregues no setor de protocolos da prefeitura do município, ou pelo endereço eletrônico.

### **9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES.**

9.1. Os licitantes deverão apresentar, por meio dos seus representantes credenciados, no local, dia e hora designados no preâmbulo do edital, a seguinte documentação: 02 (dois)



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

envelopes lacrados, distintos e separados, sendo um relativo à proposta (envelope nº 1), e outro relativo à documentação de habilitação (envelope nº 2).

9.2. Os documentos de representação deverão ser entregues separadamente à Comissão Especial de Licitação, fora dos invólucros, no início da sessão de recebimento dos envelopes.

9.3. Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

9.4. Todos os documentos que constituem as propostas e a documentação de habilitação, bem como todas as demais documentações a serem fornecidas e todas as correspondências e comunicações a serem trocadas, deverão ser apresentados em língua portuguesa, idioma oficial desta licitação.

9.5. Documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas somente serão admitidos desde que devidamente traduzidos para o português por tradutor público juramentado, matriculado em qualquer uma das Juntas Comerciais do Brasil.

### **10. ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA.**

10.1. O envelope nº 1 deverá conter a proposta do licitante, contendo a apresentação e as especificações da solução inovadora e o preço fixo proposto, cuja elaboração e avaliação deverão observar no mínimo o disposto no ANEXO III - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

10.2. Cada licitante, ou consórcio, deverá apresentar uma única proposta.

10.3. Para elaboração de sua proposta, o licitante deverá considerar todas as disposições e especificações do presente edital e seus anexos, sendo de sua inteira responsabilidade a realização de estudos complementares que, a seu critério, considere necessários à elaboração de sua proposta e à apresentação e descrição de sua solução inovadora.

10.4. A proposta do licitante vencedor comporá o contrato público para solução inovadora (CPSI) e converter-se-á, automaticamente, em obrigação da contratada quanto às especificações, compromissos e procedimentos ali contidos sem prejuízo das demais obrigações dispostas no contrato.

10.5. O licitante deverá indicar o preço fixo proposto em Reais (R\$).

10.6. No preço proposto deverão estar incluídos todos os custos, despesas, impostos e demais tributos inerentes ao fornecimento, instalação e operacionalização da solução inovadora proposta.

10.7. Será classificada a proposta que atingir a maior pontuação (Nota Máxima: 100 pontos).



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

10.8. Os licitantes que tiverem suas propostas desclassificadas serão automaticamente desclassificados e eliminados da licitação, sendo devolvidos os ENVELOPES Nº 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

### **11. ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.**

11.1. O envelope nº 2 deverá conter a documentação de habilitação do licitante, organizada da seguinte forma:

- Parte I - Habilitação Jurídica;
- Parte II - Qualificação Econômico-Financeira;
- Parte III - Regularidade Fiscal e Trabalhista;
- Parte IV - Declarações

11.2. Na forma do art. 13, § 8º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, tendo em vista o grau de inovação buscado nos termos deste edital e seus anexos, a experiência pretérita dos licitantes e o consequente grau de maturidade da solução inovadora proposta serão avaliados no âmbito das propostas, não possuindo caráter habilitatório.

#### **PARTE I - HABILITAÇÃO JURÍDICA**

11.3. Os documentos a seguir listados deverão ser apresentados pelo LICITANTE com vistas à demonstração de sua habilitação jurídica:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, incluindo, se houver, alterações realizadas desde a última consolidação, devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão competente, nos seguintes termos:
- b) no caso de sociedades por ações e sociedades limitadas, quando aplicável, acompanhados dos documentos devidamente registrados de eleição dos seus administradores e, no caso de sociedades por ações, das respectivas publicações na Imprensa; e
- c) em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, acompanhados do decreto de autorização ou equivalente, nos termos do art. 28, inc. V, da Lei Federal nº 8.666/93, além de ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **PARTE II - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

11.4. Os documentos a seguir listados deverão ser apresentados pelo LICITANTE com vistas à demonstração de sua qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo Distribuidor Judicial da Comarca (Varas Cíveis) da cidade onde a empresa for sediada, com data de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data da entrega dos envelopes, devendo ser juntado à documentação de





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

habilitação, no caso de pessoa jurídica em situação de recuperação judicial (na forma da Lei Federal nº 11.101/05), o competente “Plano de Recuperação Judicial”, já devidamente homologado pelo Juízo competente; e

### PARTE III - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

11.5. Os documentos a seguir listados deverão ser apresentados pelo LICITANTE com vistas à demonstração de sua regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Comprovação de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia - CNPJ/ME;
- b) Comprovação de registro no Cadastro de Contribuintes municipal e/ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do LICITANTE;
- c) Comprovação de regularidade junto à Fazenda Federal, por meio de Certidão Negativa Conjunta, emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativamente aos tributos administrados pela RFB e à Dívida Ativa da União administrada pela PGFN;
- d) Comprovação de regularidade junto à Fazenda Estadual da sede do LICITANTE, por meio de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual ou, na inexistência desta, de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Impostos de Competência Estadual e de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Procuradoria Geral do Estado;
- e) Comprovação de regularidade junto à Fazenda Municipal, por meio de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal ou, na inexistência desta, de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Impostos de Competência Municipal e de Certidão Negativa/Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Procuradoria Geral do Município;
- f) Comprovação de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, por meio do Certificado de Regularidade de Situação - CRS; e
- g) Comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da correspondente Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- h) Serão aceitas como comprovação de Regularidade Fiscal e Trabalhista certidões negativas ou certidões positivas com efeito de negativas que noticiem, em seu corpo, que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- i) As certidões integrantes da documentação de habilitação deverão se encontrar válidas na data de apresentação dos envelopes.
- j) Todos os documentos que não possuem prazo de validade expresso reputar-se-ão com prazo de validade de 90 (noventa) dias contados da data de sua expedição.

### PARTE IV - DECLARAÇÕES

11.6. Além dos documentos destinados à comprovação de Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal e Trabalhista, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos, firmados por representante credenciado:

- a) Declaração conforme descrita no Anexo IV - MODELO 01 - Carta de apresentação da documentação de habilitação;
- b) Declaração conforme descrita no Anexo IV - MODELO 02 - Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da constituição federal de 1988;
- c) Declaração conforme descrita no Anexo IV - MODELO 03 - Declaração única de compromissos para a experimentação;
- d) Em se tratando de consórcio, os documentos relacionados à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira, Regularidade Fiscal e Trabalhista deverão ser apresentadas por todas as empresas participantes do consórcio.

### 12. RITO LICITATÓRIO ESPECIAL.

12.1. No dia, local e hora designados no preâmbulo deste edital e no aviso de convocação da licitação, em sessão pública, os representantes dos licitantes presentes serão devidamente credenciados, na forma deste edital, e, em seguida, serão convidados a entregar seus envelopes, contendo as propostas e a documentação de habilitação.

12.2. Na sequência, a Comissão Especial de Licitação procederá à abertura dos envelopes nº 1 de cada um dos licitantes, cujos documentos serão rubricados pela Comissão Especial de Licitação e, posteriormente, por um representante credenciado de cada um dos licitantes presentes.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

12.3. Serão também rubricados pelos membros da Comissão Especial de Licitação e por um representante credenciado de cada um dos licitantes presentes os fechos dos envelopes nº 2, os quais permanecerão fechados, sob responsabilidade da Comissão Especial de Licitação.

12.4. Rubricadas todas as folhas de todas as propostas, a Comissão Especial de Licitação suspenderá a sessão para análise e atribuição da pontuação às propostas, conforme os critérios estabelecidos nos termos deste edital e seus anexos, para consolidação das Notas.

12.5. Respeitados os critérios e balizas fixados no ANEXO III - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, será desclassificada a proposta que não atender ao disposto neste edital e em seus anexos, ou que alcançar Nota inferior a 70 (setenta) pontos (Nota Máxima: 100 pontos).

12.6. Os licitantes serão classificados conforme a nota obtida em suas propostas, sendo que, na forma do art. 13, § 7º, da lei complementar federal nº 182, de 1º de junho de 2021, somente o licitante autor da proposta melhor classificada terá sua documentação de habilitação aberta e analisada.

12.7. A classificação das propostas e as notas atribuídas serão divulgadas aos licitantes, abrindo-se prazo para recursos, conforme disposto no edital.

12.8. Julgados os eventuais recursos interpostos contra a classificação das **PROPOSTAS**, será realizada sessão pública para abertura do envelope nº 2 - documentação de habilitação do(s) licitante(s) mais bem classificado(s).

12.9. A documentação de habilitação será rubricada pelos membros da Comissão Especial de Licitação e por um representante credenciado de cada um dos licitantes presentes à sessão.

12.10. A Comissão Especial de Licitação analisará os documentos e decidirá sobre a habilitação, de imediato, na mesma sessão, ou suspenderá a sessão e divulgará o resultado através de publicação no diário oficial do município, quando a questão envolver exame mais apurado.

12.11. Somente será habilitado o licitante que satisfizer, integralmente e sem ressalvas, as exigências acerca da documentação de habilitação.

12.12. Das sessões realizadas serão lavradas atas circunstanciadas, registrando-se todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, as quais serão, ao final, assinadas pela Comissão Especial de Licitação (inclusive membros eventualmente conectados por teleconferência, na hipótese do art. 13, § 3º, inc. II, da lei complementar federal nº 182, de 1º de junho de 2021, que assinarão digitalmente), e pelos representantes dos licitantes presentes.

### 13. FASE RECURSAL.

13.1. Os **LICITANTES** poderão recorrer da decisão sobre:



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- a) a classificação das **PROPOSTAS**;
- b) o julgamento da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**;
- c) a aplicação de eventuais sanções e penalidades; e
- d) a anulação ou revogação da **LICITAÇÃO**.

13.2. O recurso deverá ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato, seja durante sessão pública, seja, conforme o caso, após a publicação da decisão no Diário Oficial do município.

13.3. Para todo recurso será considerado, para contagem do prazo, o primeiro dia útil seguinte ao da intimação, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

13.4. O recurso deverá ser dirigido ao Sr. Presidente da Comissão Especial de Licitação e protocolizado no setor de protocolos da prefeitura do município ou pelo endereço eletrônico;

13.5. A interposição de recurso será comunicada aos demais licitantes (se houver), que poderão impugná-lo (contrarrazões) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato e obtenção da íntegra do teor do recurso interposto.

13.6. Em sessão pública ou devidamente atestado em documento próprio as licitantes poderão declinar do seu direito recursal, estando assim a Comissão Especial de Licitação autorizada a dar andamento no processo.

13.7. A Comissão Especial de Licitação poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso e suas contrarrazões, ou fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente informado e instruído, para deferimento ou indeferimento, observado, também para esse caso, o prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.8. Os recursos contra os atos decisórios terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos recursos interpostos nas demais hipóteses.

13.9. O acolhimento do recurso interposto importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **14. DILIGÊNCIAS, ESCLARECIMENTOS E SANEAMENTO DE FALHAS.**

14.1. É facultado à comissão especial, em qualquer fase do certame, promover as diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta e na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

14.2. O licitante será responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, sujeitando-se às sanções previstas em âmbito civil, administrativo e penal.

14.3. Fica estipulado o prazo de até 05 (cinco) dias corridos ou outro a ser definido pela Comissão Especial de Licitação conforme as circunstâncias do caso concreto e a **celeridade** necessária à licitação, para a apresentação de informações ou a complementação, pelo licitante, de insuficiências ou de correções de caráter formal.

14.4. Considera-se falha ou defeito formal aquele que:

- a) não desnature o objeto do documento apresentado; e
- b) permita aferir, com a devida segurança, a informação constante do documento.

14.5. Os esclarecimentos e as informações prestadas pelos licitantes ou terceiros terão sempre a forma escrita, e estarão disponíveis a qualquer tempo nos autos do processo administrativo da licitação.

### 15. NEGOCIAÇÃO.

15.1. Nos termos do art. 13, § 9º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, concluída a fase de julgamento das propostas e de habilitação, o município poderá, se necessário, convocar o proponente selecionado para negociar as condições do contrato e os termos finais do Modelo de Minuta Contratual do CPSI e do projeto de solução inovadora.

15.2. Encerrada a fase de julgamento e de negociação, na hipótese de o preço ser superior à estimativa, a administração pública poderá, mediante justificativa expressa, com base na demonstração comparativa entre o custo e o benefício da proposta, aceitar o preço ofertado, desde que seja superior em termos de inovações, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, limitado ao valor máximo que se propõe a pagar, nos termos do art. 13, § 10º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

15.3. Considerando as peculiaridades pertinentes a solução inovadora, bem como a modalidade especial de licitação prevista na Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, as partes poderão durante o transcurso da vigência contratual, realizar as alterações e adaptações necessárias para o fim de alcançar resultados satisfatórios, mantendo a qualidade e buscando a celeridade na prestação do serviço, inclusive quanto ao cronograma de execução e aos critérios de remuneração, desde que estejam previstos no art. 14, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

### 16. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

16.1. O resultado da licitação, devidamente instruído, será submetido pela Comissão Especial de Licitação à autoridade competente, para homologação.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

16.2. O município adjudicará o objeto da licitação, após homologação, e convocará, o(s) adjudicatário(s) para assinatura do(s) contrato(s) público(s) para solução inovadora (CPSI), no prazo de até 05 dias contados da convocação.

16.3. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, caso solicitado durante o seu transcurso pela adjudicatária, e desde que decorra de motivo devidamente justificado e aceito pelo município (a seu exclusivo critério).

16.4. Deixando a adjudicatária de assinar o contrato público para solução inovadora (CPSI) no prazo fixado, poderá o município convocar os licitantes remanescentes, na respectiva ordem de classificação, os quais deverão comprovar, para fins da adjudicação, a integral observância aos requisitos fixados neste deste edital e seus anexos.

### **17. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO INOVADORA (CPSI).**

17.1. Firmará contrato público para solução inovadora (CPSI) com o município à adjudicatária(s) que apresentar a melhor solução inovadora para o fim de atender ao problema público apresentado e selecionada que cumprir todos os requisitos deste edital e seus anexos, nos termos da legislação de regência.

### **18. SANÇÕES.**

18.1. Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial do contrato público de solução inovadora (CPSI) a ficará sujeita à aplicação das seguintes sanções:

- a) Advertência, por escrito, em caso de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública estadual, por prazo não superior a dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública federal, estadual ou municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a CONTRATADA ressarcir os prejuízos causados e após decorrido o prazo da sanção.

18.2. A multa imposta ao contratado ou licitante, se não disposta de forma diferente no contrato, poderá ser:

18.3. De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos;



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante.

18.4. De caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

- a) 15% (quinze por cento) do valor do empenho em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.

18.5. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

18.6. A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

18.7. Na fase de instrução, o indiciado será notificado pelo gestor do Contrato e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do correio eletrônico no e-mail registrado em Ata/Contrato, para apresentação da Defesa Prévia, assegurando-lhe vista do processo, e juntada dos documentos comprobatórios que considerar pertinentes à fundamentação dos fatos alegados na mesma.

18.8. O extrato da decisão definitiva, bem como toda sanção aplicada, será anotada no histórico cadastral da empresa e nos sistemas cadastrais pertinentes, quando for o caso, além do processo ser apostilado na sua licitação correspondente.

18.9. **Aplicação.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, e demais legislações pertinentes.

18.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

18.11. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

## 19. DISPOSIÇÕES FINAIS.

19.1. **Prazos.** Para a contagem dos prazos previstos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos indicados em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

19.2. **Comunicações.** Quando não realizadas mediante publicação na imprensa oficial, as comunicações serão efetuadas por mensagem enviada ao correio eletrônico informado pelo participante ao enviar o requerimento de inscrição, cabendo ao proponente o ônus de consultá-lo ao longo do procedimento.

19.3. **Omissões.** Os casos omissos serão solucionados pela Comissão Organizadora à luz das disposições previstas na Lei Complementar 182/2021 e, no que couber na Lei Federal nº 14.133/2021.

19.4. **Interpretação.** As normas deste certame especial de contratação de soluções inovadoras serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. **Ausência de vínculos.** Não se estabelecerá qualquer outro vínculo de natureza jurídicotrabalhistas, fiscal, comercial, previdenciária, civil ou de qualquer natureza entre a Administração e os participantes deste certame especial.

19.6. **Ônus.** Os participantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração Pública Municipal não será, em qualquer caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do certame.

19.7. **Dados pessoais.** Na coleta e no tratamento de dados pessoais dos participantes deste certame, bem como de seus profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios, serão observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”).

19.8. **Conformidade com a Lei Anticorrupção.** Nenhum dos participantes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste edital, o que deve ser observado, ainda, por seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados. O descumprimento poderá levar à rescisão unilateral de contrato que tenha sido celebrado e à aplicação das sanções cíveis, penais e administrativas cabíveis, bem como à instauração do processo administrativo de responsabilização previsto na Lei Federal nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”).

19.9. **Revogação ou suspensão.** A Administração, a qualquer momento e visando o interesse público, poderá revogar ou suspender a presente licitação de solução inovadora, sem que isso gere quaisquer direitos aos interessados ou a terceiros.

19.10. **Visita Técnica:** Será permitida às licitantes a realização de visita técnica ou vistoria para conhecimento das especificações do objeto deste termo de referência, e demais informações para viabilizar a perfeita elaboração de sua proposta. Em caso de opção pela visita técnica, a visita deverá ser realizada por profissional indicado pela empresa e será efetuada até o





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

último dia que antecede a sessão pública do certame, devendo ser agendada com antecedência de no mínimo 72 (setenta e duas) horas, via contato com a Administração.

19.11. **Foro.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação de solução inovadora, não resolvidas na esfera administrativa, fica eleito o foro da comarca deste município.

**20. ANEXOS.**

20.1. Constituem anexos do Edital e dele fazem parte integrante, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de referência.

Anexo II – Matriz de Risco.

Anexo III – Diretrizes para Elaboração e Julgamento das Propostas.

Anexo IV – Modelo declarações.

Anexo V - Minuta do Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI).

Coronel Vivida, 06 de maio de 2024.

Juliano Ribeiro

**Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio**



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. Objeto:**

1.1. Contratação de um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, através de inteligência artificial, na forma da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021.

**2. Contextualização da necessidade e do problema público:**

2.1. As grandes revoluções tecnológicas têm provocado profundos impactos na ordem social, desafiando a Administração Pública dos Municípios na busca por soluções mais efetivas em relação aos grandes desafios e necessidades que se apresentam no dia a dia. Com novos parâmetros de ação institucional e com novas possibilidades, a era da inteligência artificial passa a ser parte fundamental da gestão administrativa e do desenvolvimento dos Municípios.

2.2. A articulação entre as necessidades, problemas e desafios da gestão municipal com o uso das novas tecnologias possibilita a construção mais assertiva de políticas públicas que direcionarão a eficiência da ação da Administração Municipal. De acordo com Flusser, com o advento da tecnologia informática, verifica-se uma “recodificação do pensamento teórico das letras em números”<sup>1</sup>, com uma capacidade das novas tecnologias “criar possibilidades para projetar novas realidades”<sup>2</sup>, de modo a utilizar-se dos dados e informações não apenas de forma posterior como um sistema downstream, mas sobretudo, como uma sandbox experimental<sup>3</sup>.

2.3. A aplicação das tecnologias disruptivas no âmbito da Administração Pública Municipal caracteriza a aplicação de tecnologias pelo e para o Estado, introduzindo de modo irreversível na arena pública o conceito de inovação. De acordo com a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), no Manual de Oslo, a expressão “economia baseada no conhecimento” foi cunhada para “descrever as tendências, verificadas nas economias mais avançadas, e a uma maior dependência de conhecimento, informações e altos níveis de competência e a uma crescente necessidade de pronto acesso a tudo isto”.

2.4. Através da utilização de ferramentas e inovações tecnológicas, a Administração Pública municipal poderá se valer de dados, informações e conhecimento de alto nível em tempo real e com pronto acesso para o planejamento das suas ações e políticas públicas municipais e para a adoção de medidas paliativas ou repressivas que demandem respostas rápidas e assertivas.

2.5. As oportunidades trazidas pelo pronto acesso a dados e informações são inegáveis em todos os âmbitos da prestação de serviços públicos municipais. Com efeito, o Manual de Oslo reconhece que: “A inovação pode, previamente, ocorrer em qualquer setor da economia, inclusive em serviços públicos como saúde ou educação”<sup>4</sup>.

2.6. Busca-se, portanto, adequar as novas demandas públicas com enfoque numa cidade inteligente (smart city) que faz uso da tecnologia e da inovação em seus processos de planejamento para a melhoria dos serviços ofertados à população. Segundo a união Européia,

<sup>1</sup> FLUSSER, V. Medienkultur. 5.ed. Frankfurt am Main, 2008. p. 02

<sup>2</sup> Idem, p. 02.

<sup>3</sup> RHEINBERGER, H. Historische Epistemologie zur Einfuhrung. Hamburgo, 2007. P. 52.

<sup>4</sup> Idem, p. 19.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Smart Cities “são sistemas de pessoas interagindo e usando energia, materiais, serviços e financiamento para catalisar o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida. Esses fluxos de interação são considerados inteligentes por fazer uso estratégico de infraestrutura e serviços e de informação e comunicação com planejamento e gestão urbana para dar resposta às necessidades sociais e econômicas da sociedade”<sup>5</sup>.

2.7. Em 2020 o governo brasileiro assinou a Carta Brasileira de Cidades Inteligentes, cujos iniciadores e coordenadores do processo foram o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), o Ministério das Comunicações (MC) e a agência alemã GIZ. De acordo com o documento, as cidades inteligentes são aquelas comprometidas com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentáveis, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural<sup>6</sup>.

2.8. A Carta colocou no horizonte uma série de metas para as cidades atingirem a qualidade de “inteligentes”. A transformação digital é uma delas, bem como, o acesso a à Internet de qualidade para a população e a melhoria da educação e comunicação pública. Ou seja, uma cidade inteligente brasileira não se limita ao desenvolvimento econômico local e sustentável, mas também trabalha em favor da inovação na gestão pública<sup>7</sup>.

2.9. Na definição do Ministério do Desenvolvimento Regional, cidades inteligentes são aquelas “que atuam de forma planejada, inovadora, inclusiva e em rede, promovem o letramento digital, a governança e a gestão colaborativas e utilizam tecnologias para solucionar problemas concretos, criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas”. Além disso, elas devem garantir o uso seguro e responsável dos dados e das tecnologias de comunicação<sup>8</sup>.

2.10. Neste contexto, pretende-se o fortalecimento das capacidades administrativas do Município através das seguintes palavras chaves, que traduzem o que a Administração Pública Municipal pretende implementar com a adoção da solução inovadoras através da inteligência artificial: integração, planejamento, gestão, tecnologia, eficiência, inteligência, interatividade e sustentabilidade.

2.11. De acordo com Juarez Freitas, “a sustentabilidade gera uma nova economia, com a reformulação de categorias e comportamentos, o surgimento de excepcionais oportunidades, a ultrapassagem do culto excessivo dos bens posicionais, o planejamento de longo prazo, o sistema competente de incentivos e a eficiência norteada pela eficácia”<sup>9</sup>. Por essa razão, a melhoria da eficácia na tomada de decisões administrativas, a maior velocidade na capacidade de resposta da Administração Pública Municipal e a melhoria da eficiência no serviço público municipal poderão ser alcançados atualmente através da utilização de tecnologias de informação e inovação.

<sup>5</sup> FGV PROJETOS. O que é uma cidade inteligente. Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/noticias/o-que-e-uma-cidade-inteligente>

<sup>6</sup> HABILITY. Cidades Inteligentes: o que é e quais são? Disponível em: [https://habitability.com.br/cidades-inteligentes-o-que-e-quem-sao/?utm\\_source=google\\_pago&utm\\_medium=&utm\\_content=&gclid=CjwKCAjw5pShBhB EiwAvmnNV7Xo81dyBigDNgVUAkoj21iVuuRYRxoRlw99DasFtbu5-plAUb7nphoCA9AQAvD BwE](https://habitability.com.br/cidades-inteligentes-o-que-e-quem-sao/?utm_source=google_pago&utm_medium=&utm_content=&gclid=CjwKCAjw5pShBhB EiwAvmnNV7Xo81dyBigDNgVUAkoj21iVuuRYRxoRlw99DasFtbu5-plAUb7nphoCA9AQAvD BwE) Acesso em 15/04/2024.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> FREITAS, Juarez. Sustentabilidade - Direito ao Futuro.3 ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016.p. 71.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

2.12. O Manual de Oslo esclarece que a inovação é “a introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado, no que se refere às suas características ou usos previstos, ou ainda, à implementação de métodos ou processos de produção, distribuição, marketing ou organizacionais novos ou significativamente melhorados” <sup>10</sup>.

2.13. Assim, a inovação tecnológica de produto é “a implantação/comercialização de um produto com características de desempenho aprimoradas de modo a fornecer objetivamente ao consumidor serviços novos ou aprimorados. Uma inovação de processo tecnológico é a implantação/adoção de métodos de produção ou comercialização novos ou significativamente aprimorados. Ela pode envolver mudanças de equipamento, recursos humanos, métodos de trabalho ou uma combinação destes” <sup>11</sup>.

2.14. Já a inovação tecnológica de processo é “a adoção de métodos de produção novos ou significativamente melhorados, incluindo métodos de entrega dos produtos. Tais métodos podem envolver mudanças no equipamento ou na organização da produção, ou uma combinação dessas mudanças, e podem derivar do uso de novo conhecimento. Os métodos podem ter por objetivo produzir ou entregar produtos tecnologicamente novos ou aprimorados, que não possam ser produzidos ou entregues com os métodos convencionais de produção, ou pretender aumentar a produção ou eficiência na entrega de produtos existentes” <sup>12</sup>.

2.15. Diante disso, constata-se uma necessidade pública no desenvolvimento e concepção de uma inovação tecnológica em produto e processo, ou seja, uma inovação TPP, que “é considerada implantada se tiver sido introduzida no mercado (inovação de produto) ou usada no processo de produção (inovação de processo). Uma inovação TPP envolve uma série de atividades científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais. Uma empresa inovadora em TPP é uma empresa que tenha implantado produtos ou processos tecnologicamente novos ou com substancial melhoria tecnológica durante o período em análise”.

**2.16. PORTANTO, O PROBLEMA PÚBLICO QUE SE PRETENDE SOLUCIONAR É A CAPTAÇÃO DE DADOS/INFORMAÇÃO POR VIDEOMONITORAMENTO, ATRAVÉS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, COM PROCESSAMENTO E INTEGRAÇÃO DE DADOS PARA PROPORCIONAR INFORMAÇÃO EM**

**TEMPO REAL SOBRE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS ESTRATÉGICOS, VISANDO SUBSIDIAR AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS ASSERTIVAS POR PARTE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA.**

2.17. De modo concreto, BUSCA-SE MAIOR SEGURANÇA EM DISTINTOS NÍVEIS, INCLUSIVE EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E À SEGURANÇA PÚBLICA, ESPECIFICAMENTE, EVITANDO-SE DEPREDÇÃO DE ESPAÇOS E BENS PÚBLICOS, ACARRETANDO MAIOR TRANQUILIDADE DOS MUNICÍPIES NAS ÁREAS PÚBLICAS, DIMINUINDO AÇÕES CRIMINOSAS, FACILITANDO A IDENTIFICAÇÃO DE CRIMINOSOS, PERMITINDO A TOMADA DE DECISÕES ADMINISTRATIVAS ASSERTIVAS, EMITINDO RELATÓRIOS DE DADOS COLETADOS E PROCESSADOS E SUBSIDIANDO A ADOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E MEDIDAS PREVENTIVAS

<sup>10</sup> O Manual distingue quatro tipos de inovação: produto, processo, marketing e organizacional. OCDE, Manual de Oslo. Disponível em: [http://www.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual\\_de\\_oslo.pdf](http://www.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual_de_oslo.pdf) Acesso em 15 de abr. 2024.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem.





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

E REPRESSIVAS NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

2.18. BUSCA-SE, FINALMENTE, ADOPTAR FERRAMENTAS ATUALIZADAS E MODERNAS QUE CONTRIBUAM COM A ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA ADEQUADA, EM OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 37, CAPUT, CF) E QUE SE TRADUZ NA NOÇÃO DE BOA-ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

2.19. A boa-administração pública significa, inclusive, a utilização de meios mais adequados e atuais para uma ação pública assertiva, evitando desperdício de recursos públicos pela ausência de informação correta ou por informações incompletas e insuficientes.

2.20. É certo, portanto, que para que se atinja a melhor e mais eficiente ação pública num cenário de ruptura tecnológica, mostra-se essencial a contratação de terceiros capazes de desenvolver a solução e prestar os serviços correspondentes para apresentar a ferramenta pretendida pela Administração Municipal.

### 3. Desafios:

3.1. Busca-se superar os seguintes desafios específicos:

- ausência de informações e dados em tempo real;
- insuficiência dos mecanismos tradicionais que permitam captação precisa de dados em tempo real;
- subsidiar o diagnóstico e identificação de dados e fluxos necessários para a implementação de políticas públicas;
- impedir depredação de patrimônio público municipal;
- evitar a ocorrência de crimes;
- auxiliar os órgãos públicos e de segurança pública na manutenção da ordem pública; - identificar fatos ocorridos em espaços públicos municipais;
- promover identificação de necessidades e desafios no espaço público urbano municipal;
- facilitar o desenvolvimento de soluções de interesse público para problemas e desafios identificados através dos dados captados e relatórios emitidos.

### 4. Resultados esperados:

4.1. Em síntese, diante das necessidades da Administração Municipal, no sentido de ter acesso a informações e dados precisos em tempo real para promover planejamento de políticas públicas e segurança de bens públicos, dos administrados e da manutenção da ordem pública, assim como do regular funcionamento dos espaços públicos urbanos (nos quais se incluem vias públicas, logradouros, praças, prédios públicos), caracteriza-se a necessidade e a viabilidade de adoção de ferramentas tecnológicas que permitam captação de dados em tempo real através de imagens, o respectivo processamento e integração, armazenamento e a emissão de relatórios a partir dos dados obtidos.

4.2. Para isso, o monitoramento e a captação dos dados deverão ser feitos através de câmeras modernas alocadas em diversos e distintos pontos do território do Município, inclusive em espaços públicos que se mostrem estratégicos.

4.3. Deste modo, pretende-se manter a Administração Pública Municipal permanentemente informada ou com possibilidade de acesso à informação em tempo real através de imagens sobre possíveis ações preventivas e repressivas a serem adotadas, contribuindo para a coleta estratégica de dados e informações sobre fluxos de pessoas e aglomerações,



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

estrangulamentos no trânsito, ocupação irregular de bens públicos, enfim, diversas informações estratégicas para a melhoria e o desenvolvimento da gestão pública municipal e do bem-estar dos munícipes.

4.4. Neste quadro, é imprescindível a utilização de inteligência artificial, ou seja, a combinação do volume de dados digitais captados que permita a um sistema ler e interpretar padrões de informação automaticamente. Por isso, faz-se necessária a integração da captação de imagens através de um sistema de monitoramento através de inteligência artificial moderno que promova coleta de dados e análise de imagens com transmissão de imagens de forma criptografada, em alinhamento com as necessidades do Município e das instituições de segurança pública para providências de atuação preventiva e repressiva, a fim de monitorar e proteger espaços públicos, bem como, desenvolver atuações públicas estratégicas como interdição de ruas, realização de eventos públicos, medidas para utilização de espaços públicos e manter a segurança patrimonial e de pessoas.

**4.5. NESTE SENTIDO, SERÁ NECESSÁRIO UMA FERRAMENTA QUE CARACTERIZE UMA SOLUÇÃO A PARTIR DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL QUE, DE FORMA INTEGRADA, CAPTE OS DADOS COM PRECISÃO DURANTE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA NOS 7 (SETE) DIAS DA SEMANA, PERMITA O PROCESSAMENTO DOS DADOS CAPTADOS, ARMAZENE OS RESPECTIVOS DADOS, EMITA RELATÓRIOS INDICATIVOS, QUE CONFIGURARÃO UM DIAGNÓSTICO PARA SUBSIDIAR AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS, E QUE CUMPRE ESTRITAMENTE COM A LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.**

4.6. Além disso, o responsável pelo desenvolvimento da solução e pela prestação do serviço também deverá ser capaz de promover a manutenção e substituição imediata das câmeras instaladas, se necessário, a fim de que não se percam informações e dados relevantes, bem como, oferecer manutenção e suporte sempre que necessário.

### **5. Especificações do objeto da solução inovadora:**

5.1. Assim, de forma a permitir a realização de testes do modelo e a extração de evidências locais o projeto busca, com base no Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador (Lei Complementar Federal n. 182/21) promover a experimentação do objeto a seguir descrito: a Contratação de um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, através de inteligência artificial, com processamento e integração de dados para proporcionar informação em tempo real sobre utilização de espaços públicos municipais estratégicos, visando subsidiar ações e políticas públicas assertivas por parte do poder público municipal e dos órgãos de segurança pública, compreendendo equipamentos embarcados com inteligência artificial e software de análise inteligente em atendimento as necessidades da Administração Municipal, na forma da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021 (Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador).

### **6. Justificativa pela escolha da modalidade especial de licitação:**

6.1. Considerando que, deslocar o foco do objeto para o problema subjacente à contratação permite explorar o potencial do setor privado para apresentar soluções inovadoras a desafios de relevância pública e diante da absoluta inviabilidade técnica, operacional, econômica e financeira da Administração Pública desenvolver diretamente tal solução, torna-se necessária a contratação de terceiros que possuam conhecimento técnico adequado a solução do



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

problema pública apresentado;

6.2. Considerando que por tratar-se de inovação, com o emprego de inteligência artificial embarcada, que a todo instante apresenta evolução e necessidade de compatibilização às novas ferramentas tecnológicas, não é possível definir-se com precisão o objeto a ser contratado, cujos “padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado” (Brasil, 2002, art. 1o, parágrafo único; 2021, art. 6o, inciso XLI);

6.3. Considerando que objeto pretendido caracteriza o desenvolvimento de uma solução tecnológica inovadora através de inteligência artificial, entende-se que não se trata de algo que possa ser definido meramente como um serviço comum que pudesse ser contratado a partir de um pregão;

6.4. Considerando que a Contratada deverá apresentar uma solução de inteligência artificial capaz de promover a integração dos dados captados em tempo real com a geração de relatórios e alertas e comunicação com transmissão de imagens através de ferramentas tecnológicas modernas;

6.5. Considerando que os instrumentos de compras públicas de inovação podem ser combinados no sentido de aumentar os impactos da política de inovação, bem como, que a Constituição Federal dispõe em seu artigo 218 que, “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015);

6.6. Considerando que o emprego de outras modalidades de licitação, apresentam limitações jurídicas e econômicas de relevo que fragilizam os incentivos para o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções inovadoras;

6.7. Considerando a existência de previsão legal específica para a contratação de soluções inovadoras pela Administração Pública, Lei Complementar 182 de 01 de junho de 2021, que institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador;

6.8. Considerando que de acordo com o art. 1, parágrafo único, da Lei Complementar 182 de 01 de junho de 2021, são estabelecidos princípios e diretrizes para a atuação da administração pública no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (inciso I) e disciplina a licitação e a contratação de soluções inovadoras pela administração pública;

6.9. Considerando que se pretende selecionar os interessados que apresentem a melhor solução inovadora para o problema público e desafios apresentados, dispensada a descrição de especificações técnicas pela Administração, identifica-se a possibilidade de utilizar modalidade especial de licitação para identificar a selecionar o projeto que mais se adeque ao interesse público e a necessidade/problema público descrito;

**6.10. Ressalta-se que a LC 182/21 se difere das demais ao tratar do regime licitatório aplicado especificamente às startups com o objeto exclusivo de solucionar problemas indicados pela Administração Pública, por meio do teste de soluções inovadoras desenvolvidas ou a serem desenvolvidas. Nesse ponto, é permitido que no edital de licitação especial não conste a descrição da solução técnica a ser contratada e suas especificações, cabendo aos licitantes proporem diferentes meios para a resolução do problema indicado.**

### 7. Fundamentação legal:

7.1. Considerando que a licitação e o contrato por ventura firmado têm por finalidade





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

“resolver demandas públicas que exijam solução inovadora com emprego de tecnologia; e promover a inovação no setor produtivo por meio do uso do poder de compra do Estado” (art. 12, incisos I e II da LC 182/21) constata-se o enquadramento dos objetivos e finalidades com o formato previsto pela referida norma qual seja, a contratação de solução inovadora;

7.2. Considerando o disposto no art. 12, parágrafo primeiro “§ 1º Os órgãos e as entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios subordinam-se ao regime disposto neste Capítulo” (destacou-se).

7.3. Deste modo, o processo será regido pela Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, que institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovado, o qual prevê no art. 13: “A administração pública poderá contratar pessoas físicas ou jurídicas, isoladamente ou em consórcio, para o teste de soluções inovadoras por elas desenvolvidas ou a ser desenvolvidas, com ou sem risco tecnológico, por meio de licitação na modalidade especial regida por esta Lei Complementar”.

7.4. Ainda, diante do que dispõe o parágrafo primeiro do art. 13, “§ 1º A delimitação do escopo da licitação poderá restringir-se à indicação do problema a ser resolvido e dos resultados esperados pela administração pública, incluídos os desafios tecnológicos a serem superados, dispensada a descrição de eventual solução técnica previamente mapeada e suas especificações técnicas, e caberá aos licitantes propor diferentes meios para a resolução do problema”.

7.5. Em suma, o presente objeto tem por finalidade resolver a demanda pública de monitoramento, coleta e processamento de dados em tempo real por imagens com a possibilidade de emissão de relatórios para avaliação de fluxos e identificação de pessoas e veículos a fim de subsidiar a atuação pública através de solução inovadora com emprego de tecnologia embarcada por inteligência artificial, desta forma, o presente certame busca a seleção da proposta mais vantajosa para firmar CONTRATO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO INOVADORA (CPSI) com a Administração.

### **8. Justificativa e estimativa de valor:**

8.1. Considerando que o presente edital está fundamentado na Lei n.º 182/2021 que institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador e que de acordo com o seu art. 13 a Administração Pública poderá contratar pessoas físicas ou jurídicas, isoladamente ou em consórcio, para o teste de soluções inovadoras por elas desenvolvidas ou a ser desenvolvidas, com ou sem risco tecnológico, por meio de licitação na modalidade especial regida por esta Lei Complementar;

8.2. Considerando que seu parágrafo § 1º estabelece que a delimitação do escopo da licitação poderá restringir-se à indicação do problema a ser resolvido e dos resultados esperados pela administração pública, incluídos os desafios tecnológicos a serem superados, dispensada a descrição de eventual solução técnica previamente mapeada e suas especificações técnicas, e caberá aos licitantes propor diferentes meios para a resolução do problema, tornando assim o objeto da contratação algo indefinido até as etapas de apresentação e avaliação do processo licitatório;

8.3. Considerando que os riscos e incertezas pertinentes à particularidade do objeto e a indefinição da solução inovadora selecionada, o valor estimado limitou-se ao teto definido pela Lei Complementar, buscando resultados satisfatórios, mantendo a qualidade e buscando





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

a celeridade na prestação do serviço;

8.4. A definição da estimativa do valor reportado, baseou-se na previsão da Lei 182/2021 em seu art. 14, parágrafo § 2º, bem como levando em conta a estrutura do Município e viabilidade, chegando-se ao R\$ 300.000,000 (trezentos mil reais).

### 9. Dotação orçamentária:

9.1. Conforme princípio do Planejamento integrado em anexo.

### 10. Critérios de julgamento e seleção da solução inovadora:

10.1. As propostas serão avaliadas e classificadas pela Comissão Especial de Licitação de acordo com os critérios fixados no Edital.

10.2. Nos termos do art. 13, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, a avaliação e julgamento das propostas observará os seguintes critérios:

**CRITÉRIO 01** - Potencial de resolução do problema pela solução proposta e da provável economia para a administração pública;

**CRITÉRIO 02** - Grau de desenvolvimento da solução proposta;

**CRITÉRIO 03** - Viabilidade e maturidade do modelo de negócio da solução;

**CRITÉRIO 04** - Viabilidade econômica da proposta, considerados os recursos financeiros disponíveis para a celebração do(s) contrato(s); e

**CRITÉRIO 05** - Demonstração comparativa de custo e benefício da proposta em relação às opções funcionalmente equivalentes.

### 11. Metas de cumprimento da solução inovadora:

11.1. São metas de cumprimento da solução inovadora proposta a serem perseguidas no âmbito do contrato público para solução inovadora (CPSI) dela resultante:

META	EVENTO DE CARACTERIZAÇÃO	CRONOGRAMA
M1	Diagnóstico de compatibilidade da demanda com o problema público a ser solucionado através do desenvolvimento da solução proposta e viabilização dos equipamentos necessários.	Mês 01
M2	Instalação dos equipamentos necessários e ajustes, eventualmente necessários, observados os termos da solução inovadora proposta.	Mês 02
M3	Operacionalização e funcionamento da solução inovadora proposta.	Mês 03
M4	Operacionalização e funcionamento da solução inovadora com o desenvolvimento de possíveis aprimoramentos da solução inovadora apresentada.	Mês 04 e meses restantes do CPSI

11.2. Conhecida a solução inovadora Contratada e assinado o contrato de CPSI entre as partes, será na meta 01 - mês 01, que a Administração em conjunto com as forças de segurança do município e demais entidades competentes, farão o diagnóstico de compatibilidade da demanda com o problema público que definirá a quantidade, formato e locais estratégicos para a instalação dos equipamentos necessários que compõe a solução inovadora proposta.

11.3. Em cumprimento ao art. 14, § 1º, II da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

de 2021, a Contratada emitirá e entregará mensalmente administração pública, relatórios de andamento da execução contratual, que servirão de instrumento de monitoramento e acompanhamento do CPS.

11.4. Ao final da execução do CPSI, a Contratada apresentará relatório final de execução contratual objetivando assim a demonstração do cumprimento de todas as metas estabelecidas.

11.5. Encerrada a vigência do contrato público para solução inovadora (CPSI), e atendida satisfatoriamente todas as necessidades do problema público, a administração poderá celebrar com a mesma Contratada, sem nova licitação, contrato para o fornecimento da solução resultante do CPSI, nos termos do art. 15 da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

### **12. Da Confidencialidade, Sigilo e Segurança da Informação:**

12.1. Informações confidenciais. São consideradas confidenciais as informações, dados, documentos, contratos, acordos, planilhas, compilações ou bancos de dados a que as partes tenham acesso em função deste, e: (I) que estejam protegidos por segredo industrial; (II) que tenham sido assim qualificadas pela Contratada ou pelo Contratante; e/ou (III) que tenham sido classificados como sigilosos por ato da autoridade competente do Contratante, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (“Lei de Acesso à Informação”);

12.2. Poderão ser qualificadas como “confidenciais” informações e dados de natureza técnica, científica, comercial ou operacional, tais como informações sobre pesquisa, desenvolvimento técnico, produtos, processos, relatórios, know-how, anotações, especificações técnicas, bem como suas respectivas cópias, reproduções, reimpressões e traduções que possuam interesse científico, financeiro, empresarial;

12.3. As informações só serão qualificadas como “confidenciais” quando assim for apontado pela parte interessada ou se houver indicação expressa no respectivo documento.

12.4. Dever de sigilo. Caso tenham acesso a informações confidenciais, as partes e seus prepostos, colaboradores, prestadores de serviço e eventuais subcontratados obrigam-se a mantê-las em sigilo, bem como a utilizá-las única e exclusivamente para a execução do objeto do presente Termo, abstendo-se de divulgá-las a qualquer outra pessoa que não esteja, direta ou indiretamente, relacionada à execução do seu objeto;

12.5. As partes informarão as condições de sigilo estabelecidas nesta Cláusula a seus empregados, prestadores de serviços, consultores e todo o pessoal, qualquer que seja o vínculo existente, envolvido nas atividades de que trata o presente Termo de Referência.

12.6. É vedada a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações confidenciais sem o consentimento prévio, por escrito, da outra parte.

12.7. Segurança da informação. As partes obrigam-se a observar as melhores práticas relativas à segurança da informação, cumprindo e respeitando a preservação, o sigilo, a integridade, os direitos autorais e os direitos de propriedade intelectual que possam ser comprometidos no caso do acesso não autorizado a sistemas e bancos de dados, sem prejuízo da responsabilização judicial e da aplicação das sanções previstas neste instrumento.

12.8. Exceções. Não haverá violação das obrigações de confidencialidade previstas neste nas seguintes hipóteses:



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- 12.8.1. Informações que já sejam do conhecimento das partes na data de divulgação ou que, comprovadamente, tenham sido desenvolvidas de forma independente, sem relação com este Contrato, pela parte que a revele;
- 12.8.2. Informações que vierem a cair em domínio público sem culpa de qualquer das partes. Não se consideram em domínio público as informações confidenciais reveladas apenas em termos gerais;
- 12.8.3. Informações contidas em patentes ou outros direitos de propriedade intelectual publicadas em qualquer país;
- 12.8.4. Informações que tenham sido recebidas de terceiro que não esteja obrigado a manter sigilo;
- 12.8.5. Informações que o Contratante tenha o dever de revelar com base na Lei Federal nº 12.527/2011 (“Lei de Acesso à Informação”);
- 12.8.6. Informações que possam ter sua divulgação exigida em virtude de lei, decisão judicial ou administrativa, inclusive as provenientes do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e de outros órgãos de controle interno e externo;
- 12.8.7. Informações cuja revelação seja expressamente autorizada, por escrito, pela outra parte.
- 12.9. Revelação de informações confidenciais. O dever de sigilo não é oponível aos pedidos e requisições provenientes de órgãos de controle, interno e externo, no exercício regular de suas atribuições. A parte que estiver obrigada, por força de procedimento legal, administrativo ou judicial, a revelar quaisquer informações confidenciais deverá enviar à outra, antes da resposta, notificação prévia, por escrito, contendo cópia das determinações que impõem o dever de excepcionar o sigilo.
- 12.10. Responsabilidade. A parte que, por culpa ou dolo, violar as obrigações de sigilo e confidencialidade previstas nesta Cláusula assume a responsabilidade pela reparação das perdas e danos comprovadamente sofridos pela parte lesada.

### **13. Do reajuste:**

13.1. Verificando-se o transcurso de mais de 12 (doze) meses contados da data de apresentação da proposta pela Contratada, será devido reajuste sobre o valor contratado, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), aferido mensalmente pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

### **14. Obrigações do Contratante:**

14.1. Além das obrigações presentes neste e demais legislações aplicáveis, são obrigações do Contratante:

- 14.1.1. Proporcionar as condições indispensáveis à fiel execução do objeto, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada nas dependências dos órgãos ou entidades, quando necessário, deste que estejam credenciados exclusivamente para a execução dos serviços;
- 14.1.2. Solicitar formalmente, mediante simples comunicação, por meio digital ou físico, qualquer alteração que possa impactar a execução da solução inovadora, ficando a critério da Contratada a sua aceitação;
- 14.1.3. Efetuar o correto pagamento dentro dos prazos especificados para os serviços efetivamente prestados;





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- 14.1.4. Monitorar e manter operantes os endereços postais eletrônicos (e-mails) informados, bem como informar atualizações destes a Contratada, sob risco de perda de comunicações relevantes aos serviços correlatos à solução inovadora deste;
- 14.1.5. Utilizar os dados e informações disponibilizadas por meio dos serviços que compõem à solução inovadora somente nas atividades que lhe compete exercer, não podendo retransmiti-las a terceiros, seja a título oneroso ou gratuito, ou, de qualquer forma, divulgá-las, sob pena de rescisão imediata do contrato, comunicação aos órgãos competentes, aplicação das penalidades cabíveis e ressarcimento dos prejuízos causados, excetuando-se as situações em que os referidos dados e informações façam parte de relatórios e análises resultantes do exercício das atividades do Contratante, bem como quando os dados e informações forem fornecidos a terceiros por exigências legais;
- 14.1.6. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando o seu bom desempenho;
- 14.1.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as exigências deste;
- 14.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo representante legal da Contratada;
- 14.1.9. O Contratante informará a forma e a periodicidade da entrega à administração pública de relatórios de andamento da execução contratual, que servirão de instrumento de monitoramento, e do relatório final a ser entregue pela Contratada após a conclusão da última etapa ou meta do projeto;
- 14.1.10. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto deste, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as eventuais falhas detectadas;
- 14.1.11. Notificar a Contratada, por escrito, sobre eventuais irregularidades observadas;
- 14.1.12. Comunicar prontamente à Contratada qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento do objeto, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste;
- 14.1.13. Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada neste e, eventualmente, aplicar as sanções decorrentes do descumprimento dessas obrigações, garantida a ampla defesa e o contraditório;
- 14.1.14. Notificar previamente a Contratada quando da aplicação de sanções administrativas, observando o devido processo legal;
- 14.1.15. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da Contratada, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere este Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”).

### **15. Obrigações da Contratada:**

- 15.1. Além das obrigações presentes neste e demais legislações aplicáveis, são obrigações da Contratada:
- 15.1.1. Executar a solução inovadora de acordo com a proposta selecionada, desde que o Contratante tenha assegurado as condições necessárias para a execução dos serviços contratados;
- 15.1.2. Enviar, por e-mail, relatório de prestação de contas discriminando os serviços, notas fiscais e guias de pagamento correspondentes ao serviço prestado;
- 15.1.3. Comunicar, formalmente, qualquer ocorrência que possa impactar na execução da solução inovadora;





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- 15.1.4. Manter-se regular perante a Administração Pública durante toda a vigência contratual, o que será comprovado pelo Contratante por intermédio de consultas nos sistemas ou cadastros de regularidade da Administração Pública;
- 15.1.5. A Contratada assumirá total responsabilidade por possíveis violações dos direitos de terceiros, nos artefatos gerados por ela;
- 15.1.6. A Contratada responderá solidariamente com seus agentes empregados, prepostos, ou subcontratados, no caso de violação do compromisso de confidencialidade ora assumido;
- 15.1.7. O acesso à informação sigilosa será restrito ao funcionário alocado para a execução dos SERVIÇOS, sendo vedado repassar a outros funcionários da Contratada sem prévia autorização do Contratante;
- 15.1.8. A Contratada deverá restituir imediatamente ao Contratante, quando do término do serviço ou quando for solicitada, qualquer informação deste. Em caso de perda de quaisquer informações, a Contratada deverá notificar por escrito o Contratante, imediatamente;
- 15.1.9. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do Contrato;
- 15.1.10. Cumprir fielmente ao pactuado neste, de forma que os serviços avançados mantenham os equipamentos em condições de perfeito funcionamento, nos locais de instalação designados pelos servidores responsáveis;
- 15.1.11. Se, após o recebimento, constatar-se que o serviço foi executado em desacordo com o Contrato, caberá a Administração notificar por escrito a prestadora de serviço, não havendo solução poderão ser aplicadas as sanções previstas neste.
- 15.1.12. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante, ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 15.1.13. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do Contrato;
- 15.1.14. Manter, durante toda a execução do objeto deste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação de solução inovadora;
- 15.1.15. Informar ao Contratante a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade da execução do objeto contratado;
- 15.1.16. Comparecer, sempre que solicitada, à sede do Contratante, para receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações;
- 15.1.17. Observar e guardar sigilo sobre informações confidenciais do Contratante a que tiver acesso em virtude deste;
- 15.1.18. Proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem a seu serviço, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais, ajuizadas em qualquer juízo, que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com o Contratante;
- 15.1.19. A Contratada observará a matriz de riscos firmada entre as partes, incluídos os riscos referentes a caso fortuito, força maior, risco tecnológico, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;
- 15.1.20. Em cumprimento ao art. 14, § 1º, II da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, a Contratada emitirá e entregará mensalmente administração pública,



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

relatórios de andamento da execução contratual, que servirão de instrumento de monitoramento e acompanhamento do CPS.

15.1.21. Ao final da execução do CPSI, a Contratada apresentará relatório final de execução contratual objetivando assim a demonstração do cumprimento de todas as metas estabelecidas.;

15.1.22. Obedecer às normas e rotinas do Contratante, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto deste, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis;

15.1.23. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista, fiscal, comercial, previdenciária, ou civil entre o Contratante e a Contratada, tampouco haverá vínculo de qualquer natureza entre o Contratante e o pessoal utilizado pela Contratada para execução das atividades decorrentes deste, vedando-se qualquer relação entre o Contratante e referido pessoal que caracterize personalidade e subordinação direta.

### **16. Formas e condições de remuneração:**

16.1. A remuneração da Contratada será realizada em regra pelo preço fixo proposto.

16.2. Considerando as peculiaridades da modalidade especial da licitação aqui empregada, durante a execução contratual e no transcorrer da implantação da solução inovadora as partes poderão negociar os critérios de remuneração mais adequado ao caso concreto, desde que estejam previstos no art. 14, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

16.3. A Contratada fará jus a remuneração variável de incentivo e terá direito a pagamentos adicionais, conforme disposto no art. 14, § 3º, II, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, sempre que superar as metas contratuais e assim apresentar melhorias e aprimoramento a solução inovadora proposta, desde que devidamente autorizada e atestada pelo Contratante.

16.4. Os pagamentos serão realizados após a execução dos trabalhos, e, a fim de garantir os meios financeiros para que a Contratada implemente a etapa inicial do projeto, a administração pública poderá prever o pagamento antecipado de uma parcela do preço anteriormente ao início da execução do objeto, mediante justificativa expressa.

16.5. Nas hipóteses em que houver risco tecnológico, os pagamentos serão efetuados proporcionalmente aos trabalhos executados;

16.6. A Administração Pública deverá efetuar o pagamento conforme o critério adotado, ainda que os resultados almejados não sejam atingidos em decorrência do risco tecnológico, sem prejuízo da rescisão antecipada do contrato caso seja comprovada a inviabilidade técnica ou econômica da solução;

16.7. A Contratada poderá receber pagamento antecipado de até 25% (vinte cinco por cento) do valor do contrato para que implemente a etapa inicial do projeto, conforme autorizado pelo § 7º do artigo 14 da Lei Complementar 182/2021, mediante justificativa emitida pela Contratada e aceita pelo Contratante.

16.8. A administração pública certificar-se-á da execução da etapa inicial e, se houver inexecução injustificada, exigirá a devolução do valor antecipado ou efetuará as glosas necessárias nos pagamentos subsequentes, se houver.



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

16.9. O pagamento será realizado mediante emissão de nota fiscal dos serviços prestados com o ateste do fiscal do contrato;

16.10. O pagamento será efetuado pelo Contratante em até 30 (trinta) dias corridos após a aprovação da documentação comprobatória pelo setor competente do Contratante, uma vez que tenham sido cumpridos todos os critérios e condições estabelecidos neste.

16.11. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias corridos, após a sua apresentação válida.

16.12. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente conforme disposto em decretos ou atos normativos locais.

16.13. Não ocorrendo o pagamento pelo Contratante dentro do prazo estipulado em contrato, o valor devido será acrescido de encargos financeiros, que contemplam: a. Juros de mora de 0,5% ao mês sobre o valor faturado, pro rata die, e; b. Correção monetária do valor devido com base na variação mensal do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ou outro índice de âmbito federal que venha a substituí-lo para os atrasos com 30 (trinta) ou mais dias.

16.14. A correção monetária dar-se-á pela aplicação do IPCA acumulado entre o mês de vencimento da fatura e o mês em que o pagamento for realizado (último IPCA divulgado até a data do adimplemento).

16.15. O atraso do Contratante no pagamento, quando superior a 90 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, implica possibilidade de suspensão imediata dos serviços prestados pela Contratada, não deixando o Contratante de responder pelo pagamento dos serviços já prestados, bem como dos encargos financeiros consequentes.

16.16. A compensação financeira devida será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = (M \times VP) + (JM \times N \times VP) + (I \times VP)$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

M = Multa por atraso = 2%.

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Nº de dias entre a data prevista e a do efetivo pagamento;

JM = Juros de mora, assim apurado: 12/100/365;

I = Atualização Monetária (IPCA acumulado no período).

### **17. Da responsabilidade socioambiental:**

17.1. As partes serão responsáveis por cumprir a legislação ambiental e de biodiversidade vigente durante a execução do objeto deste, abstendo-se também de usar quaisquer formas de trabalho escravo ou humanamente degradante.

### **18. Da conformidade com o marco legal anticorrupção:**

18.1. Marco legal Anticorrupção: As partes declaram conhecer as normas de prevenção a atos de corrupção e lavagem de dinheiro previstas na legislação brasileira ("Marco Legal Anticorrupção"), dentre elas o Decreto-Lei nº 2848/1940 ("Código Penal Brasileiro"), a Lei Federal no 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa") e a Lei Federal no 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção") e, se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, prepostos, administradores, empregados e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

18.2. Vedações: As partes não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste ajuste.

18.3. Conformidade: A Contratada declara e garante que:

- a) Não se encontra, direta ou indiretamente, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores sob investigação, em processo judicial e/ou administrativo, relativamente a violação do Marco Legal Anticorrupção, nem está sujeita a restrições ou sanções econômicas impostas por qualquer entidade governamental;
- b) Não sofreu nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionados ao descumprimento do Marco Legal Anticorrupção ou de lavagem de dinheiro nos últimos 5 (cinco) anos;
- c) Não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar pagamentos em dinheiro nem dar presentes, ou quaisquer outros objetos de valor, a representantes de entidades públicas ou privadas, com o objetivo de beneficiar-se ilicitamente;
- d) Não irá receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de atividades ilícitas, abstendo-se de manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas investigadas e/ou condenadas por atos previstos no Marco Legal Anticorrupção, bem como por lavagem de dinheiro, tráfico de drogas ou terrorismo;
- e) Seus atuais dirigentes, representantes, empregados e colaboradores não são agentes públicos e que informará por escrito o Contratante, no prazo de [3 (três) dias úteis], sobre eventuais nomeações de seus quadros para cargos, empregos e/ou funções públicas.

18.4. Dever de informar: A Contratada deverá comunicar prontamente o Contratante, por escrito, sobre qualquer suspeita de violação ou descumprimento do Marco Legal Anticorrupção e/ou das obrigações previstas nesta Cláusula.

### 19. Da proteção de dados pessoais:

19.1. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a enviar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”) e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

19.2. Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a Contratada deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

19.3. Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a Contratada deverá:

- a) Notificar imediatamente o Contratante;
- b) Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e
- c) Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até [30 (trinta) dias corridos], contados a partir do requerimento do titular.





**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ**

19.4. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

19.5. As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

19.6. A Contratada deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do Contratante previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

19.7. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a Contratada deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

19.8. A Contratada deverá notificar o Contratante imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o Contratante cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

19.9. As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

19.10. É vedada a transferência de dados pessoais pela Contratada para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, do Contratante, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à Contratada a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

19.11. A Contratada responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.

19.12. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pelo Contratante, não exime a Contratada das obrigações decorrentes deste, permanecendo integralmente responsável perante o Contratante mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

19.13. A Contratada deve colocar à disposição do Contratante, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta Cláusula, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pelo Contratante ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

19.14. A Contratada deve auxiliar o Contratante na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste.

19.15. Se o Contratante constatar que dados pessoais foram utilizados pela Contratada para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste, a Contratada será notificada para promover a cessação imediata desse



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

19.16. Extinto o contrato, independentemente do motivo, a Contratada deverá em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao Contratante ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando ao Contratante, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

### **20. Dos direitos de propriedade intelectual das criações:**

20.1. Em atendimento ao artigo 14, § 1º, inciso IV da Lei Complementar 182/2021, fica expresso que toda titularidade dos direitos de propriedade intelectual das criações resultantes do CPSI será exclusiva da Contratada.

### **21. Da participação nos resultados:**

21.1. Em atendimento ao artigo 14, § 1º, inciso V da Lei Complementar 182/2021, fica assegurado a Contratada exclusivamente todos os direitos de exploração comercial, de licenciamento e de transferência da tecnologia objeto da solução inovadora.

### **22. Disposições gerais:**

22.1. Subcontratação, cessão e transferência: a Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste processo licitatório.

22.2. Omissões. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Complementar nº 182/2021, e demais normas aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

22.3. Publicação. A publicação resumida do Contrato Público de Solução Inovadora na Imprensa Oficial será condição indispensável para sua eficácia e será providenciada pelo Contratante.

22.4. Interpretação. Na hipótese de conflito entre alguma disposição deste e a legislação vigente e aplicável, ou caso qualquer de suas disposições seja judicialmente declarada inválida, tal disposição em conflito ou a invalidação judicial da disposição deverá ser interpretada de forma a refletir, o mais próximo possível, a intenção original das partes, consoante a lei aplicável, sendo que as demais disposições do presente instrumento deverão permanecer em plena eficácia, delas decorrendo todos os efeitos.

22.5. Se quaisquer das partes permitir, em benefício do outro, mesmo que por omissão, a inobservância, no todo ou em parte, o não cumprimento de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas no presente, este fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar tais cláusulas e condições, que permanecerão inalteradas, válidas e eficazes, sem novação ou qualquer alteração de conteúdo.

22.6. Em caso de conflito entre os termos e condições pactuados neste, prevalecerão os termos e condições dispostos no presente instrumento.

22.7. Ultratividade. A rescisão ou a expiração da vigência do contrato não afeta a responsabilidade das partes no que diz respeito ao sigilo de informações confidenciais, proteção de dados pessoais, titularidade de propriedade intelectual e participação nos resultados da sua exploração.

22.8. Comunicações. Qualquer comunicação ou notificação relacionada a este poderá ser realizada por escrito, mediante e-mail, correio ou entregue pessoalmente, no respectivo endereço da parte informado no preâmbulo do edital.



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ**

22.9. Os casos não previstos neste instrumento serão decididos pela administração de acordo com a legislação vigente, e com os princípios constitucionais da Administração Pública.

**Carlos Lopes**  
Secretário de Administração



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II

LICITAÇÃO ESPECIAL Nº 01/2024

MATRIZ DE RISCO

1. Fica estabelecido neste anexo as principais diretrizes, sem prejuízos das demais que possam transcorrer durante a vigência da contratação, entre contratante e contratada a Matriz de Riscos abaixo determinada, atendendo o artigo 14, § 1º, inciso III, da Lei Complementar 182/2021.

RISCO	ALOCÇÃO	MECANISMOS DE MITIGAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Precisão dos Planos da proposta e das estimativas de custos para a execução da solução inovadora	CONTRATADA	LICITANTE: Especificar no Plano de Mitigação de Riscos da proposta	Não serão admitidas alterações no preço fixo proposto em decorrência de erros nos planos e estimativas de custos, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada.
Disponibilidade, fornecimento, instalação e operacionalização da solução inovadora	CONTRATADA	LICITANTE: Especificar no Plano de Mitigação de Riscos da proposta	O descumprimento do cronograma poderá ensejar a aplicação de penalidades, exceto se devidamente fundamentada e aceita pela administração.
Liberação dos espaços públicos para instalação dos equipamentos necessários	MUNICÍPIO	Os locais não possuem óbices para a imediata instalação dos equipamentos	Em caso de óbices surgidos após o início dos trabalhos da contratada, poderá ser revisto e o prazo poderá ser dilatado, de forma a não prejudicar a extração de resultados e evidências





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

RISCO	ALOCAÇÃO	MECANISMOS DE MITIGAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Viabilidade da solução inovadora quanto aos requisitos obrigatórios e atingimento dos níveis de desempenho do objeto da proposta (risco tecnológico e de performance)	CONTRATADA	LICITANTE: Especificar no Plano de Mitigação de Riscos da proposta	Para fins de viabilidade da solução inovadora serão considerados os resultados esperados pela administração, expresso nesse edital.
Prejuízos causados a cidadãos (inclusive aqueles relacionados à privacidade e proteção de dados pessoais), a terceiros ou ao meio ambiente por culpa da CONTRATADA, de seus empregados, prestadores de serviço, terceirizados, subcontratados ou por qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades inerentes à solução inovadora proposta	CONTRATADA	LICITANTE: Especificar no Plano de Mitigação de Riscos da proposta	-



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Segurança e saúde dos trabalhadores subordinados à CONTRATADA na execução da solução inovadora, e/ou seus subcontratados	CONTRATADA	LICITANTE: Especificar no Plano de Mitigação de Riscos da proposta	-
--	------------	---	---

RISCO	ALOCAÇÃO	MECANISMOS DE MITIGAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Alterações unilaterais das cláusulas, termos e condições do contrato público para solução inovadora (CPSI)	MUNICÍPIO	Necessidade de revisão contratual para atender as necessidades da contratação.  Possibilidade de encerramento ou rescisão da contratação, decisão da autoridade contratadora.  em caso de inviabilização forçada das alterações unilaterais	-



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Decisões judiciais ou administrativas que diretamente impactem ou onerem, impeçam ou impossibilitem a execução do CPSI.	MUNICÍPIO	Possibilidade de revisão contratual, relativamente ao preço fixo proposto ou ao percentual de compartilhamento das receitas associadas, compensando-se os prejuízos derivados das decisões possibilidade de encerramento da experimentação por decisão da contratada, em caso de inviabilização por força das decisões	-
---	-----------	--	---

RISCO	ALOCAÇÃO	MECANISMOS DE MITIGAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Alterações na legislação ou regulamentação vigentes à época da formulação da proposta na licitação, e que tragam ônus adicional à contratada no âmbito da contratação	MUNICÍPIO	Possibilidade de revisão contratual, relativamente ao preço fixo proposto ou ao percentual de compartilhamento das receitas, compensando-se os prejuízos derivados das alterações	-



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Fato do príncipe e fato da administração que tragam ônus adicional(is) à contratada, ou que impeçam a execução ou a continuidade da solução tecnológica	MUNICÍPIO	Possibilidade de revisão contratual, relativamente ao preço fixo proposto ou ao percentual de compartilhamento das receitas, compensando se os prejuízos derivados dos eventos ocorridos possibilidade de encerramento da contratação por decisão da contratada, em caso de inviabilização por força dos eventos ocorridos	-
---	-----------	--	---

RISCO	ALOCAÇÃO	MECANISMOS DE MITIGAÇÃO	OBSERVAÇÕES
-------	----------	-------------------------	-------------





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Inadimplemento ou atrasos no pagamento do preço fixo proposto	MUNICÍPIO	Adequada previsão da dotação orçamentária que fará frente às despesas da Execução contratual Aplicação de juros de mora, conforme disciplinado no edital.  Possibilidade de suspensão dos serviços nas hipóteses contratuais	
Indisponibilidades, instabilidades, falhas, faltas ou quaisquer fatores que impeçam o funcionamento dos equipamentos nos parâmetros exigidos, por ausência de adequado fornecimento de energia elétrica, e que sejam imputáveis à Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica local	MUNICÍPIO	Não aplicação de sanções à contratada em caso de indisponibilidade de energia elétrica que afeta a operacionalização da solução	-



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

RISCO	ALOCAÇÃO	MECANISMOS DE MITIGAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Atos de vandalismo e/ou furtos de equipamentos, componentes ou quaisquer materiais empregados na solução tecnológica	MUNICÍPIO	Fiscalização a cargo de autoridades policiais do município.  Não aplicação de sanções à CONTRATADA em caso de indisponibilidade da solução tecnológica por conta de atos de vandalismo e/ou furtos de equipamentos, componentes da solução	O município poderá demandar a reposição de equipamentos e materiais, compensando a contratada mediante alteração no preço fixo proposto
Caso fortuito, força maior ou álea econômica extraordinária que afetem ou impeçam a execução da solução inovadora	MUNICÍPIO	As partes (contratada e município) poderão repactuar as condições contratuais para melhor atender as necessidade da solução tecnológica	-



ANEXO III

LICITAÇÃO ESPECIAL Nº 01/2024

**DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

Este anexo, complementar às disposições do edital, estabelece as diretrizes que deverão ser observadas pelos licitantes quanto à elaboração de suas propostas, assim como os critérios objetivos que serão aplicados pela Comissão Especial de Licitação para atribuição de pontuação.

**1. CONTEÚDO OBRIGATÓRIO DAS PROPOSTAS:**

**1.1** As PROPOSTAS dos LICITANTES deverão contemplar, necessariamente, o seguinte conteúdo:

- a) Apresentação e descrição da solução inovadora proposta;
- b) Demonstração de desenvolvimento da solução inovadora proposta e das experiências pretéritas (caso houver);
- c) Plano de Trabalho de implantação da solução inovadora proposta, disposto em formato de cronograma de execução, contendo a demonstração dos meios, dinâmicas, instrumentos, recursos, equipes e estratégia de governança do LICITANTE para a execução da solução inovadora proposta;
- d) Plano de mitigação de risco, abrangendo todos os riscos alocados, nos termos do ANEXO II - MATRIZ DE RISCO;
- e) Preço fixo proposto para implantação da solução inovadora proposta.

**1.2.** Deverão estar incluso no **PREÇO FIXO PROPOSTO** todos os custos, despesas, impostos e demais tributos inerentes ao fornecimento, instalação e operacionalização da solução inovadora proposta, nos termos da **PROPOSTA** do **LICITANTE**, sem prejuízo das possíveis adequações durante o transcurso da contratação.

**1.3.** No âmbito desta **LICITAÇÃO**, a avaliação e julgamento das **PROPOSTAS** observará os critérios estipulados no art. 13, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, quais sejam:



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**CRITÉRIO 01 - Potencial de resolução do problema pela solução proposta e da provável economia para a administração pública;**

**CRITÉRIO 02 - Grau de desenvolvimento da solução proposta;**

**CRITÉRIO 03 - Viabilidade e maturidade do modelo de negócio da solução;**

**CRITÉRIO 04 - Viabilidade econômica da proposta, considerados os recursos financeiros disponíveis para a celebração do(s) contrato(s); e**

**CRITÉRIO 05 - Demonstração comparativa de custo e benefício da proposta em relação às opções funcionalmente equivalentes.**

1.4. Às **PROPOSTAS** poderá ser atribuída nota máxima de 100 (cem) pontos, distribuídos da seguinte forma entre os critérios:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
<b>CRITÉRIO 01 - Potencial de resolução do problema pela solução proposta e da provável economia para a administração pública;</b>	<b>40 pontos</b>
<b>CRITÉRIO 02 - Grau de desenvolvimento da solução proposta;</b>	<b>20 pontos</b>
<b>CRITÉRIO 03 - Viabilidade e maturidade do modelo de negócio da solução;</b>	<b>20 pontos</b>
<b>CRITÉRIO 04 - Viabilidade econômica da proposta, considerados os recursos financeiros disponíveis para a celebração do(s) contrato(s); e</b>	<b>10 pontos</b>
<b>CRITÉRIO 05 - Demonstração comparativa de custo e benefício da proposta em relação às opções funcionalmente equivalentes.</b>	<b>10 pontos</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100 PONTOS</b>

a) Havendo empate na nota final, terá preferência a proposta que apresentar maior nota respectivamente nos critérios 1 e 3 de acordo com os critérios de avaliação;

b) Será classificada a licitante que obtiver a melhor pontuação.

c) Os licitantes serão classificados conforme a nota obtida em suas propostas, sendo que, na forma do edital e do art. 13, § 7º, da lei complementar federal nº 182, de 1º de junho de 2021, somente o licitante autor da proposta melhor classificada terá sua documentação de habilitação aberta e analisada, observado o procedimento disciplinado neste edital.

1.5. Para cada critério de julgamento são estipulados, neste ANEXO, quesitos objetivos de avaliação e pontuação, conforme o Quadro de Pontuação e Quesitos de Julgamento exposto no item a seguir:





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

<b>CRITÉRIOS E QUESITOS</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
<b><u>CRITÉRIO 01 - Potencial de resolução do problema pela solução proposta e da provável economia para a administração pública (art. 13, § 4º, inc. I da Lei Complementar Federal nº 182/21)</u></b>	<b><u>MÁX.: 40 PONTOS</u></b>
<b>01.01.</b> A solução inovadora proposta apresenta potencial de resolução da contextualização do problema público apresentado neste edital? A solução inovadora proposta apresenta uma provável economia para a administração pública?	
Sim, a solução inovadora proposta apresenta alto potencial de resolução da contextualização do problema público apresentado neste edital, com possibilidades de aprimoramento da solução, durante o transcurso contratual.  Sendo classificada com o maior potencial de resolução proposta dentre as propostas apresentadas.  A solução inovadora proposta apresenta uma provável economia para a administração pública.	40 PONTOS
Sim, a solução inovadora proposta apresenta potencial de resolução de toda a contextualização do problema público apresentado neste edital.	20 PONTOS
A solução inovadora proposta apresenta baixo potencial de resolução de toda a contextualização do problema público apresentado neste edital	10 PONTOS
A solução inovadora proposta não apresenta potencial de resolução de toda a contextualização do problema público apresentado neste edital	DESCCLASSIFICAÇÃO
<b><u>CRITÉRIO 02 - Grau de desenvolvimento da solução proposta (art. 13, § 4º, inc. II da Lei Complementar Federal nº 182/21)</u></b>	<b><u>MÁX.: 20 PONTOS</u></b>
<b>02.01.</b> Qual o grau de desenvolvimento da solução proposta pela proponente?	
Grau de desenvolvimento da solução proposta pela proponente é avançado e inovador, sendo que a solução inovadora proposta já foi implementada em ambiente real? Se sim, demonstrar por meio da apresentação de atestado(s), de capacidade técnica que	20 PONTOS



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

comprovem experiência pretérita e que a empresa executou solução semelhante a ofertada (desde que atenda ao problema público apresentado), de forma satisfatória. Sim, tendo sido demonstrada ao menos 01 (uma) experiência pretérita.	
Grau de desenvolvimento da solução proposta pela proponente é avançado e inovador, porém sem demonstração de experiência pretérita	10 PONTOS
A solução proposta pela proponente ainda esta em estágio de desenvolvimento	05 PONTOS
<b><u>CRITÉRIO 03 - Viabilidade e maturidade do modelo de negócio da solução (art. 13, § 4º, inc. III da Lei Complementar Federal nº 182/21)</u></b>	<b>MÁX.: 20 PONTOS</b>
<b>03.01.</b> A PROPOSTA esta acompanhada de Plano de Trabalho de implantação da solução inovadora, disposto em formato de cronograma de execução, contendo a demonstração dos meios, dinâmicas, instrumentos, recursos, equipes e estratégia de governança do licitante para a execução da solução inovadora e demonstrando-se a viabilidade e segurança de sua execução?	
Planos e documentos que instruem a proposta foram apresentados de forma completa e denotadores da viabilidade da PROPOSTA	10 PONTOS
Planos e documentos que instruem a proposta, foram apresentados de forma incompleta, ou com omissões relevantes para a aferição da viabilidade da PROPOSTA	05 PONTOS
Planos não apresentados na PROPOSTA	DESCCLASSIFICAÇÃO
<b>03.02.</b> Com base nas informações que constam da PROPOSTA e por meio de documento(s) que a instruem, qual o nível de maturidade da solução inovadora ofertada?	
Solução pronta, comercializada e já operacionalizada em ambiente urbano real, com reais previsão de aprimoramento.	10 PONTOS



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Solução pronta, mas ainda não operacionalizada em ambiente urbano real (ainda que já comercializada)	05 PONTOS
Protótipo totalmente funcional ou modelo representacional	02 PONTOS
<b><u>CRITÉRIO 04 - Viabilidade econômica da proposta, considerados os recursos financeiros disponíveis para a celebração do(s) contrato(s)</u></b> <b><u>(art. 13, § 4º, inc. IV da Lei Complementar Federal nº 182/21)</u></b>	<b>MÁX.: 10 PONTOS</b>
<b>04.01. O PREÇO FIXO PROPOSTO do LICITANTE:</b>	
Respeita o limite fixado no EDITAL, com adequada disposição dos recursos orçamentários disponíveis e proposta de sustentabilidade financeira	10 PONTOS
Respeita o limite fixado no EDITAL, porém sem sustentabilidade financeira	05 PONTOS
A PROPOSTA viola disposição(ões) obrigatória(s) do EDITAL	DESCLASSIFICAÇÃO
<b><u>CRITÉRIO 05 - Demonstração comparativa de custo e benefício da proposta em relação às opções funcionalmente equivalentes (art. 13, § 4º, inc. V da Lei Complementar Federal nº 182/21)</u></b>	<b>MÁX.: 10 PONTOS</b>
<b>05.01. A proposta demonstrou compatibilidade do preço fixo ofertado em relação aos benefícios e funcionalidades da solução inovadora proposta pela licitante?</b>	
O preço fixo ofertado demonstra compatibilidade entre os benefícios e funcionalidades da solução inovadora proposta.	10 PONTOS
O preço fixo ofertado demonstra parcial compatibilidade entre os benefícios e funcionalidades da solução inovadora proposta.	5 PONTOS
O preço fixo ofertado não demonstra compatibilidade entre os benefícios e funcionalidades da solução inovadora proposta.	0

1.6. Conforme estabelecido no art. 13, da Lei Complementar Federal nº 182/21:

§ 9º Após a fase de julgamento das propostas, a administração pública poderá negociar com os selecionados as condições econômicas mais vantajosas para a administração e os critérios de remuneração que serão adotados, observado o disposto no § 3º do art. 14 desta Lei Complementar.



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ**

§ 10. Encerrada a fase de julgamento e de negociação de que trata o § 9º deste artigo, na hipótese de o preço ser superior à estimativa, a administração pública poderá, mediante justificativa expressa, com base na demonstração comparativa entre o custo e o benefício da proposta, aceitar o preço ofertado, desde que seja superior em termos de inovações, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, limitado ao valor máximo que se propõe a pagar.

**1.7.** Considerando as peculiaridades do objeto a ser contratado, bem como as condições estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 182/21, as partes poderão ajustar e/ou adequar as condições pré estabelecidas no Anexo V - Minuta do Contrato Público de Solução Inovadora (CPSI), de acordo com a solução inovadora selecionada.





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ



ANEXO IV

LICITAÇÃO ESPECIAL Nº 01/2024

MODELO DECLARAÇÕES

**MODELO 01 - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

À  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO  
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ESPECIAL Nº 01/2024

1. A [LICITANTE] LICITANTE”), por seu representante abaixo assinado, vem apresentar sua DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO no âmbito do certame em referência, conforme os requisitos definidos no EDITAL.
2. O LICITANTE declara expressamente que tem pleno conhecimento dos termos do EDITAL em referência e que os aceita integralmente, em especial no que tange às prerrogativas conferidas à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO de conduzir diligências para verificar a veracidade dos documentos apresentados e buscar quaisquer esclarecimentos necessários para elucidar as informações neles contidas.
3. O LICITANTE declara expressamente que atendeu a todos os requisitos e critérios para a habilitação, e que apresentou a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO em conformidade com o EDITAL.
4. O LICITANTE declara, ainda, que a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ora apresentada é completa, verdadeira e correta em cada detalhe.

Local e Data.

---

[LICITANTE]

[assinatura do(s) representante(s)]



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ



**MODELO 02 - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º,**  
**INC. XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

À  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO  
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ESPECIAL Nº 01/2024

O [LICITANTE], inscrita no CNPJ/ME sob o nº ..., por seu representante abaixo assinado, o(a) Sr.(a) ..., portador(a) da Carteira de Identidade nº ... e inscrito no CPF/ME sob o nº ..., declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, tampouco emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, estando em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência, no que se refere à observância ao disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, exclusivamente na condição de aprendiz .

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Local e Data.

---

[LICITANTE]

[assinatura do(s) representante(s)]



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

### **MODELO 03 - DECLARAÇÃO ÚNICA DE COMPROMISSOS**

À

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ESPECIAL Nº 01/2024

A [LICITANTE], por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), declara ao Município que, caso se sagre vencedora do certame em referência e venha a celebrar Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI) junto à Municipalidade:

- a) cumprirá o conteúdo da PROPOSTA apresentada na LICITAÇÃO e documentos relacionados;
- b) disporá de equipamentos, materiais e equipe adequados para a consecução de todas as suas obrigações, com a eficiência e a qualidade asseguradas na proposta;
- c) assumirá integral responsabilidade, civil e penal, pela boa execução e eficiência da solução inovadora, bem como pelos danos decorrentes da execução contratual, inclusive quanto a terceiros;
- d) assumirá integral responsabilidade pelos riscos que lhe são atribuídos, conforme matriz de riscos da experimentação do contrato;
- f) cumprirá com todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação tributária e à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou subcontratados, isentando o município de qualquer responsabilização relacionada;
- j) cumprirá e observará todas as normas e exigências legais ambientais;
- l) dará conhecimento imediato ao MUNICÍPIO quanto a todo e qualquer evento que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da execução contratual, ou que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações previstas no CONTRATO, incluindo-se ações judiciais e procedimentos administrativos, apresentando, por escrito e no prazo mínimo necessário, relatório detalhado sobre esses fatos, com as medidas tomadas ou a serem tomadas para superar ou sanar a situação;
- m) comunicará ao MUNICÍPIO todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de caso fortuito, força maior ou álea econômica extraordinária, impeçam ou venham a impedir a normal execução da solução inovadora;



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- n) atenderá a convocações formalmente encaminhadas pela comissão de acompanhamento do CPSI, inclusive para participar de reuniões;
- r) manterá seus funcionários, bem como funcionários das subcontratadas, devidamente uniformizados e identificados;
- s) Cumprirá integralmente todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Local e Data.

---

[LICITANTE]

[assinatura do(s) representante(s)]





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**ANEXO V**

**LICITAÇÃO ESPECIAL Nº XX/2024**

**MINUTA DO CONTRATO PÚBLICO PARA A SOLUÇÃO INOVADORA (CPSI)**

**CONTRATO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE  
SOLUÇÃO INOVADORA.**

**Pelo presente instrumento:**

O MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_, por intermédio do seu Prefeito, o Sr. \_\_\_\_\_, denominada CONTRATADA; e a empresa ..., com sede na ..., inscrita no CNPJ/ME sob o n.º ..., ora representada por seu ..., ..., portador da Cédula de Identidade nº ... e inscrito no CPF/ME sob o nº ..., doravante denominada CONTRATADA,

CONSIDERANDO que o MUNICÍPIO realizou LICITAÇÃO, na modalidade especial instituída pela Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2022 (Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador),

CONSIDERANDO que, após homologação do resultado da LICITAÇÃO, sagrou-se vencedora a empresa ..., em conformidade com o Ato de Homologação assinado pela autoridade competente, ficando autorizada, portanto, a celebração do presente CONTRATO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO INOVADORA (CPSI),

RESOLVEM as PARTES celebrar este CONTRATO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO INOVADORA (CPSI) (“CONTRATO”), na forma da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2022 (Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador), a ser regido pelas cláusulas e condições a seguir dispostas, observados os termos do EDITAL do PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ESPECIAL Nº CPSI-001/2023, seus ANEXOS e a PROPOSTA apresentada pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** A contratação de um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, através de inteligência artificial, com processamento e integração de dados para proporcionar informação em tempo real sobre utilização de espaços públicos municipais estratégicos, visando subsidiar ações e políticas públicas assertivas por parte do poder público municipal e dos órgãos de segurança pública, compreendendo equipamentos embarcados com inteligência artificial e software de



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

análise inteligente em atendimento as necessidades da Administração Municipal, na forma da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021 (Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador).

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DOS OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS**

**2.1.** Em síntese, diante das necessidades da Administração Municipal, no sentido de ter acesso a informações e dados precisos em tempo real para promover planejamento de políticas públicas e segurança de bens públicos, dos administrados e da manutenção da ordem pública, assim como do regular funcionamento dos espaços públicos urbanos (nos quais se incluem vias públicas, logradouros, praças, prédios públicos), caracteriza-se a necessidade e a viabilidade de adoção de ferramentas tecnológicas que permitam captação de dados em tempo real através de imagens, o respectivo processamento e integração, armazenamento e a emissão de relatórios a partir dos dados obtidos.

**2.2.** Para isso, o monitoramento e a captação dos dados deverão ser feitos através de câmeras modernas alocadas em diversos e distintos pontos do território do Município, inclusive em espaços públicos que se mostrem estratégicos.

**2.3.** Deste modo, pretende-se manter a Administração Pública Municipal permanentemente informada ou com possibilidade de acesso à informação em tempo real através de imagens sobre possíveis ações preventivas e repressivas a serem adotadas, contribuindo para a coleta estratégica de dados e informações sobre fluxos de pessoas e aglomerações, estrangulamentos no trânsito, ocupação irregular de bens públicos, enfim, diversas informações estratégicas para a melhoria e o desenvolvimento da gestão pública municipal e do bem-estar dos munícipes.

**2.4.** Neste quadro, é imprescindível a utilização de inteligência artificial, ou seja, a combinação do volume de dados digitais captados que permita a um sistema ler e interpretar padrões de informação automaticamente. Por isso, faz-se necessária a integração da captação de imagens através de um sistema de monitoramento através de inteligência artificial moderno que promova coleta de dados e análise de imagens com transmissão de imagens de forma criptografada, em alinhamento com as necessidades do Município e das instituições de segurança pública para providências de atuação preventiva e repressiva, a fim de monitorar e proteger espaços públicos, bem como, desenvolver atuações públicas estratégicas como



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

interdição de ruas, realização de eventos públicos, medidas para utilização de espaços públicos e manter a segurança patrimonial e de pessoas.

**2.5.** Neste sentido, será necessário uma ferramenta que caracterize uma solução a partir de inteligência artificial que, de forma integrada, capte os dados com precisão durante 24 (vinte e quatro) horas por dia nos 7 (sete) dias da semana, permita o processamento dos dados captados, armazene os respectivos dados, emita relatórios indicativos, que configurarão um diagnóstico para subsidiar ações e políticas públicas, e que cumpra estritamente com a legislação de proteção de dados pessoais.

**2.6.** Além disso, o responsável pelo desenvolvimento da solução e pela prestação do serviço também deverá ser capaz de promover a manutenção e substituição imediata das câmeras instaladas, se necessário, a fim de que não se percam informações e dados relevantes, bem como, oferecer manutenção e suporte sempre que necessário.

### CLÁUSULA TERCEIRA - METAS DE CUMPRIMENTO DA SOLUÇÃO INOVADORA

**3.1.** São metas de cumprimento da solução inovadora proposta a serem perseguidas no âmbito do contrato público para solução inovadora (CPSI) dela resultante:

META	EVENTO DE CARACTERIZAÇÃO	CRONOGRAMA
M1	Diagnóstico de compatibilidade da demanda com o problema público a ser solucionado através do desenvolvimento da solução proposta e viabilização dos equipamentos necessários.	Mês 01
M2	Instalação dos equipamentos necessários e ajustes, eventualmente necessários, observados os termos da solução inovadora proposta.	Mês 02
M3	Operacionalização e funcionamento da solução inovadora proposta	Mês 03
M4	Operacionalização e funcionamento da solução inovadora com o desenvolvimento de possíveis aprimoramentos da solução inovadora apresentada.	Mês 04 e meses restantes do CPSI

**3.2.** Será na meta 01 - mês 01, que a Administração em conjunto com as forças de segurança do município e demais entidades competentes, farão o diagnóstico de compatibilidade da



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

demanda com o problema público que definirá a quantidade, formato e locais estratégicos para a instalação dos equipamentos necessários que compõe a solução inovadora proposta.

**3.3.** Em cumprimento ao art. 14, § 1º, II da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, a contratada emitirá e entregará mensalmente administração pública, relatórios de andamento da execução contratual, que servirão de instrumento de monitoramento e acompanhamento do CPS.

**3.4.** Ao final da execução do CPSI, a contratada apresentará relatório final de execução contratual objetivando assim a demonstração do cumprimento de todas as metas estabelecidas.

**3.5.** Encerrada a vigência do contrato público para solução inovadora (CPSI), e atendida satisfatoriamente todas as necessidades do problema público, a administração poderá celebrar com a mesma contratada, sem nova licitação, contrato para o fornecimento da solução resultante do CPSI, nos termos do art. 15 da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA VINCULAÇÃO**

**4.1.** Este Contrato vincula-se ao Edital \_\_\_\_\_, e à da solução inovadora da contratada, pela via da Licitação na Modalidade Especial regida pela Lei Complementar nº 182 de 1º de junho de 2021, e demais documentos e leis pertinentes, independentemente de transcrição.

### **CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO INOVADORA**

**5.1.** O prazo de vigência do contrato público para solução inovadora (CPSI) resultante desta licitação será de 12 (doze) meses, contados da data de emissão da ordem de início à contratada, podendo ser prorrogado para mais 12 meses, a critério do município e de acordo com as necessidades, até o limite legal fixado no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

**5.2.** Encerrada a vigência do contrato público para solução inovadora (CPSI), e atendida satisfatoriamente todas as necessidades do problema público, a administração poderá celebrar com a mesma contratada, sem nova licitação, contrato para o fornecimento da solução resultante do CPSI, nos termos do art. 15 da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.







## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**5.3.** A vigência do contrato de fornecimento será limitada a 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável por mais um período de até 24 (vinte e quatro) meses. O contrato de fornecimento será limitado a 5 (cinco) vezes o valor máximo definido no § 2º do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, para o CPSI, incluídas as eventuais prorrogações, hipótese em que o limite poderá ser ultrapassado nos casos de reajuste de preços e dos acréscimos de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

### CLÁUSULA SEXTA - VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

**6.1.** O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor estimado de R\$ ..... (.....), limitado ao valor máximo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em observância ao disposto no art. 14, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.

**6.2.** O valor deste Contrato é meramente estimativo, não cabendo à CONTRATADA quaisquer direitos, caso o mesmo não seja atingido durante sua vigência;

**6.3.** Nos preços já estão incluídos todos os custos, eventuais ou não, incidentes direta ou indiretamente sobre o objeto desta contratação, e demais encargos necessários para a perfeita execução do objeto contratual.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**7.1.** As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da Dotação Orçamentária:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO UNIDADE: 01 – ADMINISTRAÇÃO S.M.A. Natureza da Despesa: 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.40.99.01 – Serviços de TIC – PJ – Gerenciamento de Canais Eletrônicos							
UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
00	03/01	000	2.006	Serviços de Administração Geral 03.001.04.122.0003.2.006	61	3513	3.3.90.40.99.01

### CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

**8.1.** Verificando-se o transcurso de mais de 12 (doze) meses contados da data de apresentação da proposta pela contratada, será devido reajuste sobre o valor contratado, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), aferido mensalmente pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**CLÁUSULA NOVA - DAS OBRIGAÇÕES RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

**9.1.** Além das obrigações presentes neste contrato e nas demais legislações aplicáveis, são obrigações da CONTRATANTE:

**9.1.1.** Proporcionar as condições indispensáveis à fiel execução do objeto, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA nas dependências dos órgãos ou entidades, quando necessário, desde que estejam credenciados exclusivamente para a execução dos serviços;

**9.1.2.** Solicitar formalmente, mediante simples comunicação, por meio digital ou físico, qualquer alteração que possa impactar a execução da solução inovadora, ficando a critério da CONTRATADA a sua aceitação;

**9.1.3.** Efetuar o correto pagamento dentro dos prazos especificados para os serviços efetivamente prestados;

**9.1.4.** Monitorar e manter operantes os endereços postais eletrônicos (e-mails) informados, bem como informar atualizações destes a CONTRATADA, sob risco de perda de comunicações relevantes aos serviços correlatos à solução inovadora deste Contrato;

**9.1.5.** Utilizar os dados e informações disponibilizadas por meio dos serviços que compõem a solução inovadora somente nas atividades que lhe compete exercer, não podendo retransmiti-las a terceiros, seja a título oneroso ou gratuito, ou, de qualquer forma, divulgá-las, sob pena de rescisão imediata do contrato, comunicação aos órgãos competentes, aplicação das penalidades cabíveis e ressarcimento dos prejuízos causados, excetuando-se as situações em que os referidos dados e informações façam parte de relatórios e análises resultantes do exercício das atividades do CONTRATANTE, bem como quando os dados e informações forem fornecidos a terceiros por exigências legais;

**9.1.6.** Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando o seu bom desempenho;

**9.1.7.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as exigências deste Contrato;

**9.1.8.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo representante legal da CONTRATADA;

**9.1.9.** A CONTRATANTE informará a forma e a periodicidade da entrega à administração pública de relatórios de andamento da execução contratual, que servirão de instrumento de



## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

monitoramento, e do relatório final a ser entregue pela contratada após a conclusão da última etapa ou meta do projeto;

**9.1.10.** Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto deste Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as eventuais falhas detectadas;

**9.1.11.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre eventuais irregularidades observadas;

**9.1.12.** Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento do objeto, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Contrato;

**9.1.13.** Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA neste Contrato e, eventualmente, aplicar as sanções decorrentes do descumprimento dessas obrigações, garantida a ampla defesa e o contraditório;

**9.1.14.** Notificar previamente a CONTRATADA quando da aplicação de sanções administrativas, observando o devido processo legal;

**9.1.15.** Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere este Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”).

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**10.1.** Além das obrigações presentes neste Contrato e nas demais legislações aplicáveis, são obrigações da CONTRATADA:

**10.1.1.** Executar a solução inovadora de acordo com a proposta selecionada, desde que a CONTRATANTE tenha assegurado as condições necessárias para a execução dos serviços contratados;

**10.1.2.** Enviar, por e-mail, relatório de prestação de contas discriminando os serviços, notas fiscais e guias de pagamento correspondentes ao serviço prestado;

**10.1.3.** Comunicar, formalmente, qualquer ocorrência que possa impactar na execução da solução inovadora;

**10.1.4.** Manter-se regular perante a Administração Pública durante toda a vigência contratual, o que será comprovado pela CONTRATANTE por intermédio de consultas nos sistemas ou cadastros de regularidade da Administração Pública;



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ**

**10.1.5.** A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por possíveis violações dos direitos de terceiros, nos artefatos gerados por ela;

**10.1.6.** A CONTRATADA responderá solidariamente com seus agentes empregados, prepostos, ou subcontratados, no caso de violação do compromisso de confidencialidade ora assumido;

**10.1.7.** O acesso à informação sigilosa será restrito ao funcionário alocado para a execução dos SERVIÇOS, sendo vedado repassar a outros funcionários da CONTRATADA sem prévia autorização do CONTRATANTE;

**10.1.8.** A CONTRATADA deverá restituir imediatamente ao CONTRATANTE, quando do término do serviço ou quando for solicitada, qualquer informação deste. Em caso de perda de quaisquer informações, a CONTRATADA deverá notificar por escrito o CONTRATANTE, imediatamente;

**10.1.9.** Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do Contrato;

**10.1.10.** Cumprir fielmente ao pactuado neste Contrato, de forma que os serviços avençados mantenham os equipamentos em condições de perfeito funcionamento, nos locais de instalação designados pelos servidores responsáveis do Departamento de Tecnologia da Secretaria Municipal da Fazenda, Ciência, Tecnologia e Inovação;

**10.1.11.** Se, após o recebimento, constatar-se que o serviço foi executado em desacordo com este Contrato, caberá a Administração notificar por escrito a prestadora de serviço, não havendo solução poderão ser aplicadas as sanções previstas neste contrato.

**10.1.12.** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE, ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

**10.1.13.** Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do Contrato;

**10.1.14.** Manter, durante toda a execução do objeto deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação de solução inovadora;

**10.1.15.** Informar ao CONTRATANTE a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade da execução do objeto contratado;

**10.1.16.** Comparecer, sempre que solicitada, à sede do CONTRATANTE, para receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações;





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**10.1.17.** Observar e guardar sigilo sobre informações confidenciais do CONTRATANTE a que tiver acesso em virtude deste Contrato;

**10.1.18.** Proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem a seu serviço, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais, ajuizadas em qualquer juízo, que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a CONTRATANTE;

**10.1.19.** A CONTRATADA observará a matriz de riscos firmada entre as partes, incluídos os riscos referentes a caso fortuito, força maior, risco tecnológico, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;

**10.1.20.** Em cumprimento ao art. 14, § 1º, II da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, a contratada emitirá e entregará mensalmente administração pública, relatórios de andamento da execução contratual, que servirão de instrumento de monitoramento e acompanhamento do CPS.

**10.1.21.** Ao final da execução do CPSI, a contratada apresentará relatório final de execução contratual objetivando assim a demonstração do cumprimento de todas as metas estabelecidas.;

**10.1.22.** Obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis;

**10.1.23.** Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista, fiscal, comercial, previdenciária, ou civil entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tampouco haverá vínculo de qualquer natureza entre o CONTRATANTE e o pessoal utilizado pela CONTRATADA para execução das atividades decorrentes deste Contrato, vedando-se qualquer relação entre o CONTRATANTE e referido pessoal que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE REMUNERAÇÃO**

**11.1.** A remuneração da contratada será realizada em regra pelo preço fixo proposto;

**11.2.** Considerando as peculiaridades da modalidade especial da licitação aqui empregada, durante a execução contratual e no transcorrer da implantação da solução inovadora as partes poderão negociar os critérios de remuneração mais adequado ao caso concreto, desde que estejam previstos no art. 14, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**11.3.** A contratada fará jus a *remuneração variável de incentivo e terá direito a pagamentos adicionais*, conforme disposto no art. 14, § 3º, II, da Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021, sempre que superar as metas contratuais e assim apresentar melhorias e aprimoramento a solução inovadora proposta, desde que devidamente autorizada e atestada pela contratante.

**11.4.** Os pagamentos serão realizados após a execução dos trabalhos, e, a fim de garantir os meios financeiros para que a contratada implemente a etapa inicial do projeto, a administração pública poderá prever o pagamento antecipado de uma parcela do preço anteriormente ao início da execução do objeto, mediante justificativa expressa.

**11.5.** Nas hipóteses em que houver risco tecnológico, os pagamentos serão efetuados proporcionalmente aos trabalhos executados;

**11.6.** A Administração Pública deverá efetuar o pagamento conforme o critério adotado, ainda que os resultados almejados não sejam atingidos em decorrência do risco tecnológico, sem prejuízo da rescisão antecipada do contrato caso seja comprovada a inviabilidade técnica ou econômica da solução;

**11.7.** A contratada poderá receber pagamento antecipado de até 25% (vinte cinco por cento) do valor do contrato para que implemente a etapa inicial do projeto, conforme autorizado pelo § 7º do artigo 14 da Lei Complementar 182/2021, mediante justificativa emitida pela contratada e aceita pela contratante.

**11.8.** A administração pública certificar-se-á da execução da etapa inicial e, se houver inexecução injustificada, exigirá a devolução do valor antecipado ou efetuará as glosas necessárias nos pagamentos subsequentes, se houver.

**11.9.** O pagamento será realizado mediante emissão de nota fiscal dos serviços prestados com o ateste do fiscal do contrato;

**11.10.** O pagamento será efetuado pela contratante em até 30 (trinta) dias corridos após a aprovação da documentação comprobatória pelo setor competente da contratante, uma vez que tenham sido cumpridos todos os critérios e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.

**11.11.** As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias corridos, após a sua apresentação válida.

**11.12.** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente conforme disposto em decretos ou atos normativos locais.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**11.13.** Não ocorrendo o pagamento pela contratante dentro do prazo estipulado em contrato, o valor devido será acrescido de encargos financeiros, que contemplam:

- a) Juros de mora de 0,5% ao mês sobre o valor faturado, pro rata die, e;
- b) Correção monetária do valor devido com base na variação mensal do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ou outro índice de âmbito federal que venha a substituí-lo para os atrasos com 30 (trinta) ou mais dias.

**11.14.** A correção monetária dar-se-á pela aplicação do IPCA acumulado entre o mês de vencimento da fatura e o mês em que o pagamento for realizado (último IPCA divulgado até a data do adimplemento).

**11.15.** O atraso da contratante no pagamento, quando superior a 90 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, implica possibilidade de suspensão imediata dos serviços prestados pela contratada, não deixando a CONTRATANTE de responder pelo pagamento dos serviços já prestados, bem como dos encargos financeiros consequentes.

**11.16.** A compensação financeira devida será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = (M \times VP) + (JM \times N \times VP) + (I \times VP), \text{ onde:}$$

EM = Encargos

Moratórios; M =

Multa por atraso =

2%.

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Nº de dias entre a data prevista e a do efetivo pagamento;

JM = Juros de mora, assim apurado: 12/100/365;

I = Atualização Monetária (IPCA acumulado no período).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CPSI**

**12.1.** A fiscalização da execução contratual será exercida por servidor nomeado ou comissão designada pelo CONTRATANTE;

**12.2.** Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os itens fornecidos em desacordo com o estabelecido;



**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ**

**12.3.** A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução dos itens deste Contrato;

**12.4.** É dever da contratante promover a fiscalização do serviço, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à corretivas por parte da mesma.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

**13.1.** Informações confidenciais. São consideradas confidenciais as informações, dados, documentos, contratos, acordos, planilhas, compilações ou bancos de dados a que as partes tenham acesso em função deste Contrato, e: (i) que estejam protegidos por segredo industrial; (ii) que tenham sido assim qualificadas pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE; e/ou (iii) que tenham sido classificados como sigilosos por ato da autoridade competente da CONTRATANTE, nos Contratos da Lei Federal nº 12.527/2011 (“Lei de Acesso à Informação”);

**13.2.** Poderão ser qualificadas como “confidenciais” informações e dados de natureza técnica, científica, comercial ou operacional, tais como informações sobre pesquisa, desenvolvimento técnico, produtos, processos, relatórios, know-how, anotações, especificações técnicas, bem como suas respectivas cópias, reproduções, reimpressões e traduções que possuam interesse científico, financeiro, empresarial;

**13.3.** As informações só serão qualificadas como “confidenciais” quando assim for apontado pela parte interessada ou se houver indicação expressa no respectivo documento.

**13.4.** Dever de sigilo. Caso tenham acesso a informações confidenciais, as partes e seus prepostos, colaboradores, prestadores de serviço e eventuais subcontratados obrigam-se a mantê-las em sigilo, bem como a utilizá-las única e exclusivamente para a execução do objeto do presente Contrato, abstendo-se de divulgá-las a qualquer outra pessoa que não esteja, direta ou indiretamente, relacionada à execução do seu objeto;

**13.5.** As partes informarão as condições de sigilo estabelecidas nesta Cláusula a seus empregados, prestadores de serviços, consultores e todo o pessoal, qualquer que seja o vínculo existente, envolvido nas atividades de que trata o presente Contrato.

**13.6.** É vedada a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações confidenciais sem o consentimento prévio, por escrito, da outra parte.





**MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ**

**13.7.** Segurança da informação. As partes obrigam-se a observar as melhores práticas relativas à segurança da informação, cumprindo e respeitando a preservação, o sigilo, a integridade, os direitos autorais e os direitos de propriedade intelectual que possam ser comprometidos no caso do acesso não autorizado a sistemas e bancos de dados, sem prejuízo da responsabilização judicial e da aplicação das sanções previstas neste instrumento.

**13.8.** Exceções. Não haverá violação das obrigações de confidencialidade previstas neste Contrato nas seguintes hipóteses:

**13.8.1.** Informações que já sejam do conhecimento das partes na data de divulgação ou que, comprovadamente, tenham sido desenvolvidas de forma independente, sem relação com este Contrato, pela parte que a revele;

**13.8.2.** Informações que vierem a cair em domínio público sem culpa de qualquer das partes.

**13.8.3.** Não se consideram em domínio público as informações confidenciais reveladas apenas em Contratos gerais;

**13.8.4.** Informações contidas em patentes ou outros direitos de propriedade intelectual publicadas em qualquer país;

**13.8.5.** Informações que tenham sido recebidas de terceiro que não esteja obrigado a manter sigilo;

**13.8.6.** Informações que o CONTRATANTE tenha o dever de revelar com base na Lei Federal nº 12.527/2011 (“Lei de Acesso à Informação”);

**13.8.7.** Informações que possam ter sua divulgação exigida em virtude de lei, decisão judicial ou administrativa, inclusive as provenientes do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e de outros órgãos de controle interno e externo;

**13.8.8.** Informações cuja revelação seja expressamente autorizada, por escrito, pela outra parte.

**13.9.** Revelação de informações confidenciais. O dever de sigilo não é oponível aos pedidos e requisições provenientes de órgãos de controle, interno e externo, no exercício regular de suas atribuições. A parte que estiver obrigada, por força de procedimento legal, administrativo ou judicial, a revelar quaisquer informações confidenciais deverá enviar à outra, antes da resposta, notificação prévia, por escrito, contendo cópia das determinações que impõem o dever de excepcionar o sigilo.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**13.10.** Responsabilidade. A parte que, por culpa ou dolo, violar as obrigações de sigilo e confidencialidade previstas nesta Cláusula assume a responsabilidade pela reparação das perdas e danos comprovadamente sofridos pela parte lesada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

**14.1.** As partes serão responsáveis por cumprir a legislação ambiental e de biodiversidade vigente durante a execução do objeto deste Contrato, abstendo-se também de usar quaisquer formas de trabalho escravo ou humanamente degradante.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CONFORMIDADE COM O MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

**15.1. Marco legal Anticorrupção:** As partes declaram conhecer as normas de prevenção a atos de corrupção e lavagem de dinheiro previstas na legislação brasileira ("Marco Legal Anticorrupção"), dentre elas o Decreto-Lei nº 2848/1940 ("Código Penal Brasileiro"), a Lei Federal no 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa") e a Lei Federal no 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção") e, se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, prepostos, administradores, empregados e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

**15.2. Vedações:** As partes não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste ajuste.

**15.3. Conformidade:** A CONTRATADA declara e garante que:

**15.3.1.** Não se encontra, direta ou indiretamente, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores sob investigação, em processo judicial e/ou administrativo, relativamente a violação do Marco Legal Anticorrupção, nem está sujeita a restrições ou sanções econômicas impostas por qualquer entidade governamental;

**15.3.2.** Não sofreu nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionados ao descumprimento do Marco Legal Anticorrupção ou de lavagem de dinheiro nos últimos 5 (cinco) anos;



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**15.3.3.** Não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar pagamentos em dinheiro nem dar presentes, ou quaisquer outros objetos de valor, a representantes de entidades públicas ou privadas, com o objetivo de beneficiar-se ilicitamente;

**15.3.4.** Não irá receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de atividades ilícitas, abstendo-se de manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas investigadas e/ou condenadas por atos previstos no Marco Legal Anticorrupção, bem como por lavagem de dinheiro, tráfico de drogas ou terrorismo;

**15.3.5.** Seus atuais dirigentes, representantes, empregados e colaboradores não são agentes públicos e que informará por escrito a CONTRATANTE, no prazo de [3 (três) dias úteis], sobre eventuais nomeações de seus quadros para cargos, empregos e/ou funções públicas.

**15.4. Dever de informar:** A CONTRATADA deverá comunicar prontamente a CONTRATANTE, por escrito, sobre qualquer suspeita de violação ou descumprimento do Marco Legal Anticorrupção e/ou das obrigações previstas nesta Cláusula.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**16.1.** Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a enviar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”) e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

**16.2.** Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento. **16.3.** Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

**16.3.1.** Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

**16.3.2.** Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

**16.3.3.** Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até [30 (trinta) dias corridos], contados a partir do requerimento do titular;



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**16.4** As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

**16.5** As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

**16.6** A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

**16.7** Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**16.8.** A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

**16.9.** As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

**16.10.** É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

**16.11.** A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018





## MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

**16.12** Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

**16.13** A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta Cláusula, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

**16.14.** A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

**16.15** Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

**16.16** Extinto o contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL DAS CRIAÇÕES**

**17.1.** Em atendimento ao artigo 14, § 1º, inciso IV da Lei Complementar 182/2021, fica expresso que toda titularidade dos direitos de propriedade intelectual das criações resultantes do CPSI será exclusiva da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

**18.1.** Em atendimento ao artigo 14, § 1º, inciso V da Lei Complementar 182/2021, fica assegurado a contratada exclusivamente todos os direitos de exploração comercial, de licenciamento e de transferência da tecnologia objeto da solução inovadora.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**19.1.** Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial do contrato público de solução inovadora (CPSI) a ficará sujeita à aplicação das seguintes sanções:

**a)** Advertência, por escrito, em caso de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE; **b)** Multa; **c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública estadual, por prazo não superior a dois anos; **d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública federal, estadual ou municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a CONTRATADA ressarcir os prejuízos causados e após decorrido o prazo da sanção.

**19.2.** A multa imposta ao contratado ou licitante, se não disposta de forma diferente no contrato, poderá ser:

**19.3.** De caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

**a)** 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos;

**b)** 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante.

**19.4.** De caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

**a)** 15% (quinze por cento) do valor do empenho em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;

**b)** 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- 19.5. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.
- 19.6. A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.
- 19.7. Na fase de instrução, o indiciado será notificado pelo gestor do Contrato e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do correio eletrônico no e-mail registrado em Ata/Contrato, para apresentação da Defesa Prévia, assegurando-lhe vista do processo, e juntada dos documentos comprobatórios que considerar pertinentes à fundamentação dos fatos alegados na mesma.
- 19.8. O extrato da decisão definitiva, bem como toda sanção aplicada, será anotada no histórico cadastral da empresa e nos sistemas cadastrais pertinentes, quando for o caso, além do processo ser apostilado na sua licitação correspondente.
- 19.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.
- 19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
- 19.11. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 20.1. Subcontratação, cessão e transferência: A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato.
- 20.2. **Omissões.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Complementar nº 182/2021, e demais normas aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.
- 20.3. **Publicação.** A publicação resumida do Contrato Público de Solução Inovadora na Imprensa Oficial será condição indispensável para sua eficácia e será providenciada pela CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

**20.4. Interpretação.** Na hipótese de conflito entre alguma disposição deste Contrato e a legislação vigente e aplicável, ou caso qualquer de suas disposições seja judicialmente declarada inválida, tal disposição em conflito ou a invalidação judicial da disposição deverá ser interpretada de forma a refletir, o mais próximo possível, a intenção original das partes, consoante a lei aplicável, sendo que as demais disposições do presente instrumento deverão permanecer em plena eficácia, delas decorrendo todos os efeitos.

**20.5.** Se quaisquer das partes permitir, em benefício do outro, mesmo que por omissão, a inobservância, no todo ou em parte, o não cumprimento de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas no presente Contrato, este fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar tais cláusulas e condições, que permanecerão inalteradas, válidas e eficazes, sem novação ou qualquer alteração de conteúdo.

**20.6.** Em caso de conflito entre os termos e condições pactuados neste Contrato, prevalecerão os termos e condições dispostos no presente instrumento.

**20.7. Ultratividade.** A rescisão ou a expiração da vigência do contrato não afeta a responsabilidade das partes no que diz respeito ao sigilo de informações confidenciais, proteção de dados pessoais, titularidade de propriedade intelectual e participação nos resultados da sua exploração.

**20.8. Comunicações.** Qualquer comunicação ou notificação relacionada a este Contrato poderá ser realizada por escrito, mediante e-mail, correio ou entregue pessoalmente.

**20.9.** Os casos não previstos neste instrumento serão decididos pela secretaria responsável, de acordo com a legislação vigente, e com os princípios constitucionais da Administração Pública.

**20.10.** As disposições que não constam no presente contrato, serão decididas, justificadas e se necessário serão apostiladas a esse CPSI.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

**21.1.** Fica eleito o foro deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E, assim, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas no presente CONTRATO, para todos os efeitos de direito, pelo que são assinadas pelas partes e testemunhas.





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ



Local e Data

**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**



Ofício nº 20/2024 - GGK - DAELE-PB

Pato Branco, 02 de maio de 2024

Exmo. Senhor  
**Anderson Manique Barreto**  
Prefeitura Municipal de Coronel Vivida - PR



Prezado Senhor Prefeito

Considerando o Ofício 108/2024 da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, que solicita a indicação de um servidor público (professor de ensino superior) que preencha os requisitos técnicos para compor a Comissão Especial de Licitação, que objetiva a seleção da proposta mais vantajosa para a celebração do CONTRATO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO INOVADORA (CPSI), destinado a contratação de um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora, conforme descrito:

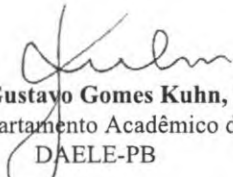
“Contratação voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, por meio de inteligência artificial, com processamento e integração de dados para proporcionar informação em tempo real sobre utilização de espaços públicos municipais estratégicos, visando subsidiar ações e políticas públicas assertivas por parte do poder público municipal e dos órgãos de segurança pública, compreendendo equipamentos embarcados e com inteligência artificial e software de análise inteligente em atendimento às necessidades da Administração Municipal.”

Neste primeiro contato, coloco-me à disposição para contribuir no processo, integrando a Comissão Especial de Licitação, atendendo os termos do Art. 13, § 3º, item II – 1 (uma) pessoa deverá ser professor de instituição pública de educação superior na área relacionada ao tema da contratação. Como forma de atendimento à solicitação técnica, informo meu currículo com formação na área de Engenharia Elétrica para apreciação:

- Eng. Eletricista - Habilitado em Eletrotécnica UCPel (1996);
- Eng. de Segurança do Trabalho CEFET/PR (1998);
- Mestrado em Eng. Elétrica - Processamento de Energia UTFPR-PB (2014);
- Doutorado em Eng. Elétrica e Inf. Industrial - Fotônica em Engenharia - CPGEI/ UTFPR-CT(2020);
- Professor concursado na UTFPR desde 1998, tendo atuado nos Cursos: Técnico em Eletrônica, Tecnologia em Automação Industrial, Engenharia Elétrica, Engenharia de Computação;
- Atualmente é Chefe do Departamento Acadêmico de Elétrica - DAELE-PB;
- Em 2023, participação como presidente de uma Comissão Especial de Licitação no Município de São João-PR.

Assim sendo, coloco meu nome à disposição desta Prefeitura Municipal e caso necessário para a seleção de outro servidor público com qualificação técnica diferente do apresentado, destaco que temos, no Departamento Acadêmico de Elétrica - DAELE-PB, 33 (trinta e três) professores habilitados nas diversas áreas da Eng. Elétrica e Eletrônica, e que podem desenvolver ótimo trabalho frente à comissão supracitada.

Atenciosamente,

  
**Prof. Gustavo Gomes Kuhn, Dr.**  
Chefe do Departamento Acadêmico de Elétrica  
DAELE-PB



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ



**PORTARIA Nº 09, de 06 de maio de 2024.**

O **Prefeito Municipal de Coronel Vivida**, Estado do Paraná, usando as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 24, alínea “b” Inciso II e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021 em seu artigo 13, §3º, **RESOLVE:**

**Art. 1º. DESIGNAR** Comissão Especial de Licitação, com a finalidade de julgar a Licitação Especial nº 01/2024, composto pelos seguintes membros:

NOME	CARGO	CPF Nº
Gustavo Gomes Kuhn	Presidente	640.448.230-49
Franchy Rech	Membro	914.130.609-00
Silvonei Langenberg	Membro	078.427.889-01

**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias de mês de maio de 2024.

**ANDERSON MANIQUE BARRETO**  
Prefeito

Registre-se e Publique-se

**CARLOS LOPES**  
Secretário Municipal de  
Administração



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR  
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE LICITAÇÃO ESPECIAL Nº 01/2024

O município de Coronel Vivida – Paraná, torna público, que no dia **10 do mês de junho de 2024**, às **09h00min**, estará realizando licitação especial nos moldes da Lei Complementar Federal nº 182 de 1º de junho de 2021, a qual tem por objeto a Contratação de um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, através de inteligência artificial, de acordo com as especificações constantes no edital. O valor estimado da contratação será de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). O edital e demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Planejamento pelo telefone (46) 3232-8300 ou e-mail [planejamento@coronelvivida.pr.gov.br](mailto:planejamento@coronelvivida.pr.gov.br) ou no site [www.coronelvivida.pr.gov.br](http://www.coronelvivida.pr.gov.br). Coronel Vivida, 06 de maio de 2024. Juliano Ribeiro, Diretor de Compras e Patrimônio.





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ



## EDITAL

### LICITAÇÃO ESPECIAL Nº 01/2024

**OBJETO:** Contratação de um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, através de inteligência artificial, de acordo com as especificações constantes no edital.

**DATA DE ABERTURA:** 10/06/2024 às 09h.

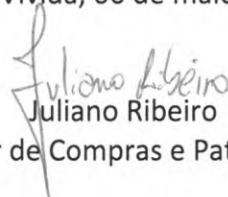
**LOCAL:** Sala de reuniões da Prefeitura – Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Coronel Vivida – PR.

**VALOR MÁXIMO TOTAL:** R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

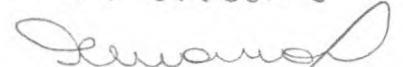
**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses.

**INFORMAÇÕES E RETIRADA DO EDITAL:** O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto a Divisão de Licitações e Contratos, na Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, no horário de expediente, das 08h às 12h e das 13h às 17h, na Praça Ângelo Mezzomo, s/n – Centro, na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná, ou através do site: [www.coronelvivida.pr.gov.br](http://www.coronelvivida.pr.gov.br). Demais informações, telefone: (46) 3232-8300, e-mail: [planejamento@coronelvivida.pr.gov.br](mailto:planejamento@coronelvivida.pr.gov.br).

Coronel Vivida, 06 de maio de 2024.

  
Juliano Ribeiro  
Diretor de Compras e Patrimônio.

Recebi em 06.05.24







MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ

Rua São Francisco, 900 - Centro, CEP 85.348-000, Fone: 51.361.378/2001 - Fax: 51.361.3021-1010

DECRETO Nº. 061/2024

De 08 de maio de 2024

EMENTA: Renomeia Conselho do CACS - FUNDEB

O Senhor EMANUEL VANDERLEI VOLLFF, Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial, na que se refere à Lei Nº 16/2024.

DECRETA:

Art. 1º. Fica por este instrumento nomeados os membros do CACS - FUNDEB

Table with 2 columns: Representantes do Poder Executivo Municipal, Representantes do Departamento Municipal de Educação, Representantes dos Diretores Municipais, Representantes dos Professores da Educação Básica, Representantes dos Técnicos Administrativos.



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ

Rua São Francisco, 900 - Centro, CEP 85.348-000, Fone: 51.361.378/2001 - Fax: 51.361.3021-1010

do Município

Table with 2 columns: Titular, Suplente. Lists names of council members for various departments.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, em 08 de maio de 2024.

EMANUEL VANDERLEI VOLLFF, Prefeito Municipal



Município de Pinhão Estado do Paraná CNPJ: 76.178.011/0001-28

NOTIFICAÇÃO - 066

NOTIFICADA: MUNICÍPIO DE PINHÃO (CNPJ nº 76.178.011/0001-28, sede: Rua... NOTIFICADA: TERRAFAN CONSTRUÇÕES E TERRAFANAGENS LTDA (CNPJ nº 13.873.240/0001-00, sede: Avenida...)

Diante da ausência de Procedimento Administrativo em face de descompartamento... NOTIFICADA: MUNICÍPIO DE PINHÃO (CNPJ nº 76.178.011/0001-28, sede: Rua...)

Art. 1º. Fica em SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO O INCUMPRIMENTO DO CONTRATADO COM A ADMINISTRAÇÃO... Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Contrato nº 343/2023 - 20% - Multa - R\$ 945.789,73 - R\$ 120.957,96 - R\$ 120.957,05

Pinhão, 03 de maio de 2024.

Prescritor: [Assinatura]

Município de Pinhão, Rua São Francisco, 900 - Centro, CEP 85.348-000, Fone: 51.361.378/2001 - Fax: 51.361.3021-1010

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024/PMQI

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024/PMQI O MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU, Estado do Paraná, torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 24 de maio de 2024, na plataforma da Bolsa Nacional de Compras (https://bnc.org.br/), CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, à preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Table with 4 columns: Local do objeto, Objeto, Quantidade e unidade de medida, Prazo de execução. Row 1: Estrada Municipal - Construção de um Ramo de Reciclagem, 594,00 m², 300 dias.

A Pasta Técnica com o teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, site eletrônico da Prefeitura de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná no www.quedasdoiguacu.pr.gov.br, e na plataforma da Bolsa Nacional de Compras (https://bnc.org.br/). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Quedas do Iguaçu, 03 de maio de 2024. EL CLO JAIME DA LUZ, Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CENTRO OESTE DO PARANÁ - ASSISCOPE CNPJ nº 03.222.413/0001-18 Rua Doca Pedro, 1320 - LA ANILAS - CEP 81.361-296 - Curitiba - Fone: (41) 303.1188 LARANJEIRA DO SUL - PARANÁ

Resolução nº 12/2024 DATA: 03 de maio de 2024.

SÚMULA: NOMEIA MEMBROS DO GRUPO TÉCNICO CONSULTIVO DO QUALICIS.

O Presidente da ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CENTRO OESTE DO PARANÁ - ASSISCOPE, no uso de suas atribuições legais e com base na legislação,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar como membros: Carla Prestes de Oliveira Bonfim inscrita no CPF sob nº 019.267.299-19, Josilene Grell de Lima Mirjam inscrita no CPF sob nº 033.547.739-32; Secretária de Saúde do Município de Porto Barreiro Claudion Rodrigues Volf inscrita no CPF sob nº 093.480.019-73.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de 03 de maio de 2024.

Publique-se. NEIMAR GRANOSKI Presidente da ASSISCOPE

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR AVISO DE LICITAÇÃO Modalidade: Pregão, Edital nº 001/2024. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de equipamentos de informática.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Referência ao Edital: Pregão Eletrônico nº 15/2024. Objeto: Registro de preços para aquisição de água mineral.

Table with 4 columns: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DEFENSOR, CNPJ, VALOR TOTAL ESTIMADO. Rows for AMERICA S/A, MATEC CONCRETO, VIVERMEX.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR PARCELAS DO PROCEDEJO E EQUIPE DE APOIO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2024

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR ADITIVO Nº 05 ao Contrato nº 12/2023 - Contratação Pública nº 06/2023 - Contratante: Município de Coronel Vívica juntamente com o Fundo Municipal de Saúde - Contratada: DUTRA & DELIBERATI CONSTRUÇÕES LTDA.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO ESPECIAL Nº 002/2024 O Município de Coronel Vívica - Paraná, torna público, que no dia 10 de maio de 2024, às 09h00min, estará realizando licitação especial nos moldes da Lei Complementar Federal nº 182 de 1º de junho de 2021.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Referência ao Edital de Licitação nº 002/2024. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos médico-hospitalares e odontológicos.

Table with 4 columns: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DEFENSORIA, CNPJ, VALOR TOTAL ESTIMADO. Rows for CIRURGICA CLAUD VERDE, DE MATERIAS MEDICAS LTDA, ICP DENTARIA PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA, MARTE EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS LTDA.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA ESTADO DO PARANÁ Edital nº 040/2024 de 06/09/2023 - Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023 de 13/02/2023. Objeto: Contratação de consultoria habilitada no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023 de 13/02/2023.

Table with 2 columns: Ordem Nº, Classificação: Nome do Candidato, Nº Protocolo. Row 1: 01 - FEFER SANGA ONE SANGA - 000000

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA ESTADO DO PARANÁ Edital nº 034/2024 de 06/05/2024 - Processo Seletivo Simplificado nº 003/2023 de 18/10/2023. Objeto: Contratação de consultoria habilitada no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2023 de 18/10/2023.

Table with 2 columns: Ordem Nº, Classificação: Nome do Candidato, Nº Protocolo. Row 1: 01 - LUANA CRISTINA DOS SANTOS BUENI - 219102

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA ESTADO DO PARANÁ Edital nº 034/2024 de 06/05/2024 - Processo Seletivo Simplificado nº 003/2023 de 18/10/2023. Objeto: Contratação de consultoria habilitada no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2023 de 18/10/2023.



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS ESTADO DO PARANÁ

Rua São Francisco, 900 - Centro, CEP 85.348-000, Fone: 51.361.378/2001 - Fax: 51.361.3021-1010

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2024

NOVA DATA PARA ABERTURA

O MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS - PR, através do Programa, desmembra pelo Decreto nº 247/2023, parte do patrimônio de bens móveis, que deverão ser adquiridos no procedimento PREGÃO na forma ELETRÔNICA, pelo MENOR PREÇO POR LOTE, modo de disputa "ABERTO", observando as disposições contidas no Edital nº 14.133/2023, do Decreto Municipal nº 244, de 27 de dezembro de 2023, Lei Complementar nº 123, de 18 de dezembro de 2020, e demais legislações aplicáveis, e ainda, de acordo com as disposições contidas no Edital nº 25.016.6100-0/2024.

A publicação de nota para abertura de licitação encontra-se em anexo na seção de licitação do site do município: www.novalaranjeiras.pr.gov.br

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de link de internet fixa crítica e via rádio banda larga e rede de transporte de dados, para atender a demanda do município. VALOR ESTIMADO: R\$ 12.000,00 (doze mil reais). ORGANISMO LICITANTE: Prefeitura do Município de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná. CNPJ nº 03.222.413/0001-18. LOCAL: Página eletrônica da Base de Licitações e Leilões - BLL COMPRAS (https://bllcompras.org.br).

DATA E HORA DE ABERTURA E JULGAMENTO: 21/05/2024 - às 09h00min. PREGÃO ELETRÔNICO: através do e-mail licitacao@novalaranjeiras.pr.gov.br. ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÃO: através da página eletrônica no sistema BLL COMPRAS - https://bllcompras.org.br, em campo próprio para este fim, relacionado ao processo desta licitação.

A entrega do edital e seus anexos poderão ser obtidos no site oficial do Município (https://www.novalaranjeiras.pr.gov.br) ou pelo telefone (41) 303.1188 ou pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Nova Laranjeiras - Pr, 03 de maio de 2024.

VALDECIR ALVES DE MEDEIROS, Prefeito Municipal, Decreto nº 247/2023



Confira capas e matérias históricas documentadas pelo Correio do Povo

(42) 9 8428-1511 /jcorreiodopovo @jcorreiodopovo @jcorreiodopovo

Fale com a gente (42) 3635-2944

Correio DO POVO DO PARANÁ

Nº ordem	Nome	Classificação	Nº Protocolo
1	LUANA CRISTINA DOS SANTOS BUENO	5ª	2791/23

**Art. 2º.** O(A) Candidato(a) convocado(a), tem prazo de 24h (vinte e quatro horas), a contar da data de **07 (sete) de maio de 2024**, para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, sito Praça Ângelo Mezzomo, S/N, em Coronel Vivida-PR, para declarar se aceita ou não a vaga, sob pena de perda da vaga.

**Art. 3º.** O não comparecimento do candidato dentro do prazo estabelecido na convocação ou apresentação dentro dos prazos estabelecidos para a contratação, porém, sem satisfazer as exigências previstas no Edital de Abertura do Processo Seletivo nº. 003 de 16/10/2023, será automaticamente excluído da lista de candidatos do PSS, reservando-se a Administração o direito de convocar o próximo candidato da lista de classificados.

**Art. 4º.** Que a publicação deste, além do Jornal Correio do Povo de Laranjeiras do Sul - PR, do endereço eletrônico: <http://www.diariomunicipal.com.br/amp/> - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias do mês de maio de 2024, 135º da República e 69º do Município.

**ANDERSON MANIQUE BARRETO**  
Prefeito

Registre-se e Publique-se

**CARLOS LOPES**  
Secretário Municipal de Administração

**SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI**  
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

**Publicado por:**  
Bruno Cesar Muller Amaral  
Código Identificador:41C4F090

**DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS**  
**EDITAL Nº 040 DE 06/05/2024 - PSS 001/2023**

**EDITAL Nº. 040/2024, de 06 de maio de 2024.**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2023 DE 13/02/2023.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o item 09 do Edital do Processo Seletivo 001/2023 de 13/02/2023 (abertura do certame) combinado com Edital nº. 006/2023 de 03/04/2023 (homologação) e a Lei Municipal nº. 056/2020;

**Considerando** a necessidade do Departamento de Educação, conforme ofício, **RESOLVE,**

**TORNAR PÚBLICO**

**Art. 1º.** A **convocação** de candidato(a) habilitado(a) no Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital do Processo Seletivo 001/2023 de 13/02/2023, para o provimento de vaga temporária de Professor Municipal, conforme abaixo:

Cargo: PROFESSOR MUNICIPAL

Nº ordem	Nome	Classificação	Nº Protocolo
1	Elen Sagaz dos Santos	24º	860/23

**Art. 2º.** A(s) Candidata(a) convocada(s), tem prazo de 24h (vinte e quatro horas), a contar da data de **07 (sete) de abril de 2024**, para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, sito Praça Ângelo Mezzomo, S/N, em Coronel Vivida-PR, para declarar se aceita ou não a vaga, sob pena de perda da vaga.

**Art. 3º.** O não comparecimento do candidato dentro do prazo estabelecido na convocação ou apresentação dentro dos prazos estabelecidos para a contratação, porém, sem satisfazer as exigências previstas no Edital de Abertura do Processo Seletivo nº. 001 de 13/02/2023, será automaticamente excluído da lista de candidatos do

PSS, reservando-se a Administração o direito de convocar o próximo candidato da lista de classificados.

**Art. 4º.** Que a publicação deste, além do Jornal Correio do Povo de Laranjeira do Sul - PR, no endereço eletrônico: <http://www.diariomunicipal.com.br/amp/> - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias do mês de maio de 2024, 135º da República e 69º do Município.

**ANDERSON MANIQUE BARRETO**  
Prefeito

Registre-se e Publique-se

**CARLOS LOPES**  
Secretário Municipal de Administração

**SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI**  
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

**Publicado por:**  
Bruno Cesar Muller Amaral  
Código Identificador:8A8DF7A5



**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**  
**AVISO DE LICITAÇÃO ESPECIAL Nº 01/2024**

**AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO ESPECIAL Nº 01/2024**

O município de Coronel Vivida - Paraná, torna público, que no dia **10 do mês de junho de 2024**, às **09h00min**, estará realizando licitação especial nos moldes da Lei Complementar Federal nº 182 de 1º de junho de 2021, a qual tem por objeto a Contratação de um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, através de inteligência artificial, de acordo com as especificações constantes no edital. O valor estimado da contratação será de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). O edital e demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Planejamento pelo telefone (46) 3232-8300 ou e-mail [planejamento@coronelvivida.pr.gov.br](mailto:planejamento@coronelvivida.pr.gov.br) ou no site [www.coronelvivida.pr.gov.br](http://www.coronelvivida.pr.gov.br).

Coronel Vivida, 06 de maio de 2024.

**JULIANO RIBEIRO,**  
Diretor de Compras e Patrimônio.

**Publicado por:**  
Fernando de Quadros Abatti  
Código Identificador:C30E9E79

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**  
**EXTRATO ATAS 47 A 49/2024**

**RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**  
Referente ao Edital: Pregão Eletrônico nº 18/2024. Objeto: Registro de Preços para aquisição de água mineral, cargas de gás liquefeito de Petróleo e demais materiais. Prazo: de 27 de maio de 2024 a 26 de maio de 2025. Contratante: Município de Coronel Vivida. DETENTORAS:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	DE DETENTORA	CNPJ nº	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
47/2024	ANDRE L HART - AGUA E GAS LTDA	23.875.435/0001-85	91.744,00
48/2024	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	52.371.452/0001-83	7.578,00
49/2024	VIVIDENSE CAR MULTIMARCAS E REVENDA DE GAS LTDA	04.374.620/0001-41	1.520,00

Coronel Vivida, 30 de abril de 2024.





## Cambira

### AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE

#### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº004/2024

##### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº014/2024

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE APARELHO DE RAIOS X, FIXO DIGITAL AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMBIRA DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO SESA Nº 507/2023

**TIPO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR ITEM.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Municipal nº 2099, de 29 de dezembro de 2023 e Decreto Municipal nº 01, de 03 de janeiro de 2024, Decreto Municipal nº 02, de 03 de janeiro de 2024.

**DATA DE ABERTURA:** 17 DE MAIO DE 2024.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:** A PARTIR DO DIA 06 DE MAIO DE 2024, ATÉ ÀS 08:00 DO DIA 17 DE MAIO DE 2024.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** ÀS 08:15 HORAS DO DIA 17 DE MAIO DE 2024. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** HORÁRIO DE BRASÍLIA (DF).

**LOCAL:** POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - INTERNET, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://bnc.org.br>

**INFORMAÇÕES:** O Edital de Licitação com detalhes do Pregão Eletrônico nº 004/2024, estará à disposição dos interessados a partir do dia 06 de maio de 2024, no endereço eletrônico: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), no endereço eletrônico [www.cambira.pr.gov.br](http://www.cambira.pr.gov.br) em "Portal da Transparência" e no setor de licitação da Autarquia Municipal de Saúde de Cambira, situada a Rua Sergipe, nº165, Bairro São José, Cambira - PR ou através do e-mail [saudecambira@uol.com.br](mailto:saudecambira@uol.com.br).

Cambira-PR, 06 de maio de 2024

Ana Lucia de Oliveira

Presidente da AMS

46565/2024

## Campo Largo

### SUMULA DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

A Prefeitura de Campo Largo torna público que requereu ao Instituto Água e Terra (IAT) a Autorização Ambiental para a pavimentação de estrada rural, Rua dos Imigrantes e Rua Comendador Cândido, localizados na Colônia Balbino Cunha, Município de Campo Largo - Paraná.

46531/2024

## Coronel Vivida

### MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR

**AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO ESPECIAL Nº 01/2024** O município de Coronel Vivida - Paraná, torna público, que no dia **10 de maio de 2024, às 09h00min**, estará realizando licitação especial nos moldes da Lei Complementar Federal nº 182 de 1º de junho de 2021, a qual tem por objeto a contratação de um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, através de inteligência artificial, de acordo com as especificações constantes no edital. O valor estimado da contratação será de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). O edital e demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Planejamento pelo telefone (46) 3232-8300 ou e-mail [planejamento@coronelvivida.pr.gov.br](mailto:planejamento@coronelvivida.pr.gov.br) ou no site [www.coronelvivida.pr.gov.br](http://www.coronelvivida.pr.gov.br), Coronel Vivida, 06 de maio de 2024, Juliano Ribeiro, Diretor de Compras e Patrimônio.

46344/2024

## Dois Vizinhos

### MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

**Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 291/2022 - Concorrência nº 012/2022.** Contratante: Município de Dois Vizinhos. Contratada: FEG Engenharia de Obras Ltda - CNPJ nº 80.372.808/0001-39. Objeto: Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Quinta - da vigência - Prorrogação o prazo de vigência até 24 de agosto de 2024. Data de Assinatura: 06 de maio de 2024.

Luis Carlos Turatto  
Prefeito

46651/2024

## Flórida

### PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

##### EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2024

O Município de Flórida torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 17 de junho do ano de 2024, na plataforma BNC, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Rua Aurélio Marques	Revitalização de Clube Municipal	774,30 m <sup>2</sup>	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Flórida e na plataforma BNC. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Flórida, 06 de maio de 2024.

ANTONIO EMERSON SETTE

Prefeito Municipal

46658/2024

## Guaratuba

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

##### EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2024

O Município de Guaratuba torna público que fará realizar, às 09 horas do dia 24 de maio do ano de 2024, na plataforma <https://www.gov.br/compras/pi-br>, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Vias urbanas na Sede municipal	Recape e restauro asfáltico em CBUQ	37.130,00 m <sup>2</sup>	240 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura <https://guaratuba oxy.elfotech.com.br/portaltransparencia/licitacoes> e na plataforma <https://www.gov.br/compras/pi-br>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Guaratuba, 03 de maio de 2024.

Patrícia I. Custódio Rocha da Silva

Presidente da Comissão de Contratação

46202/2024

## Ibaiti

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL Nº 2/2024

##### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2024

Com Lotes Exclusivo De Participação E Prioridade Local e Regional Para ME/EPP/MEI

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de reagentes e materiais para o laboratório de análises clínicas municipal, a serem adquiridos parceladamente, de acordo com a demanda, com entrega de 5 Dias, com previsão contratual de até 12 Meses, conforme especificações e denominações constantes no Termo de Referência do presente Edital. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço Por Lote. **VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA:** R\$ 221.678,98 (Duzentos e Vinte e Um Mil, Seiscentos e Setenta e Oito Reais e Noventa e Oito Centavos). **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até às 9h00min (nove horas) do dia 21/05/2024. **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** às 09h00min (nove horas) do dia 21/05/2024. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 09h30min (nove horas e trinta minutos) do dia 21/05/2024. **LOCAL DA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO:** Sala de Reuniões do Paço Municipal, Praça dos Três Poderes nº 23, CEP 84.900-000, Ibaiti, Estado do Paraná. **RETIRADA DO EDITAL:** Disponível na íntegra no site do Município de Ibaiti no endereço eletrônico [www.ibaiti.pr.gov.br](http://www.ibaiti.pr.gov.br) <http://transparencia.ibaiti.pr.gov.br/licitacoes/>

Ibaiti, 06/05/2024

JULIANO BERGES

Presidente da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Ibaiti

46289/2024



Onde Estou: INÍCIO LICITAÇÕES EM ANDAMENTO (EDITAL)

## DOCUMENTOS

# Licitações em Andamento (Edital)

TOTAL DE PUBLICAÇÕES - 10

Ano: 2024

Categoria: Licitações

Modalidade: Pregão Concorrência Especial



### Licitação Especial nº 01/2024

06/05/2024

Contratação de um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, através de inteligência artificial, de acordo com as especificações constantes no edital.



Anexos

Aviso de Licitação



**Informações Complementares:** O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites [www.contenda.pr.gov.br](http://www.contenda.pr.gov.br) e [bilcompras.com](http://bilcompras.com) ou no Departamento de Licitações, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 h às 17:00h. Outras informações poderão ser obtidas pelos telefones: (41) 3625-1212.

Contenda/PR, 07 de maio de 2024.

**FABIO SANTOS FERNANDES**

Pregoeiro

Decreto nº 008/2024

Publicado por:

Maynara Cordeiro

Código Identificador:E87A123D

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICADO PREGÃO  
ELETRÔNICO Nº 025/2024**

**AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICADO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2024**

**Objeto:** Futura e eventual aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, utensílios para cozinha, mobiliários escolares, estante em aço, cadeiras, mesa de reunião, conjunto escolares, entre outros, para uso da administração pública do município de Contenda-Paraná, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.

**Valor Máximo:** O preço total máximo é de **R\$ 2.757.629,29** (dois milhões setecentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e vinte e nove reais e vinte e nove centavos).

Recebimento das Propostas: das 08h00m do dia 09/05/2024 as 08h30m do dia 24/05/2024.

Abertura das Propostas: das 08h31m do dia 24/05/2024 as 09h:00m do dia 24/05/2024.

**Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h01m. do dia 24/04/2024.**

**Informações Complementares:** O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites [www.contenda.pr.gov.br](http://www.contenda.pr.gov.br) e [bilcompras.com](http://bilcompras.com) ou no Departamento de Licitações, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 h às 17:00h. Outras informações poderão ser obtidas pelos telefones: (41) 3625-1212.

Contenda/PR, 07 de maio de 2024

**FABIO SANTOS FERNANDES**

Pregoeiro

Decreto nº 008/2024

Publicado por:

Maynara Cordeiro

Código Identificador:73F73E46

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
AVISO DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO  
ELETRÔNICO Nº 25/2024**

TIPO MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E PESSOAS IDOSAS COM OU SEM DEFICIÊNCIA. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h do dia 09 de maio de 2024 até às 08h do dia 27 de maio de 2024. Abertura das propostas após as 08h do dia 27 de maio de 2024. Início da disputa de preços às 09h do dia 27 de maio de 2024. **VALOR MÁXIMO TOTAL:** R\$ 715.769,88. Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no

site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br). O edital está disponível nos sites [www.coronelvvida.pr.gov.br](http://www.coronelvvida.pr.gov.br) ou [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br). Informações: (46) 3232-8300.

Coronel Vívda, 07 de maio de 2024.

**JULIANO RIBEIRO,**

Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio.

Publicado por:

Leila Marcolina

Código Identificador:8C0E4FA0



**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
PORTARIA Nº 09/2024 - COMISSÃO ESPECIAL DE  
LICITAÇÃO**

**PORTARIA Nº 09, de 06 de maio de 2024.**

O Prefeito Municipal de Coronel Vívda, Estado do Paraná, usando as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 24, alínea "b" Inciso II e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021 em seu artigo 13, §3º, RESOLVE:

**Art. 1º. DESIGNAR** Comissão Especial de Licitação, com a finalidade de julgar a Licitação Especial nº 01/2024, composto pelos seguintes membros:

NOME	CARGO	CPF Nº
Gustavo Gomes Kuhn	Presidente	640.448.230-49
Franchy Rech	Membro	914.130.609-00
Silvonei Langenberg	Membro	078.427.889-01

**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vívda, Estado do Paraná, aos 06 (seis) dias de mês de maio de 2024.

**ANDERSON MANIQUE BARRETO**

Prefeito

Registre-se e Publique-se

**CARLOS LOPES**

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:

Fernando de Quadros Abatti

Código Identificador:FE44AB1B

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ÓRGÃO GESTOR  
CMDCA RESOLUÇÃO 04/2024**

**CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORONEL VIVIDA  
RESOLUÇÃO Nº 04/2024**

Dispõe sobre o registro de entidades governamentais, que desenvolvem atividades voltadas à crianças, adolescentes e suas famílias.

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 2573/2014, a plenária do CMDCA, no uso de suas atribuições e deliberação realizada na reunião de assembleia na data de 06 de maio de 2024:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conferir a CASA LAR IRMÃ ROSA DE CORONEL VIVIDA, o Certificado de Registro junto ao CMDCA, sobre Nº 02/2024, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da data desta resolução.

Coronel Vívda, 07 de maio de 2024.

**EMERSON PIZZI**

Presidente do CMDCA

Coronel Vívda - PR

Publicado por:

Aline Mari Dos Santos Canova

Código Identificador:07DCF7F9

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ Rua José Camêlo, 900 - Centro, CEP: 85.345-000 CNPJ 01.591.815/0001-36 - Fone/Fax: (042) 3651-1237

CONTRATO Nº 19/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2021.

3º TERMO ADITIVO De 23 de março de 2024.

Terceiro Termo Aditivo do Contrato nº 19/2021 que entre si celebraram, de um lado o Município de Porto Barreiro, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.591.815/0001-36, com endereço na Rua José Camêlo, nº 900, Centro, CEP: 85.345-000, Porto Barreiro - Paraná, neste ato representado pelo Senhor EDUARDO VANDERLUIS VOLT, brasileiro, divorciado, atualmente exercendo o cargo de Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 4.142.437-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 044.104.129-49, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa CHIA TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita na Rua S, 900, Bairro Santa Oreste, CEP 74.155-000 em Goiânia - GO, inscrita no CNPJ sob o nº 15.513.772/0001-66, neste ato representado pelo administrador Sr. MAURO SCHENBERGER GUEDES inscrito no CPF sob o nº 316.493.432-79 e Cédula de Identidade de nº 7.884.876 SSP/DF, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo do Contrato nº 19/2021, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim como pelas condições da Dispensa de Licitação nº 17/2021. Com o intuito de formalizar a contratação desta contratação e pelas cláusulas a seguir expressas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Esta aditanda por 12 (doze) meses a vigência do Contrato nº 19/2021, estendendo-se sua vigência até 23 de março de 2025.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado nos termos do parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Originalmente permanecerão inalteradas e em pleno vigor.

EDUARDO VANDERLUIS VOLT Prefeito Municipal CPF: 044.104.129-49 CHIA TECNOLOGIA LTDA. Contratada CNPJ: 15.513.772/0001-66

Testemunhas: CPE: MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ Rua José Camêlo, 900 - Centro, CEP: 85.345-000 CNPJ 01.591.815/0001-36 - Fone/Fax: (042) 3651-1237

CONTRATO Nº 26/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2021

1º TERMO ADITIVO De 26 de abril de 2024.

Terceiro Termo Aditivo do Contrato nº 26/2021 que entre si celebraram, de um lado o Município de Porto Barreiro, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.591.815/0001-36, com endereço na Rua José Camêlo, nº 900, Centro, CEP: 85.345-000, Porto Barreiro - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor EDUARDO VANDERLUIS VOLT, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 044.104.129-49 e no RG sob o nº 4.142.437-0 SSP/PR, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa GRUPO SERVIÇOS MÓDULO - SIMO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.860.256/0001-27, sito na Rua Tietze, nº 1500, Centro, CEP: 85.301-280, no cidade Londrinópolis do Sul, Estado do Paraná, neste ato representada por seu único administrador Sr. GUILHERME FERREIRA DA SILVA inscrito no CPF sob o nº 036.832.810-63 e no RG sob o nº 2083.2885/4 SSP/MS, doravante denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo do Contrato nº 26/2021, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim como pelas condições do Pregão Presencial nº 14/2021, bem como nos termos da proposta apresentada pela CONTRATADA e pelas cláusulas a seguir expressas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditanda pelo prazo de 12 (doze) meses o Contrato nº 26/2021, prorrogando sua vigência até a data de 26/04/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor mensal fica reajustado em 3,39% pela aplicação do INPC, nos termos da cláusula primeira do contrato 26/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Originalmente permanecerão inalteradas e em pleno vigor.

EDUARDO VANDERLUIS VOLT Prefeito Municipal CPF: 044.104.129-49 GRUPO SERVIÇOS MÓDULO - SIMO Contratada CNPJ sob o nº 40.860.256/0001-28

Testemunhas: CPE: MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ Rua José Camêlo, 900 - Centro, CEP: 85.345-000 CNPJ 01.591.815/0001-36 - Fone/Fax: (042) 3651-1237

CONTRATO Nº 27/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2021

1º TERMO ADITIVO De 26 de abril de 2024.

Terceiro Termo Aditivo do Contrato nº 27/2021 que entre si celebraram, de um lado o Município de Porto Barreiro, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.591.815/0001-36, com endereço na Rua José Camêlo, nº 900, Centro, CEP: 85.345-000, Porto Barreiro - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor EDUARDO VANDERLUIS VOLT, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 044.104.129-49 e no RG sob o nº 4.142.437-0 SSP/PR, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a associação privada ORGANIZAÇÃO SÃO LUCA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.585.039/0001-71, sito na Rua Diego Pinna, nº 3145, Centro, CEP: 85.301-290, no cidade Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Presidente Sr. RAY RIV YAMAMOTO inscrito no CPF sob o nº 201.520.345-30 e no RG sob o nº 570.341-7 SSP/PR, doravante denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo do Contrato nº 27/2021, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim como pelas condições do Pregão Presencial nº 14/2021, bem como nos termos da proposta apresentada pela CONTRATADA e pelas cláusulas a seguir expressas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditanda pelo prazo de 01 (um) mês o Contrato nº 27/2021, prorrogando sua vigência até a data de 26/05/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Originalmente permanecerão inalteradas e em pleno vigor.

EDUARDO VANDERLUIS VOLT Prefeito Municipal CPF: 044.104.129-49 ORGANIZAÇÃO SÃO LUCA Contratada CNPJ sob o nº 10.585.039/0001-71

Testemunhas: CPE: MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ Rua José Camêlo, 900 - Centro, CEP: 85.345-000 CNPJ 01.591.815/0001-36 - Fone/Fax: (042) 3651-1237

CONTRATO Nº 27/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2021

1º TERMO ADITIVO De 26 de abril de 2024.

Terceiro Termo Aditivo do Contrato nº 27/2021 que entre si celebraram, de um lado o Município de Porto Barreiro, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.591.815/0001-36, com endereço na Rua José Camêlo, nº 900, Centro, CEP: 85.345-000, Porto Barreiro - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor EDUARDO VANDERLUIS VOLT, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 044.104.129-49 e no RG sob o nº 4.142.437-0 SSP/PR, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a associação privada ORGANIZAÇÃO SÃO LUCA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.585.039/0001-71, sito na Rua Diego Pinna, nº 3145, Centro, CEP: 85.301-290, no cidade Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Presidente Sr. RAY RIV YAMAMOTO inscrito no CPF sob o nº 201.520.345-30 e no RG sob o nº 570.341-7 SSP/PR, doravante denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo do Contrato nº 27/2021, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim como pelas condições do Pregão Presencial nº 14/2021, bem como nos termos da proposta apresentada pela CONTRATADA e pelas cláusulas a seguir expressas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditanda pelo prazo de 01 (um) mês o Contrato nº 27/2021, prorrogando sua vigência até a data de 26/05/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Originalmente permanecerão inalteradas e em pleno vigor.

EDUARDO VANDERLUIS VOLT Prefeito Municipal CPF: 044.104.129-49 ORGANIZAÇÃO SÃO LUCA Contratada CNPJ sob o nº 10.585.039/0001-71

Testemunhas: CPE: MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ Rua José Camêlo, 900 - Centro, CEP: 85.345-000 CNPJ 01.591.815/0001-36 - Fone/Fax: (042) 3651-1237

MUNICÍPIO DE PINHÃO ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2024

A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE À SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO VISANDO CRIAR E MONITORAR OS AMBIENTES DA ORGANIZAÇÃO PARA CONDIÇÕES DE TRABALHO COM CONFORTO, SEGURANÇA, SAÚDE E DESEMPENHO EFICIENTE NO TRABALHO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: A partir de 08/05/2024 NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PNCP: http://pncp.gov.br/, NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHÃO (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA): http://transparencia.pinhao.pr.gov.br/ - (CONE LICITAÇÕES E NO SITE DA BLL: http://bll.org.br/ OU NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO NA AVENIDA TRIFON HANYCZ, 220 CENTRO, PRÉDIO DA PREFEITURA.

INFORMAÇÕES ATRAVÉS DO TELEFONE: (42)3677-8431 E E-MAIL: compras@pinhao.pr.gov.br

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A PARTIR DAS 09h00min DO DIA 08/05/2024 até as 08h31min DO DIA 23/05/2024.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: A PARTIR DAS 08h31min DO DIA 23/05/2024.

RECEBIMENTO DOS LANCES: A PARTIR DAS 09h00min DO DIA 23/05/2024.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE.

PARECER JURÍDICO Nº 024/2024 - WALDIR FIGUEIREDO RECCANELLO - OAB/PR 30.804

PINHÃO-PR, 06 de maio de 2024.

VALDECIR BIASEBETTI Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 003202 - PMG

O Município de Goioxim torna público que irá realizar, no 09/05/2024, às 08:31h, o processo de licitação nº 024/2024, no modalidade compra direta - CONCORRÊNCIA, na forma eletrônica, sob o regime de contratação por preço global, pelo menor preço e prazo. Essa licitação obedecerá às seguintes condições:

1. Licitação de empresa para "Adaptação de entrada e pavimentação em TET", conforme instrumento de licitação nº 410559/2023 firmado com a 4141PII BUNACONAL. Prazo contrato: 120 dias.

A Pauta Técnica com o item de licitação, suas especificações técnicas, planilhas e demais informações estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, site eletrônico da Prefeitura Municipal, e no site https://compras.gov.br/ Informações em outras divisões e métodos de cadastramento poderão ser consultados no Agente de Contratação por meio do sistema.

Goioxim, 07 de maio de 2024.

MARI FERREZ DA SILVA Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO - PARANÁ CNPJ 01.591.815/0001-36 Rua José Camêlo, 900 - Centro, CEP: 85.345-000 Fone/Fax: (042) 3651-1237 - www.camarapinhao.pr.gov.br

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 09/2022 DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 024/2024

CONTRATO Nº 09/2022 - CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO - PR. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO - ME (Nº 01.079) - 04/2022

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em obras de saneamento básico e serviços de manutenção de equipamentos de saneamento básico.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato acima mencionado, prorrogando sua vigência até o dia 06 de maio de 2024, mediante publicação no Diário Oficial do Município de Porto Barreiro.

Porto Barreiro, 06 de maio de 2024.

JOSÉ CARLOS ZAMPOLI Presidente da Câmara

RESOLUÇÃO Nº 024/2024

Artigo 1º - O Decreto Nº 040/2019, de 28 de Junho de 2019, passou a ter o seguinte enunciado:

"Art. 1º Fica concedido à servidora SEBASTIANA BARBOSA VAZ, brasileira, servidora pública municipal de Marquinhos, ocupante do cargo efetivo de Professora, conforme Quadro Permanente de Cargos, Categorias e Remuneração do Município de Marquinhos, constante do RG nº 4.243.124-7 inscrita no CPF sob o nº 024.056.979-64, APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PROPORCIONAL, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, com fundamento na Emenda 70/2012 e no artigo 28 da Lei Municipal 420/2013 de 23 de Agosto de 2013.

"Art. 2º Fica expedido como providência necessária à sua aposentadoria a soma de R\$ 1.478,85 (mil quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), conforme demonstrativo de cálculo."

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marquinhos, Estado do Paraná, em 06 de maio de 2024.

ELIO BOLZON JUNIOR Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 024/2024

Artigo 1º - Fica concedido à servidora SEBASTIANA BARBOSA VAZ, brasileira, servidora pública municipal de Marquinhos, ocupante do cargo efetivo de Professora, conforme Quadro Permanente de Cargos, Categorias e Remuneração do Município de Marquinhos, constante do RG nº 4.243.124-7 inscrita no CPF sob o nº 024.056.979-64, APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PROPORCIONAL, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, com fundamento na Emenda 70/2012 e no artigo 28 da Lei Municipal 420/2013 de 23 de Agosto de 2013.

"Art. 2º Fica expedido como providência necessária à sua aposentadoria a soma de R\$ 1.478,85 (mil quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), conforme demonstrativo de cálculo."

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marquinhos, Estado do Paraná, em 06 de maio de 2024.

ELIO BOLZON JUNIOR Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO - PARANÁ CNPJ 01.591.815/0001-36 Rua José Camêlo, 900 - Centro, CEP: 85.345-000 Fone/Fax: (042) 3651-1237 - www.camarapinhao.pr.gov.br

Gabinete de Presidência

PORTARIA Nº 0233/2024 Dia: 02 de maio de 2024.

O Presidente da Câmara Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em razão da licença do Sr. Tarciso de Assunção Partidário, revogada através da Portaria nº 001/2022 de 27 de abril de 2022.

RESOLUÇÃO Nº 024/2024

Art. 1º - Reassumir o quadro funcional desta Casa de Leis, o Servidor efetivo (João Rafael Kaapen, no cargo de Agente Administrativo), matrícula 441, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Porto Barreiro - PR. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, em 02 de maio de 2024.

JOSE CARLOS ZAMPOLI Presidente

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍDUA - ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 58, de 06 de maio de 2024. O Prefeito Municipal de Coronel Vidua, Estado do Paraná, usando as atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 24, alínea "b" inciso II e sendo em vista o disposto na Lei Complementar Federal nº 142, de 1º de junho de 2021 em seu artigo 13, §3º, RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR Conselheiro Especial de Licitação, com a finalidade de julgar a Licitação Especial nº 01/2024, composta pelas seguintes membros:

Table with 3 columns: NOME, CARGO, CPF Nº. Includes Gustavo Gomes Kuhn (Presidente), Franchy Reich (Membro), Simone Langenberg (Membro).

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vidua, Estado do Paraná, em 06 de maio de 2024.

ANDRISON MANIQUE BARBETO Prefeito

Registro e Publicações CARLOS LOPES Secretário Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍDUA - PR

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2024

TIPO MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ACOPLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E PESSOAS IDOSAS COM DOENÇA DEPENDÊNCIA, além do cadastro das propostas, a partir das 08h00 em 06 de maio de 2024 até às 16h00 de 27 de maio de 2024. Abertura das propostas às 08h00 de 27 de maio de 2024. Limite da proposta de preço: R\$ 989.50 de 27 de maio de 2024. VALOR MÁXIMO TOTAL: R\$ 716.709,88. Prazo de vigência: 12 meses. Os interessados para acesso ao Pregão Eletrônico estão convidados a acessar o site www.pregao.gov.br. O edital está disponível no site www.coronelvduapra.gov.br e www.tpi.org.br. Informações: (41) 3202-8500. Coronel Vidua, 01 de maio de 2024. Juliano Ribeiro, Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio.

ASSISCOOP

CNPJ nº 02.322.412/0001-18 Rua Diogo Pinna, 1120 - 1º andar - CEP: 85.301-290 - Centro - Fone: (42) 3635.1188 LARANJEIRAS DO SUL - PARANÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2024

Ratificação de Ajustilagem

O Prefeito do ASSISCOOP, no uso de suas atribuições legais e com base nos instrumentos jurídicos e no parecer jurídico, anexo, RATIFICA, a possibilidade de Dispensa de Licitação nº 04/2024, cujo objeto é o CONTRATO EMERGENCIAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA DO ÔNIBUS VOLKSWAGEN - 172.00 CID 4YI (CONSTITUTION - EURO 5) ANXIMODIA DO 300820V, PLACA BCL-4736, e adquire o objeto a empresa GUERRA & NASCIMENTO LTDA-ME, (CNPJ 01.736.576/0001-84, cujo valor total de R\$ 12.775,90 (DOZE MIL SETECENTOS E SETENTA E CINCO DOLARES).

Laranjeiras do Sul, 06 de Maio de 2024

NEIM R GRANOSKI PRESIDENTE DO ASSISCOOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHOS ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 032/2024

SUNILA: Retirca o Decreto Nº 040/2019 que trata da aposentadoria de SEBASTIANA BARBOSA VAZ, conforme demonstrativo de cálculo.

O SENHOR ELIO BOLZON JUNIOR, PREFEITO MUNICIPAL DE MARQUINHOS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO ARTIGO 7º, INCISO X DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E CONSIDERANDO O ACÓRDÃO Nº 364/2019 - SEGUNDA CÂMARA, PROCESSO Nº 194829/20 TGE/PR,

RESOLVE

Artigo 1º - O Decreto Nº 040/2019, de 28 de Junho de 2019, passou a ter o seguinte enunciado:

"Art. 1º Fica concedido à servidora SEBASTIANA BARBOSA VAZ, brasileira, servidora pública municipal de Marquinhos, ocupante do cargo efetivo de Professora, conforme Quadro Permanente de Cargos, Categorias e Remuneração do Município de Marquinhos, constante do RG nº 4.243.124-7 inscrita no CPF sob o nº 024.056.979-64, APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PROPORCIONAL, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, com fundamento na Emenda 70/2012 e no artigo 28 da Lei Municipal 420/2013 de 23 de Agosto de 2013.

"Art. 2º Fica expedido como providência necessária à sua aposentadoria a soma de R\$ 1.478,85 (mil quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), conforme demonstrativo de cálculo."

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marquinhos, Estado do Paraná, em 06 de maio de 2024.

ELIO BOLZON JUNIOR Prefeito Municipal

SANGUE + DOAÇÃO é ver sua vida correr em outras veias! (Seja Formador) Correio DO POVO DO PARANÁ